

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Marco Antônio de Carvalho Ferretti

**A FORMAÇÃO DA LUTADORA:  
ESTUDO SOBRE MULHERES QUE PRATICAM MODALIDADES DE LUTA**

SÃO PAULO  
2011

Marco Antônio de Carvalho Ferretti

**A FORMAÇÃO DA LUTADORA:  
ESTUDO SOBRE MULHERES QUE PRATICAM MODALIDADES DE LUTA**

Dissertação apresentada à Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho Dantas

SÃO PAULO  
2011

Ferretti, Marco Antônio de Carvalho

A formação da lutadora: estudo sobre mulheres que praticam modalidades de luta/ Marco Antônio de Carvalho Ferretti. – São Paulo : [s.n.], 2011.

vi, 111p.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho Dantas.

1. Gênero 2. Mulher 3. Modalidades de lutas  
4. Artes marciais I. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

À Letícia Pellegatti, à Mariana Harumi Cruz Tsukamoto, ao Rodrigo Augusto Silva, ao Mario Luiz Miranda e ao Emerson Franchini, pelo auxílio em minha busca por atletas para as entrevistas.

Aos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lutas, Artes Marciais e Modalidades de Combate da EEFE-USP, pelos apontamentos no texto que precedeu este trabalho, o artigo intitulado “Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias”.

Aos orientadores Prof. Dr. Antônio Carlos Mansoldo, Prof. Dr. Jorge Dorfman Knijnik e Prof. Dr. Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho Dantas. Em especial, ao Jorge, que foi meu orientador desde a graduação e que o continuou sendo mesmo após sua ida à Austrália, ainda que de forma extraoficial.

Aos tios queridos Celso Ferretti e Cláudia Vianna, pelo apoio durante e após a defesa deste trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca da Escola de Educação Física e Esporte, por sua dedicação. Em especial, ao Sérgio Augusto Cyriaco e à Amélia Yaeko Aoki.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação. Em especial, à Ilza Benedita dos Santos e ao Marcio Aparecido do Nascimento.

## RESUMO

FERRETTI, Marco Antônio de Carvalho. **A formação da lutadora:** estudo sobre mulheres que praticam modalidades de luta. 2011. 111p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Meninas e meninos são educados para agirem de formas opostas em diversos campos. A maioria dos meninos aprende a gostar de atividades agressivas e competitivas, ao passo que elas aprendem a gostar de atividades rítmicas ou relacionadas às tarefas domésticas, atividades estas que pouco se assemelham às lutas. Com o intuito de identificar os sujeitos e as instituições que influenciam a vida das lutadoras, realizaram-se entrevistas com cinco lutadoras que foram campeãs mundiais ao menos uma vez em sua modalidade. A análise dos dados foi por meio da dialética. Na infância, as lutadoras brincavam juntamente com os meninos, mas não deixaram de participar de brincadeiras socialmente classificadas como femininas. Não foram estigmatizadas nas aulas de Educação Física por serem habilidosas, mas o foram fora dessas aulas. Ao ingressarem na modalidade, elas não foram cobradas por resultados. Por serem grandes lutadoras, não tiveram dificuldades em serem aceitas em um ambiente de treino predominantemente masculino; assim, elas disputam o espaço entre eles, embora os homens se esforcem para manter a superioridade masculina. Algumas federações, confederações e organizadores de campeonatos premiam as mulheres de forma inferior em relação aos homens, o que caracteriza discriminação de gênero.

Palavras-chave: Mulher. Atleta. Gênero. Modalidades de Lutas. Artes Marciais.

## ABSTRACT

FERRETTI, Marco Antônio de Carvalho. **The formation of the woman fighter:** study of women who practice martial arts and combat sports. 111p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Girls and boys have been taught by society in order to behave and act in opposite ways within many social situations. Since very young most of the boys learn how to enjoy aggressive and competitive activities like martial arts, while girls are socialized to perform activities more connected to dance and household tasks – those which have no relationship to the world of competitiveness, sports and martial arts. Considering these issues, in this thesis I have searched for the sports life of high performance sports women who practice martial arts. My aim was to identify people and institutions which have influenced these fighter's life. I did in-depth interviews with five fighters who were world championships at least once in their kind of martial arts and combat sports, such as boxing, Brazilian jiu-jitsu, karate and taekwondo. The data collected within the interviews were analyzed using the dialectics method. The data have revealed that these fighters played with boys in their childhood; however, they also played games considered by the society as 'girls games'. Their good physical skills have pushed many prejudice against them, however the prejudice have never shown up during their Physical Education classes in their schools. When they started to perform martial arts, there were no pressure for good outcomes. As they were very talented, these athletes have not faced too many obstacles inside the masculine world of the martial arts, its practices and social environment. However, men fighters have always tried to display their masculine power and superiority while practicing with these women. The data also revealed that National and local Federations discriminate women athletes by paying lesser rewards to them than to the men athletes at the end of the competitions.

Keywords: Woman. Athlete. Gender. Combat Sports. Martial Arts.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	10
1.1. Gênero .....	10
1.2. Brincadeiras, esporte e gênero.....	13
1.2.1. Brincadeira, atividade física e esportiva na escola: gênero, sempre gênero.....	17
1.2.2. Educação Física e gênero.....	19
1.2.3. Gênero e Esporte .....	22
1.3. História do judô feminino.....	31
1.3.1. As modalidades de luta das mulheres no Brasil .....	32
1.3.2. A capoeira e o judô feminino .....	35
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	38
2.1. Procedimentos.....	38
2.2. Entrevista guiada e transcrição.....	41
2.3. Análise, interpretação e dialética .....	43
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	46
3.1. As participantes da pesquisa.....	46
3.2. A infância e adolescência.....	46
3.2.1. Estigmas na escola: aulas de Educação Física, recreios e outras ocasiões.....	50
3.2.2. Entrando e afirmando-se nas lutas .....	53
3.3. Treinando com homens, lutando contra hierarquias .....	61
3.4. O interno e o externo: o que ela acha e o que os outros julgam.....	66
3.5. A relação das atletas com as instituições de modalidades de luta .....	76
3.5.1. Quando não há prêmios, o amadorismo existe? .....	81
<b>CONCLUSÕES</b> .....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	94
<b>ANEXO</b> .....	104

## INTRODUÇÃO

O mundo infantil é permeado por divisões rígidas no que diz respeito às atividades ligadas a um ou ao outro sexo. Desde muito pequenas, as crianças recebem mensagens de que existem no mundo coisas *de meninos* e outras *de meninas*. Assim, desde cedo, formam-se representações que designam e constroem culturalmente os valores de gênero.

Configurações específicas sugerem normas diferentes. De acordo com Mello (2002), a criança provavelmente será repreendida caso faça uma atividade não correspondente ao seu sexo, pois, a partir deste, os valores de gênero são construídos e cotidianamente reafirmados. Dessa forma, paulatinamente, as meninas são afastadas do esporte; em particular, das modalidades representadas socialmente como masculinas.

Nas sociedades ocidentais, especialmente durante a segunda metade do século XX, as configurações de gênero passaram por grandes transformações, provocadas, sobretudo, pela Revolução Feminista. Entretanto, algumas representações consolidadas por séculos de história permanecem presentes nas relações sociais, embasando, inclusive, discursos e ações de uma grande parte da população.

Dentre essas configurações, ainda persistem muitas ideias preconcebidas acerca do envolvimento da mulher com o esporte, e pouco se faz para ampliar a integração das mulheres no mundo esportivo. Essa ausência de esforços na tentativa de aproximar as mulheres das práticas esportivas possui raízes históricas profundas. De acordo com Miragaya (2002), essa restrição remete aos Jogos Olímpicos da Antiguidade, nos quais somente as jovens e solteiras tinham a permissão para assistir às competições com a finalidade de escolher um marido e informar os seus irmãos ou o seu pai sobre a escolha.

Os valores de gênero que afastam as mulheres dos esportes, sobretudo das modalidades de luta, mantiveram-se vivos ao longo da história. No Brasil, o decreto-lei 3.199/41, promulgado em 1941, proibia as mulheres de praticarem modalidades esportivas incompatíveis com sua natureza (BRASIL, 1941). No entanto, não é sempre que tais valores se impõem. Mennesson (2000), por exemplo, identificou que, na infância e na adolescência, as lutadoras francesas tinham comportamento diferente da maioria das meninas, pois gostavam de competição, eram bagunceiras,



vestiam-se de forma semelhante aos garotos, preferiam a companhia deles e possuíam uma coordenação motora incomum para garotas.

As ideias que estabelecem o que é designado para as mulheres e o que é próprio para os homens – incluindo-se aí formas de ser e de estar, modos de andar, de falar e de se vestir, usos do corpo, entre outros símbolos e gestos – configuram aquilo que se entende por *gênero*. Segundo Heilborn (1994), enquanto o sexo é uma caracterização anátomo-fisiológica, o gênero é uma construção cultural realizada a partir dos diferentes formatos dos órgãos genitais. Dessa forma, as diferenças entre os sexos são construídas e sancionadas no interior da vida social, constituindo-se como parte do *habitus* – tal como concebido por Pierre Bourdieu – pessoal e coletivo. Para Souza e Altmann (1999), “gênero é aquilo entendido como a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres” (p. 53).

Essa divisão é marcante no esporte – campo corporal por excelência no qual há práticas “masculinas” e práticas “femininas”. As lutas, em geral, sempre foram categorizadas como esportes masculinos, pois, para Souza e Altmann (1999), os esportes competitivos, violentos e com contato físico são vistos tradicionalmente como uma forma de transformar um menino em homem, aumentando sua virilidade, sua masculinidade, sua capacidade de desprezar a dor, seu controle do corpo e sua vontade de ganhar.

Conforme Mourão (2002), as mulheres que praticam os esportes considerados de homens costumam ser rotuladas de masculinas, sofrendo, assim, forte preconceito social, tanto da parte de homens como de outras mulheres.

Nas lutas, as mulheres, além de correrem o risco de serem rotuladas de lésbicas por estarem em um ambiente socialmente classificado como masculino – local em que qualidades tidas como características da masculinidade são valorizadas –, também enfrentaram uma história de proibições e impedimentos da prática, o que não foi uma exclusividade do Brasil. Wacquant (2002) observou, no início da década de 1980, que, em uma academia de boxe da comunidade pobre de Woodlawn, na cidade de Chicago, não havia boxeadoras. Nos dias anteriores a uma grande luta ou após uma grande vitória, era permitida a presença das namoradas e esposas dos boxeadores; elas podiam ficar sentadas em um banquinho e, quando fossem se deslocar, não deveriam cruzar a área de treino, mas passar costeando as paredes.

Apesar de todas essas barreiras, há mulheres que conseguiram superar as dificuldades do gênero e alcançaram um lugar de destaque no universo das lutas esportivas. Dessa forma, este trabalho procurou investigar como se deu a formação esportiva de lutadoras, enfocando as questões de gênero que permearam essa formação. Para tanto, foram realizadas entrevistas com atletas residentes no Brasil que obtiveram destaque em suas respectivas modalidades de luta. Nessas ocasiões, foram levantados temas relacionados à questão de gênero, tais como história da mulher no esporte, educação da mulher, socialização da mulher, corpo feminino, abordagem midiática sobre a mulher e trabalho feminino no âmbito esportivo.

A ideia de pesquisar as lutadoras surgiu de um fato pessoal. Certa vez, fui questionado sobre as razões de assistir a uma luta de boxe feminino. Não pude deixar de notar como havia uma conotação negativa na pergunta, indicando que isso seria um comportamento “estranho”. Daí veio a motivação de pesquisar o problema da “anormalidade” das lutas femininas e, então, conhecer as mulheres que superaram as imposições sociais, já que as lutas ainda são vistas por muitas pessoas como modalidades masculinas.

Embora a pesquisa tenha sido realizada com um grupo muito específico de mulheres – lutadoras campeãs mundiais –, constatou-se que, em geral, elas não pertenciam a um grupo tão exclusivo na infância ou nas aulas de Educação Física, havendo, inclusive, jogos de poder sobre elas também em outros ambientes.

Isso posto, este trabalho vem contribuir com a discussão sobre gênero e corpo, mais especificamente dentro do Esporte e da Educação Física. Pode-se dizer que o objetivo geral foi analisar a formação esportiva, bem como a carreira esportiva de mulheres que praticam modalidades de luta em altos níveis competitivos. Como objetivos mais específicos, destacam-se os seguintes: investigar a infância das lutadoras destacando os fatores que as influenciaram; identificar as pessoas que facilitaram o início da atividade esportiva; destacar os motivos que levaram essas mulheres a começarem a praticar lutas; e, por fim, descrever os obstáculos e as superações vividos pelas atletas durante sua carreira esportiva.

## 1. REVISÃO DA LITERATURA

### 1.1. Gênero

O conceito de gênero ganhou força durante a década de 1980 no meio acadêmico. Segundo Scott (1995), o termo apareceu inicialmente com as feministas estadunidenses que queriam distinguir o caráter social das diferenças entre os sexos, rejeitando o determinismo biológico. Determinismo este que ocultava, segundo as feministas, as construções culturais da subordinação feminina, mantendo a ideia de papéis adequados para homens e mulheres.

Conforme Bourdieu (1995), as ações e as percepções dos corpos são construídas socialmente e são naturalizadas pelas diferenças biológicas, principalmente pelas genitálias. Louro (1996), por sua vez, diferencia gênero e sexo, e afirma que sexo refere-se ao biológico, ao passo que gênero vincula-se à construção social de masculino e de feminino. Assim, além de cada sociedade ter o seu conceito de masculino e de feminino, há também diferentes masculinidades e feminilidades dentro da mesma sociedade.

A ideia de separar o biológico do social também é comentada por Moore (2003) ao ressaltar o quão problemático é o termo *natural* quando alguém se refere ao sexo ou ao gênero. A autora destaca que a antropologia, por meio de seus estudos em diversas sociedades, constatou que as diferenças entre homens e mulheres não são naturais, pois há formas diferentes de ser homem e de ser mulher em diferentes coletividades.

As concepções sobre gênero não diferem apenas de uma sociedade para outra, mas também se modificam com o tempo. Connell (1995) afirma que os conceitos de masculinidade e de feminilidade alteram-se no percurso da história e exemplifica que o padrão de *masculinidade tradicional* é historicamente recente.

Em suma, a diferença biológica determinada pelos cromossomos XX (mulher) e XY (homem), que não muda de uma sociedade para outra, não pode isoladamente explicar as diferenças de valores e de comportamentos nas formas particulares de ser mulher e de ser homem, seja no interior de uma determinada sociedade, seja nos diferentes períodos históricos.

De acordo com Connell (1990), não distinguir sexo de gênero dificulta enxergar não apenas as relações de poder entre homens e mulheres, mas também

entre pessoas do mesmo sexo, como no caso dos homossexuais. Entretanto, conforme o autor, desmascarar o que a *biologização* e a naturalização tenta ocultar é mostrar claramente a construção social, assim como favorecer o processo de intervenção para alterar a organização hierárquica que coloca alguns homens no topo.

Louro (1996), por sua vez, adverte que, ao enfatizarmos o caráter social das diferenças entre os sexos, há o risco de eliminar completamente a biologia, o que seria um erro, pois o corpo faz parte da construção dos gêneros. Portanto, ao tratar de gênero e de atividade física, não se pode desconsiderar as diferenças biológicas, tomando cuidado de não se apoiar, ou reforçar, interpretações influenciadas por uma superioridade dos homens.

As diferenças supostamente tidas como naturais são transmitidas e reforçadas nas pessoas ao longo de toda a sua vida. Muitas vezes, a forma de se comportar é determinada por aquilo que é esperado para seu sexo, pois é naturalmente aceito por muitas pessoas que o homem deve comportar-se de uma forma e a mulher, de outra. Conforme Bourdieu (1995), as condutas que não reforçam as diferenças entre os sexos são proibidas e desencorajadas por serem consideradas como impróprias. Ainda segundo o autor, as mulheres tendem a ser educadas de acordo com as divisões arbitrárias do mundo social no qual as oposições entre homens e mulheres se sustentam. Tais oposições são vistas como complementares e a dominação masculina impede a desnaturalização da divisão.

Não apenas as meninas são educadas para seguir a divisão binária entre os sexos como também os meninos. Dessa forma, a masculinidade é ensinada aos meninos em oposição à feminilidade para as meninas. Segundo Bourdieu (1995), a dominação ensinada aos meninos costuma ser perpetuada pelas meninas; e, por vezes, as censuras sociais contra o gênero feminino também são praticadas pelas mulheres por meio de emoções como vergonha, modéstia, timidez, pudor, ansiedade, entre outras.

Em nossa sociedade, determinou-se que biologicamente os homens deveriam disputar o poder, ter destaque e influenciar outras pessoas. Já as mulheres deveriam ser o oposto, em virtude das suas emoções supostamente vistas como naturais. Assim, historicamente, elas encontraram barreiras para participar das disputas públicas, restando apoiar os homens nas suas derrotas e glórias. Conforme Bourdieu (1995), são atribuídos às mulheres os trabalhos domésticos, ou seja,

privados, enquanto aos homens são atribuídos os trabalhos públicos, ações perigosas e espetaculares, que marcam, muitas vezes, a ruptura do curso comum da vida.

A divisão em duas esferas também é vista por Da Matta (1997b) que, ao analisar as manifestações culturais brasileiras, afirma: “[...] o homem é o englobador do mundo da rua, do mercado, do trabalho, da política e das leis, ao passo que a mulher engloba o mundo da casa, da família, das regras e costumes relativos à mesa e à hospitalidade” (p. 61). Assim, sobre a distinção dos espaços ocupados, nós, brasileiros,

[...] equacionamos simbolicamente a mulher com a comida e o doce com o feminino, deixando o salgado e o indigesto para estarem associados a tudo o que nos ‘cheira’ a coisas duras e cruéis. Ao mundo difícil da ‘vida’, da ‘rua’ e do trabalho em geral, esses universos que são profundamente masculinos e, por conseguinte, estão longe da cozinha (DA MATTA, 1997b, p. 52).

Poder-se-ia pensar que, como esse “mundo difícil das ruas” é constituído por coisas duras e cruéis, os trabalhos destinados aos homens não seriam vantagens, mas sim desvantagens: seria a crise da masculinidade, pois o poder lhe trouxe experiências desagradáveis. Nesse sentido, sustentar o peso da masculinidade – e do *poder* atribuído a eles – também tem o seu aspecto negativo, tornando-se um fardo para os homens.

Contrário a essa visão, Oliveira (2004) acredita que tal crise atinge apenas alguns homens. A maioria, ao contrário, orgulha-se do *fardo* da masculinidade, porque quanto maior o poder, maior é a honra a ser defendida, e maior também é a possibilidade, e não obrigatoriedade, de utilizar as prerrogativas destinadas aos honrados. Dessa forma, as vantagens da masculinidade são maiores do que as desvantagens. A masculinidade é algo desejável, e, conforme Connell (1990), ela não é *dada*, mas construída com atitudes masculinas que podem provocar a resistência dos outros.

Pode-se observar que, embora o objeto deste estudo seja as mulheres, não há como excluir os homens e as masculinidades da presente discussão. Os principais motivos para isso são dois: primeiro, porque o gênero perpassa ambos os sexos, sem estar necessariamente o masculino ligado ao homem e o feminino à mulher. Conforme Connell (1995), se a masculinidade fosse característica apenas

dos homens, não se poderia falar em feminilidade nos homens, tampouco em masculinidade nas mulheres – exceto como desvio. O segundo motivo é porque, conforme Scott (1995), o gênero não é apenas o estudo das mulheres, uma vez que qualquer informação sobre as mulheres envolve informações sobre os homens e a relação entre ambos.

O senso comum classifica como *desvio* da sexualidade quando o biológico não corresponde ao gênero (ligado à cultura), fazendo com que a heterossexualidade dos indivíduos seja questionada. Assim, a sexualidade tem influência e é influenciada pelas relações de gênero. Porém, as relações de poder entre homens e mulheres não são apenas determinadas pelas relações de gênero, pois há interferência de outros aspectos. Como Louro (1996) adverte, há também articulações do gênero com a classe, a etnia e a raça – daí a necessidade de pensar as relações de poder em toda a sua extensa e complexa rede.

De acordo com Moore (2003), as mudanças sociais implicam, em maior ou menor grau, na reelaboração das relações de gênero. Dessa forma, é possível refletir sobre o gênero juntamente com outras linhas de poder que influenciam mulheres e homens, pois, como aponta Heilborn (1994), a desigualdade entre os sexos pode ser referência das desigualdades estruturais de uma dada sociedade. E, como conclui Scott (1995), as mudanças nas relações sociais representam uma mudança nas representações de poder.

Na próxima seção busca-se refletir sobre a questão de gênero nas formas corporificadas e lúdicas pelas quais o ser humano se manifesta. Partiremos das brincadeiras de criança até chegarmos ao esporte, que é certamente uma das mais organizadas – e generalizadas – atividades corporais do ser humano na contemporaneidade.

## **1.2. Brincadeiras, esporte e gênero**

Na infância, as brincadeiras são ensinadas e, com isso, a criança brinca da forma como ela aprendeu. Segundo Brougère (1998), a cultura lúdica é, na maioria das vezes, transmitida inicialmente pelos pais e, posteriormente, pela observação e interação com outras crianças.

Contudo, as formas de interagir com os pais e com outras crianças são diferentes para cada sexo. Segundo Mello (2002), a sociedade sexista transmite às

crianças a informação de que meninas e meninos são opostos. Tal comportamento é facilmente percebido no que se refere aos brinquedos, às brincadeiras e aos esportes. Por conseguinte, as instituições familiares e educacionais dificultam um desenvolvimento corporal amplo, pois os meninos terão uma coordenação majoritariamente masculina, enquanto as meninas, uma majoritariamente feminina. De acordo com Mello (2002), pode-se inferir, então, que a capacidade de movimentos das meninas no esporte será menor porque desde cedo elas são poupadas de algumas atividades físicas pelo discurso sexista que as define como o sexo frágil.

Por outro lado, os meninos também terão limitações no que diz respeito às atividades rítmicas e de expressão como as danças. No entanto, por se tratar de uma sociedade que valoriza o masculino, tal defasagem não recebe a devida importância. Outro fator que dificulta essa percepção dessa defasagem é a ausência de atividades consideradas femininas na maioria das aulas de Educação Física.

Como os pais e professores educam a criança de acordo com o seu sexo, caso a criança faça algo que não corresponda ao seu sexo, ela provavelmente será advertida pelo adulto. Nessas condições, conforme Mello (2002), a criança é influenciada a desejar certos tipos de brincadeiras, de brinquedos e de esportes, não sendo ela quem realmente escolhe o que fazer.

Adelman (2003) constatou esse modelamento das crianças em entrevista com mulheres que praticam hipismo. Algumas delas relataram que os pais não as deixavam fazer aulas de hipismo por se tratar de algo muito perigoso para as meninas. Do mesmo modo, enquanto o pai pede para o treinador “pegar pesado” com o filho visando às competições, o contrário ocorre quando a mãe pede para não exigir muito da filha por se tratar de um *hobby*. A oposição aparece nas atividades “*hobby*” e “competição”, e na intensidade do treinamento – “pegar leve” e “pegar pesado” –, reforçando os comportamentos opostos.

A influência dos pais é exemplificada por Mourão e Souza (2007) que entrevistaram a judoca Kasue Ueda, a qual relatou que seu pai ensinava todas as técnicas de judô para o seu irmão, mas para ela somente algumas. Assim, o pai, que escolheu quem deveria deter seus conhecimentos sobre o judô, valorizava mais o filho na prática esportiva competitiva do que a filha, tornando o menino mais habilidoso e construindo a falsa ideia de que a habilidade dos meninos para o esporte é algo natural.

A educação dos valores que regem as regras da ludicidade de meninos e meninas tende a ser transmitida para as modalidades esportivas. Esses valores são reafirmados tanto pelos meninos como pelas meninas, ainda que elas fiquem limitadas a um número menor de modalidades. Tal limitação quantitativa é apresentada por Riemer e Visio (2003), que, ao entrevistarem 365 crianças e adolescentes (190 meninos e 175 meninas, entre 4 a 19 anos), perceberam que além da maioria das modalidades ser reservada aos meninos, as repostas das meninas, em poucos casos, se diferenciaram das dos meninos.

Dessa forma, torna-se importante descobrir os fatores que fazem uma menina escolher a vida esportiva, tanto para aumentar o número de atletas como para ajudá-las a superar as barreiras de gênero – não só quanto à atividade física, mas, de modo geral, em relação a todas as atividades sociais.

As pesquisadoras Giuliano, Popp e Knight (2000) entrevistaram 84 universitárias, sendo 40 atletas e 44 não atletas, sobre brinquedos, jogos, influência na participação em esporte na infância e, por fim, sobre qual o sexo predominante do grupo nas atividades físicas. Quanto à fase adulta, questionaram sobre a autoconfiança, os benefícios que o esporte pode proporcionar, sobre qual o sentido dado ao esporte (competição, desejo de ganhar e desejo de alcançar objetivos pessoais), e, além disso, mediu-se a feminilidade e a masculinidade das universitárias.

Com esse estudo, as pesquisadoras observaram que o grupo das atletas tinha maior ligação com as brincadeiras envolvendo brinquedos e jogos tidos como masculinos, assim como com a prática de atividades físicas em grupos mistos ou predominantemente de meninos. Com isso, durante a infância, essas atletas consideravam-se “meninas levadas” (*tomboy*). As autoras perceberam também que as atletas tinham uma tendência maior para participar de brincadeiras e atividades vinculadas ao universo dos meninos e, por isso, aparentavam ter um *índice de masculinidade*, isto é, um vínculo maior com o mundo masculino. Ademais, identificou-se que as atletas que na infância brincavam com brinquedos e jogos considerados masculinos receberam maior incentivo ao esporte do que as atletas que se divertiam com brinquedos e brincadeiras femininas. Por outro lado, não encontraram diferença de incentivo ao esporte entre atletas e não atletas.

As atletas que jogavam preferencialmente em grupos de meninos sentiam-se com maior confiança nas suas habilidades do que as que jogavam mais com



meninas. Além disso, essas atletas receberam maior incentivo aos esportes predominantemente masculinos, o que as tornaram mais competitivas. As atletas que se classificaram como “meninas levadas” são mais competitivas e receberam maior incentivo para a prática esportiva do que as atletas que não se classificaram como *bagunceiras*. Comparando as atletas de esporte classificado como masculino, observou-se que elas participaram mais de brincadeiras masculinas, de jogos coletivos, bem como receberam mais incentivo de amigos e amigas. Essas atletas classificam-se mais como “meninas bagunceiras” do que as atletas de esporte tradicionalmente feminino.

Quanto ao grupo de não atletas, as pesquisadoras observaram que aquelas que se divertiam mais com brinquedos e brincadeiras masculinas, e que se classificaram como bagunceira, eram mais ativas no recreio da escola, brincavam mais em grupo e tinham uma visão mais positiva sobre o esporte do que as não atletas que faziam brincadeiras femininas e usavam brinquedos femininos.

Resultado semelhante – coletado de forma qualitativa – foi encontrado por Mennesson (2004) ao entrevistar as atletas do boxe e do futebol. Identificou-se, com esse trabalho, que a constituição da identidade de gênero inversa (*sexuées inversées*), não correspondente à expectativa social sobre aquele sexo, ocorre durante a infância das atletas, que são influenciadas pela socialização esportiva e pelo contato com os meninos. Essas atletas, segundo Mennesson (2004), brincavam ao ar livre com irmãos, primos e amigos – principalmente de futebol e de lulinhas (*bagarres*) –, e, ao mesmo tempo, assimilavam os modos dos meninos. Em razão desse comportamento, elas eram consideradas meninas bagunceiras (*garçon manqué*). E, por conseguirem praticar atividades que não eram as tradicionais destinadas às meninas, essas atletas possuíam uma gama maior de possibilidades físicas.

Para Deive (2005), o esporte é um espaço importante para a socialização de crianças e adolescentes, mas não pode mais continuar excluindo por motivos sexistas. Segundo Mennesson (2004), a socialização esportiva e a convivência da menina com os meninos alimentam-se mutuamente, uma vez que a habilidade esportiva facilita a amizade e as atividades com os meninos, reforçando suas competências esportivas. Assim, tal relação contribui para a construção da identidade de gênero inversa nas meninas, ou seja, a masculina.

A correspondência entre possuir habilidades esportivas e ter amizade também foi constatada por Duarte e Mourão (2007). Segundo os autores, há uma hierarquia relacionada à habilidade; assim, as meninas mais hábeis têm conseqüentemente mais facilidade de se enturmarem. Muitas vezes, essa hierarquia é reforçada pelos professores ao escolherem, por exemplo, as mais habilidosas para montarem as equipes nas aulas de Educação Física. Por outro lado, as alunas menos habilidosas se excluem das atividades esportivas e podem, inclusive, serem vítimas de *bullying*.

### **1.2.1. Brincadeira, atividade física e esportiva na escola: gênero, sempre gênero**

No Brasil, a escola é um espaço importante para a atividade física das meninas. De acordo com Pereira (1984), “a identificação dos agentes responsáveis pelo 1º envolvimento esportivo [...] indica, claramente, a escola (46,7%) e depois a família (20%)” (p. 45). Mesmo assim, o ambiente escolar ainda limita o envolvimento das meninas no esporte.

Como será discutido mais à frente, não é apenas nas aulas de Educação Física que acontecem relações sexistas. Tais relações também ocorrem no recreio e nos eventos esportivos escolares. Altmann (2003), ao observar as crianças da quinta série, constatou, por exemplo, que os meninos ocupavam a maior parte dos espaços escolares, o que indica uma dominação masculina. Da mesma forma, nas competições escolares, a mesma autora verificou que os meninos ocupavam os cargos de comando, como árbitros e técnicos dos times. Quanto às meninas, havia apenas uma mesária secretariando os jogos – um cargo inferior ao de árbitro. Em outro caso, havia capitãs somente nas equipes femininas, que obedeciam aos comandos do técnico. Nas equipes mistas, havia apenas capitães masculinos.

Quanto aos uniformes das equipes, Altmann constatou que os nomes, os símbolos e os *slogans* utilizados remetiam à violência e à figura masculina, não havendo figuras femininas. Dessa forma, afirma a autora, “esses uniformes transmitiam a ideia de que o homem esportista devia ser forte e violento [...] [e que as] mulheres precisam adaptar-se ao ‘mundo masculino do esporte’ para nele ingressarem” (2003, p. 72). A partir disso, pode-se concluir que esses símbolos e

nomes foram escolhidos provavelmente pelos meninos que impuseram sua opinião sobre a das meninas, caracterizando novamente a dominação masculina.

Ainda conforme Altmann (2003), as estratégias da dominação dos espaços são diferentes entre meninos e meninas. Os meninos conquistam por meio da transgressão às regras; já as meninas, pela obediência às normas. Em geral, para dominarem os espaços, as meninas valem-se da intervenção da professora. Dessa forma, a autora conclui que:

o fato de meninas [...] transgredirem menos as normas [...] e solicitarem mais a intervenção docente, não demonstram que sejam mais dependentes ou submissas que eles, mas que meninos e meninas lançam mão de estratégias distintas para conquistar o que desejam na escola. (ALTMANN, 2003, p. 82)

A mesma autora também presenciou na escola as estratégias que as meninas utilizaram para jogar futebol sem a intervenção docente: primeiro, elas chegaram mais cedo na quadra e se organizaram rapidamente; segundo, permitiram que dois meninos fossem árbitros. Os outros meninos começaram a chamá-las de “Marias-homem” e planejaram uma invasão contra a ocupação das meninas. Como os meninos não foram educados para ceder espaço para que os outros tenham as mesmas oportunidades, eles tentaram recuperar o espaço perdido. A autora não relata a intervenção de docentes que poderiam, a partir do ocorrido, iniciar uma discussão sobre gênero e organizar mais adequadamente o espaço de modo que todos pudessem utilizá-lo.

Outro exemplo da divisão de atividades físicas no recreio da escola é relatado por Silva e Daolio (2007). Ao observarem o jogo de futebol com crianças de seis e sete anos, os autores verificaram que as meninas eram muito cobradas pelos meninos nas poucas vezes que conseguiram tocar na bola. Já os meninos, quando tentavam brincar de casinha, eram excluídos pelas meninas; e, se insistissem, as meninas recorriam à professora para impedi-los.

Nos dois episódios o que acontece é a marcação de território. Nessa escola, o espaço do futebol é masculino e, assim, é entendido como pertencente aos meninos, que se esforçam para que as meninas sintam-se desconfortáveis nessa modalidade. Por outro lado, na brincadeira de casinha acontece o oposto. Dessa forma, ambos os sexos já incorporaram as expectativas sociais de gênero, bem como o que um gênero espera do outro, fazendo com que um limite as experiências

do outro. Essas relações são reforçadas pela professora, ao invés de desconstruir as concepções pré-estabelecidas.

Nesse processo, não ocorre apenas a exclusão do outro sexo, mas também a ridicularização do que é do outro, reforçando, assim, os papéis de gênero. Silva e Daolio (2007) relatam o escárnio que cada sexo faz do comportamento do outro: as meninas faziam chacota da brincadeira de “lutinha” dos meninos; e, eles, do balé das meninas.

É importante notar aqui que as formas como a sociedade atualmente organiza as relações de poder entre homens e mulheres são construídas desde a infância e a escola acaba simplesmente reproduzindo as hierarquias já estabelecidas. Isso porque, no trabalho escolar, tais relações não costumam ser discutidas.

### **1.2.2. Educação Física e gênero**

Quando as aulas de Educação Física foram implantadas no Brasil havia separação de meninos e meninas e seu conteúdo era de acordo com o sexo dos alunos. Para as meninas era destinado um modelo de aula ajustada à concepção de feminilidade da época, com exercícios leves e flexibilidade. Para os meninos, o modelo era próximo de uma preparação militar, na qual se valorizava a masculinidade hegemônica (VAGO, 1999; SOUZA, 1994).

Se no início da Educação Física havia aulas masculinas para os meninos e femininas para as meninas, atualmente as aulas mistas seguem a forma mais valorizada em nossa sociedade, qual seja, a masculinizada. Isso proporciona o desinteresse de algumas meninas, pois as atividades não condizem com aquilo que elas aprenderam como sendo a forma feminina de lazer. Em contrapartida, esse modelo masculinizado também pode ser frustrante para alguns meninos, uma vez que as aulas de Educação Física não exploram toda a potencialidade da criança, mas somente aquelas tidas como masculinas, por meio das práticas esportivas hegemônicas.

Na segunda metade da década de 1990, a questão de gênero chegou à Educação Física pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, e também pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), em 1998. No texto dos PCN's há uma tentativa de mudar culturalmente a hierarquização existente em

relação ao gênero, porém a mudança cultural é mais lenta do que a mudança de leis e regras.

No que tange à questão do gênero, as aulas mistas de Educação Física podem dar oportunidade para que meninos e meninas convivam, observem-se, descubram-se e possam aprender a ser tolerantes, a não discriminar e a compreender as diferenças, de forma a não reproduzir estereotipadamente relações sociais autoritárias (BRASIL, 1997, p. 25).

No que se refere ao gênero, há uma diferenciação entre aulas mistas e aulas coeducativas. Isso porque a coeducação não ocorre automaticamente em aulas mistas, pois essa modalidade de aula simplesmente faz com que meninas e meninos ocupem os mesmo espaços para realizarem as mesmas atividades, mas continua reproduzindo as diferenças de gênero que ocorrem fora da aula. Conforme Costa e Silva (2002):

A co-educação considera a igualdade de oportunidades entre os gêneros, porém, é importante destacar que escola mista não possui o mesmo significado da escola co-educativa. Neste sentido, para esclarecer os caminhos da co-educação em educação física, convém assinalar que esta disciplina não aborda a igualdade entre os sexos, e sim a equidade, tendo como objetivo criar um clima tal que permita o desenvolvimento integral: afetivo, social, intelectual, motor, psicológico, sem o prejuízo em relação ao gênero, ou seja, uma escola para a formação do sexo feminino e do sexo masculino que valorize as diferentes contribuições e habilidades independentes de sexo (p. 48).

Apesar das vantagens que a aula coeducativa apresenta na educação dos alunos, o que costuma ocorrer nas escolas são aulas mistas ou separadas. Jesus e Devide (2006) encontraram em uma escola da rede pública do Rio de Janeiro professores que não dominavam o conceito de aula coeducativa, entendendo-a como aula mista. Essa confusão produzia consequência nos alunos que avaliavam melhor as aulas separadas, pois, nessa modalidade de aula, a competitividade dos meninos não amedronta as meninas, que são tratadas como menos hábeis fisicamente. No entendimento dos alunos, a separação é julgada como necessária, trazendo mais prazer para cada sexo porque um não atrapalha o outro.

Entretanto, não se pode considerar que todas as meninas são excluídas ou se excluem das aulas de Educação Física, como se houvesse uma relação necessária

entre sexo e disposição para a prática esportiva. De acordo com Souza e Altmann (1999), as meninas não são excluídas nas turmas mistas de Educação Física apenas por serem meninas, mas por serem mais fracas ou más jogadoras, assim como também acontece com os meninos que ficam na reserva.

Isso, porém, não tira o peso do gênero na habilidade esportiva. A forma como algumas meninas são criadas – de acordo com certos valores femininos – dificulta que a prática prazerosa do esporte seja absorvida e incorporada, o que influencia na forma de aprender e coordenar o próprio corpo.

Duarte e Mourão (2007) observaram, em sua pesquisa, três tipos de alunas de Educação Física no quarto ciclo do Ensino Fundamental. O perfil “A” gostava das aulas de Educação Física; o perfil “B” mostrava-se ora indiferente, ora interessado; por fim, o perfil “C” não gostava das aulas. O discurso de “A” era de que as aulas poderiam transformá-las em atletas e liberar energia; o “B” apontou que algumas tarefas das aulas causavam-lhes constrangimento, como a exposição de corpos, e, assim, viviam entre a frustração e a realização; e o “C” via a aula como espaço para demonstrar fraquezas e inseguranças – assim, as qualidades ligadas ao feminino eram expressas em seus corpos.

Questionadas sobre como elas gostariam que fosse a aula de Educação Física, as meninas do grupo “A” valorizaram os esportes tanto quanto os meninos. Os grupos “B” e “C” apontaram que não se deveria ter apenas conteúdos esportivos, pois elas se excluíam das aulas em virtude da falta de habilidade. Sobre o que os meninos pensavam sobre elas, “A” afirmou que eles reconhecem quando as meninas jogam bem; já as meninas dos grupos “B” e “C” afirmaram que se sentiam invisíveis perante os meninos. Por fim, sobre o que as outras meninas pensam delas, no grupo “A” apareceu o desprezo por aquelas dos outros grupos; as meninas do perfil “C” falaram que as habilidosas têm mais amigos e que “caçoam” de seus erros tanto quanto os meninos. Assim, as mais habilidosas têm maior facilidade de se enturmarem; já as menos habilidosas sofrem com *bullying*.

As autoras concluem que as “meninas que menos participam (das aulas de Educação Física) permanecem mais presas às ambiguidades e ambivalências sobre a prática do esporte e a feminilidade” (DUARTE; MOURÃO, 2007, p. 49). Dessa forma, certos modos de feminilidade ensinados desde o nascimento da menina influenciam na sua coordenação e corporeidade. Isso pode acarretar futuras

experiências negativas na Educação Física esportivizada e produzindo um maior desprezo, ou temor, pelo esporte – talvez reproduzindo posteriormente esse ciclo.

Caso a Educação Física buscasse ser mais abrangente, transmitindo uma maior gama de atividades corporais além dos esportes, as aulas poderiam ser prazerosas para mais crianças. Trabalhando a aula juntamente com questões sociais ligadas ao corpo, poderia haver a relutância dos que preferem o modelo masculinizado e esportivizado, mas isso seria paulatinamente questionado.

### **1.2.3. Gênero e Esporte**

Conforme Salinas (2003), no processo de socialização, a maioria dos valores femininos ensinados às mulheres são contraditórios com os códigos corporais transmitidos no esporte. Porém, o processo de socialização não é visto por muitos como algo construído, mas sim como algo natural. A consequência disso é a utilização das diferenças biológicas para justificar como natural a construção social dos gêneros.

Em oposição aos valores femininos transmitidos às mulheres, tem-se o masculino que é reafirmado e transmitido nos:

[...] espetáculos esportivos que incensam a virilidade e muitas vezes também o nacionalismo e a sua inevitável identificação com os guerreiros da nação, antes no campo de batalha, hoje nos campos de futebol ou nos diversos estádios olímpicos do mundo (OLIVEIRA, 2004, p. 288-289).

Aqueles que são bem-sucedidos nos campos esportivos recebem o mesmo tratamento dos antigos guerreiros que retornavam vitoriosos do campo de batalha, reproduzindo, assim, a forma como a masculinidade foi valorizada por muito tempo. Segundo Knijnik e Machado (2008):

Um herói esportivo exala dor e sofrimento, é um modelo para uma sociedade na qual o trabalho e a pontuação são valores acima de todos os outros [...]; os torcedores acreditam neles, [...] os demais homens se identificam, viram homens juntamente com eles. As mulheres aplaudem (p. 144).

De acordo com Rial (2000) e Silva (1999), em diversas sociedades a masculinidade é algo que tem que ser conquistada e colocada à prova – isso fica

claro quando se utiliza, em nossa sociedade, a frase “mostre que você é homem!”. Conforme Silva (1999), a sociedade encara a masculinidade como um prestígio que pode ser perdido, ao passo que a feminilidade não precisa de provas, não é conquistada, é o que “sobrou” para as mulheres. A autora relata também que em outras sociedades os homens passam por duras provas para conquistar a masculinidade.

No esporte, diversas modalidades fazem com que o homem meça a sua masculinidade em relação aos outros. No boxe, por exemplo, os locais para os treinos e as competições são espaços masculinos onde os homens lutam para determinar a sua masculinidade, e, por isso, excluíram as mulheres dessa modalidade (WACQUANT, 2002).

A entrada da mulher no esporte não vai alterar a estrutura do esporte. Isso porque, segundo Rial (2000), apenas a entrada da mulher em ambientes altamente masculinos, como o boxe e o futebol, não feminiza esses espaços, o que ocorre é a absorção de valores masculinos pela mulher.

É de se esperar que isso ocorra, pois os valores femininos tradicionais impedem as mulheres de praticar boxe na forma competitiva. Provavelmente, quando uma mulher começa a praticar boxe é porque ela já tem valores socialmente classificados como masculinos – e isso é considerado algo “perigoso” pelos homófobos, pois estes associam valores masculinos com lesbianismo.

A estreita ligação entre esporte e masculinidade advém do determinismo biológico que relaciona a masculinidade com o homem. Isso traz consequências, como as relatadas por Dunning e Maguire (1997), pois muitos setores da sociedade britânica classificam homens com uma vida antiesportiva como afeminados ou homossexuais, e as mulheres esportistas como masculinas ou lésbicas.

Por causa desses estereótipos, mesmo quando alguém quer transpor essas barreiras, ou seja, sair das atividades características reservadas apenas ao seu sexo (tanto homens como mulheres), as pessoas teriam receio de fazê-lo por medo de ridicularizações – ofensas como “sapatão”, “bicha”, “machona”, “frutinha”, entre outras –, ou mesmo por medo de serem excluídas ao serem confundidas como homossexual e todo o preconceito daí advindo.

Além de ter a heterossexualidade questionada, há outras influências ligadas ao gênero, como as expectativas da trajetória de vida criadas de acordo com o que é visto como natural para as mulheres. Conforme Mourão (2002), devido aos papéis



sociais de gênero destinados às mulheres, elas encontram dificuldades em acompanhar atletas em viagens, dedicar-se em treinamentos de longa temporada etc. – ou seja, tudo o que afasta a mulher do mundo doméstico. Isso ocorre porque elas estão “dispostas a assumir diferentes cargos no mercado de trabalho, no esporte ainda procuram associar sua função aos cuidados com os filhos e com a casa” (p. 843).

Adelman (2003) obteve respostas semelhantes ao entrevistar amazonas. Algumas delas relataram que pararam de praticar a modalidade em razão das dificuldades para conciliar o esporte com a família, os filhos, o trabalho e a relação com os maridos, que, em geral, não as apoiam. Uma amazona relatou que nas competições o único marido na arquibancada era o dela, mas que, por outro lado, as esposas dos cavaleiros normalmente os acompanham.

As jogadoras de voleibol, que foram entrevistadas pela autora, também reconhecem essa dificuldade entre ser atleta e, ao mesmo tempo, querer construir uma vida familiar. Uma delas comparou o homem com a mulher, afirmando que o homem pode casar, ter filhos e continuar jogando, ao passo que se a mulher desejar fazer a mesma coisa terá dificuldade.

Há, portanto, uma dificuldade para as mulheres ajustarem as suas expectativas sociais do espaço privado aos seus objetivos no espaço público, uma vez que a organização social foi construída e está organizada de modo que os homens ocupem os espaços públicos e as mulheres apenas o privado.

Nesse sentido, o espaço público foi construído para ser destinado aos homens. E, como são os homens os detentores do saber e, por isso, comandam os vencidos, eles ocupam os cargos de maior competitividade no esporte, como nas federações e confederações brasileiras (MOURÃO; GOMES, 2004). Isso, porém, não é algo exclusivo do Brasil. A alta administração do NCAA (*National Collegiate Athletics Association* – Associação Atlética Nacional Universitária dos EUA) é um local reservado para homens mesmo com vagas abertas para ambos os sexos.

A pesquisa feita por Whisenant, Pedersen e Obenour (2002) avaliou a evolução na carreira profissional de 157 diretores da NCAA, sendo que as mulheres representavam apenas 16% do total. Utilizou-se nessa investigação o MAQ (*Management Achievement Quotient* – Quociente da Realização da Gerência) e o MSI (*Management Success Index* – Índice do Sucesso da Gerência). Os resultados apontaram que os homens têm maior progresso que as mulheres nos cargos de

maior poder ( $H=0,070$  e  $M=0,047$ ); nos cargos inferiores, o progresso é semelhante ( $H=0,039$  e  $M=0,037$ ).

Uma provável consequência desse poder de atuação reduzido das mulheres nos postos de comando é a baixa importância dada ao naipe feminino em diversas modalidades. Como demonstrou Knijnik (2006), no futebol brasileiro, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) prometeu apoio aos times femininos de futebol, mas não realizou as promessas. Na França, Menneson (2006) relata que a federação de futebol melhorou a forma de tratar o futebol feminino depois que o ministério ameaçou taxá-la como machista; além disso, a federação francesa foi pressionada pela União das Federações Europeias de Futebol e pela Federação Internacional de Futebol (FIFA).

Como apresentado anteriormente, os valores ligados ao gênero mudam em cada sociedade (MOORE, 2003) e também se alteram ao longo do tempo (CONNELL, 1995). No esporte não é diferente. Há valores distintos em cada modalidade, assim como em cada forma de praticar a modalidade, pois, de acordo com Rial (2000), cada esporte tem seus valores, e, portanto, constrói masculinidades diferentes.

Pereira (1984) notou que para a sociedade os esportes destinados às mulheres são aqueles com graciosidade e beleza. No entanto, isso não é uma regra imutável. Dunning e Maguire (1997) classificam o hóquei de grama como uma anomalia, pois tem qualidades ligadas à masculinidade e é praticado por mulheres. Para os autores, isso ocorre em virtude da história dessa modalidade: no fim do século XIX, mulheres começaram a praticar o hóquei de grama como forma de protesto contra os padrões identitários (e corporais) tidos como femininos.

Algumas modalidades, tais como a ginástica olímpica e a patinação, também são exceções à regra, uma vez que exigem muita força das atletas. Nesses casos, empregam-se diversos artifícios como movimentos graciosos, maquiagem pesada, cabelos escovados, uso de vestimentas que deixa mais visível o corpo feminino e outros meios que exacerbam a feminilidade almejada – tudo para que as atletas se apresentem dentro dos padrões sociais requeridos.

No hipismo, homens e mulheres competem juntos; porém, mesmo sendo a mesma modalidade, há diferenças entre os valores masculinos e os valores femininos. As amazonas, por exemplo, segundo Adelman (2003), reclamam que as

mulheres no hipismo são vistas como competidoras mais dóceis, que estariam mais interessadas nos animais do que na competição.

Com o passar do tempo, a classificação da modalidade esportiva como masculina ou feminina vem mudando, o que demonstra mudanças de valores, de preconceitos e de critérios. Atualmente, segundo Souza e Altmann (1999), “aos homens é dado o direito de praticar o voleibol, sem riscos para a sua masculinidade, e o futebol passa a ser praticado por mulheres” (p. 58).

Riemer e Visio (2003), comparando os resultados obtidos em 1965 com a Classificação de Metheny – na qual as pessoas classificam os esportes mais masculinos ou mais femininos –, constataram que o basebol e futebol tornaram-se menos *masculinos* e o *softbol* menos *feminino*. Tais mudanças ocorrem de forma gradual, e, assim, ainda permanecem resíduos. Adelman (2003), ao entrevistar jogadoras de vôlei, observou um desses resíduos: as atletas entrevistadas defendiam que o voleibol é mais feminino e não masculiniza o corpo em comparação com outras modalidades.

Essas mudanças demonstram que o esporte não masculiniza e nem feminiza. O que ocorre é a transmissão de certos valores que dificultam o acesso a esta ou aquela modalidade. Isso porque os critérios são socialmente construídos, e, portanto, ao mudar os critérios de avaliação, também muda a demarcação sobre qual modalidade deve ser praticada pelos diferentes sexos.

As barreiras que limitam as mulheres nas características femininas também podem ser impostas por outras mulheres. Isso acontece porque, às vezes, as mulheres são condicionadas no interior de cânones rígidos e únicos de feminilidade, e, a partir disso, elas passam a criticar todas as outras formas fora do padrão hegemônico de feminilidade.

### **1.2.3.1. Corpos femininos no esporte**

Goellner (2003) propõe pensarmos o corpo como uma construção com marcas ligadas ao tempo, espaço, economia e grupo pertencente. Não é, portanto, algo universal e imutável, pois nele intervém o desenvolvimento científico, tecnológico, legal e cultural de uma época. Dessa forma, o corpo, como parte da identidade pessoal, apresenta as marcas da sociedade na qual o sujeito vive, produz e reproduz.

Os desenvolvimentos científico, tecnológico, legal e cultural criam formas de se falar sobre o corpo e de qualificá-lo. Conforme Goellner (2003), a linguagem cria o existente e, assim, classifica os corpos como belo ou feio, saudável ou doente. Essas representações são incorporadas por meio dos processos educativos da escola, assim como pela pressão das mídias sobre os indivíduos, ao veicular corpos que seriam ideais. Ludörf (2008) utiliza o termo *corpo design* para se referir ao corpo perfeito. Derivado do ideal da moda e da mídia, tal corpo está presente no imaginário das pessoas, que o modelam para se aproximar desse ideal. Essa relação entre o corpo perfeito e a moda se altera com o tempo e são diferentes para cada grupo social.

Dessa forma, também se deve pensar nas classificações de corpo masculino e feminino independente do sexo. No caso, por exemplo, de uma mulher com os músculos das pernas hipertrofiados, o seu corpo pode ser classificado como masculino ou como pouco feminino, de acordo com os critérios de quem está avaliando. Além disso, essa mesma mulher pode ser vista por certos grupos como feia e masculinizada, e por outros como feminina e bela. Enfim, as classificações estão muito mais ligadas à cultura do que ao biológico.

De forma geral, o corpo feminino ideal vem se modificando, pois, conforme Adelman (2003), ele deixou de ser o da frágil “mulher do lar” para ser o da “mulher ativa”, com o corpo magro e firme, mas sem ser muito musculoso. Tal corpo requer dinheiro e tempo para ser cultivado, o que não é possível para muitas mulheres.

Não é apenas o corpo magro e firme que se tornou o ideal. Muitas mulheres também buscam o corpo das “gostosas”, com músculos esculpido, pele sempre bronzeada, seios siliconados e coxas grossas. Essas “*barbies* olímpicas”, na definição de Gonçalves (2002), modificam seus corpos por meio de operações plásticas, lipoaspirações, cosméticos e atividades físicas. Nesse sentido, há diferentes tipos de corpos e modelos – como magras e “gostasas” – lutando pela hegemonia do seu *padrão*.

De acordo com o levantamento feito por Cox e Thompson (2000), as jogadoras de futebol veem o corpo ideal como relativamente magro, forte e atlético o suficiente para se jogar bem futebol. Elas relataram que por meio do jogo conseguiram ter o aumento da força física, da habilidade e da confiança, o que melhorou vários aspectos de suas vidas, mas, ainda sim, consideram que essas qualidades fazem parte do traço masculino. Aspecto semelhante foi encontrado por

Aldeman (2003), que identificou nas amazonas uma rejeição à tendência feminina a sentir medo; assim, elas formaram uma autoimagem diferente das outras mulheres.

Dessa forma, o esporte competitivo traz uma autoimagem diferente do que aquela veiculada pela ideia de sexo frágil, como também exige um corpo diferente para contemplar as demandas do esporte. Cox e Thompson (2000) defendem que, ao mesmo tempo em que o futebol deixa as jogadoras mais fortes, confiantes e com melhor aptidão física, ele também desenvolve um corpo marginalizado.

No handebol, Knijnik (2001) acredita que as atletas gostariam de ser mais altas para ter vantagem sobre as adversárias. Em contrapartida, elas não gostariam de ter ossos grandes, por desejarem ter pés menores – sendo essas as características da feminilidade almejada, elas tornam-se quase que inatingíveis, pois o corpo cresce de forma proporcional, mostrando o paradoxo ao qual essas atletas estão submetidas. Por sua vez, as jogadoras de voleibol relataram para Adelman (2003) alguns problemas com relação à altura, por exemplo, a dificuldade no momento de arranjar namorado ou não poder usar salto alto. Mas no vôlei, quanto maior a altura, maior será a vantagem sobre o oponente.

Além da preocupação de não estar em acordo com os padrões de beleza da sociedade, outra questão importante é quando a aparência do corpo pode pôr em dúvida a heterossexualidade das atletas. Isso pode ocorrer em virtude da aparência masculinizada do corpo, pois algumas pessoas julgam que quando não há concordância entre gênero e sexo há um desvio. Esse “desvio” é a homossexualidade, o que demonstra a intolerância social quanto às diversas formas de sexualidade.

Esse problema está presente, inclusive, entre as atletas, pois algumas mulheres heterossexuais têm medo das homossexuais. Nesse sentido, o estudo de Cox e Thompson (2000), com jogadoras de futebol, constatou que as novas integrantes do time tinham que passar por “testes” para comprovar sua heterossexualidade. Um desses “testes” era o tamanho do cabelo, considerando-se o cabelo longo como símbolo de feminilidade. Tal critério de avaliação demonstra, mais uma vez, a confusão entre gênero e sexualidade.

De modo geral, a mulher tem sua heterossexualidade questionada não só pela aparência do corpo, mas também pela forma como ela o molda. Se for através de aulas de dança, a heterossexualidade será pouco questionada pelo fato da dança ser classificada comumente como uma atividade feminina; mas, se for por meio de

aulas de futebol, boxe tailandês, tae-kwon-do, luta livre ou outros esportes de predomínio masculino, provavelmente a mulher será rotulada de homossexual.

Em consequência das exigências estéticas idealizadas para o corpo feminino, as atletas, ainda que com um corpo altamente desenvolvido para a sua prática profissional no esporte, podem entrar em conflito com sua aparência, uma vez que seu corpo não se encaixa nesse padrão. Uma forma de escapar desse confronto é criar barreiras ao julgamento alheio, construindo os seus próprios critérios para o corpo e para a modalidade.

Adelman (2003) relata que, no voleibol, as jogadoras defendem a sua modalidade porque não masculinizaria o corpo como no basquete, no handebol e no futebol. Elas, ainda, diferenciaram as jogadoras brasileiras das cubanas, afirmando que as brasileiras são mais técnicas e as cubanas, mais fortes. Uma jogadora de vôlei entrevistada pela autora relatou que, após os treinos e os jogos, ela veste saia, coloca brinco e passa maquiagem, procurando aflorar mais a feminilidade. A partir do relato, a autora concluiu que mesmo considerando o voleibol como um esporte feminino, as atletas buscam mecanismos para se protegerem do preconceito.

Conforme Knijnik (2001), certas jogadoras de handebol suavizam as qualidades presentes no jogo, como agressividade, contatos físicos, empurrões e demais qualidades classificadas como masculinas. Além disso, elas utilizam roupas caracterizadas como femininas para se adequarem às normas sociais. Yuri e Giannini (2005) relatam fato semelhante sobre duas boxeadoras que preferem lutar com luvas cor-de-rosa. Segundo o relato, a boxeadora Ana Paula Lúcio dos Santos, tem o quarto cheio de cremes para cabelos e uma coleção de sandálias de saltinho.

Porém, nem todos os critérios que qualificam uma mulher como bela estão em contradição com as condições físicas necessárias para o esporte profissional nas diversas modalidades. Um exemplo disso é a exigência de um corpo com pouca gordura e "sarado". Segundo o trabalho de Cox e Thompson (2000), a maior preocupação das jogadoras de futebol em relação ao corpo é a gordura, já que uma mulher gorda está fora tanto dos padrões do corpo feminino como do corpo atlético, e, por isso, é julgada como preguiçosa e de pouca habilidade, o que afeta a autoestima, bem como a percepção da sua beleza. De acordo com os autores, o corpo moldado pelo futebol (magro, com músculos e forte) está dentro do que atualmente é considerado por muitas pessoas como um corpo belo; assim, essas jogadoras podem ter um corpo feminino e alcançar a elite do futebol.

No handebol, Knijnik (2001) constatou que as atletas gostariam de sentir-se mais magras, mesmo que acima do peso elas tenham vantagem em um contato físico com uma oponente mais leve. Além disso, no handebol, ter pernas potentes e musculosas é importante para um melhor desempenho. No entanto, segundo o autor, as atletas mostraram-se preocupadas com as pernas, pois, para além do esporte, elas gostam de exibi-las.

A maior valorização do esporte nos últimos tempos fez o corpo feminino ideal tornar-se atlético. Conforme Schultz (2004), o tope (vestimenta feminina para os seios utilizada na prática esportiva) surgiu em 1977 e recebeu inovações tecnológicas ao longo do tempo. Com isso, passou a fazer parte da moda feminina, o que significa tanto a aceitação do corpo atlético feminino, como também a inclusão de uma grande dose de sensualidade na mulher que o utiliza.

Dessa forma, se o corpo atlético feminino estiver dentro das qualidades estéticas que a sociedade idealiza para as mulheres, o problema do conflito do corpo das atletas estaria resolvido. No entanto, quando isso ocorre, o corpo das atletas pode sofrer uma erotização e ser tratado como objeto sexual pela mídia – para o deleite de homens heterossexuais que não levam o esporte feminino a sério.

Nesse sentido, a exibição do corpo erotizado das atletas atende aos interesses dos meios de comunicação, que, assim, consegue prender o telespectador homem heterossexual por mais tempo em sua audiência, não importando a forma com que o faça. Isso porque, enquanto o interesse dos patrocinadores estiver voltado para a quantidade de pessoas que assistem o seu comercial, o conteúdo do esporte feminino acaba sendo ignorado. Diante disso, Brace-Govan (2002) defende que quando as mulheres transpuserem esse status de ser apenas objeto, poderão trabalhar o corpo de forma mais eficiente e buscar melhores resultados quantitativos.

Segundo Alonso (2002), a mulher que se destaca no esporte ganha respeito e reconhecimento social, quebrando o estereótipo feminino de fraqueza, mas também acaba recebendo um olhar erótico dos homens sobre o corpo modelado. Conforme Schultz (2004), o ideal feminino de corpo tornou-se forte e atlético, porém a visão erótica sobre ele ainda reproduz a ordem tradicional de gênero que “objetifica” a mulher. Entretanto, essa regra não é para todas as modalidades, pois cada modalidade produz um corpo particular. Assim, só recebe um olhar erotizado

aqueles atletas cuja modalidade produz um corpo próximo do ideal estético, estando esse corpo de acordo com as normas padronizadas e não escritas de gênero.

Conforme Ludörf (2008), a moda muscular contemporânea prega para os homens troncos e membros superiores hipertrofiados e, para as mulheres, quadris, abdômen e coxas bem definidos. Os membros inferiores potentes são importantes em modalidades coletivas e, como pernas tonificadas fazem parte de um corpo ideal feminino para um grande grupo de pessoas, as atletas dessas modalidades são alvos de olhares eróticos.

Nas lutas como a capoeira e o tae-kwon-do, que trabalham principalmente os membros inferiores, as atletas vão desenvolver um corpo que se ajusta ao padrão de corpo feminino, mas outras modalidades como boxe, judô e jiu-jitsu hipertrofiam a musculatura dos membros superiores, o que limita a participação das mulheres. Já o *muay thai*, o *savate* e o kung-fu desenvolvem a musculatura dos membros superiores e inferiores.

### 1.3. História do judô feminino

Segundo Silva (1994), apenas em 1923, 40 anos após a criação do *Kodokan* (ginásio para a prática do judô), que, no Japão, a instrução feminina passou a ser oficial. Foi então criada a divisão feminina, o *Joshi-Bu*, mas para as mulheres ainda era vetado o *randori* (prática livre, o treino da luta em si) pesado e as competições. O autor afirma que para Jigoro Kano, criador do judô, o *randori* não deveria ser praticado de forma mista, e as mulheres não deveriam focar em competição, mas sim dar ênfase ao *kata* (simulação de luta). Dessa forma, na sua criação, o judô visualizava a mulher como sendo mais delicada que o homem, e, por isso, as restrições para as mulheres estavam ligadas à intensidade dos treinos. Além disso, as competições eram proibidas, pois nas lutas competitivas os atletas se esforçam ao máximo para conseguir a vitória.

Em 1955, a norte-americana Rusty Kanokogi começou a se opor a essa forma restrita da mulher praticar o judô. Ela persuadiu seu professor no *dojô* (local de treinamento) e passou a treinar o *randori*, ao invés de apenas fazer a simulação da luta – *kata* (SILVA, 1994). Em 1962, Rusty foi estudar na *Kodokan* e viu o quanto era limitado o *Joshi-Bu*. Após uma semana, ela foi a primeira mulher a ser convidada a treinar com os homens no *dojô* principal e isso teve grande influência para a



realização do 1º Campeonato Mundial Feminino de Judô, em 1980, na cidade de Nova York (SILVA, 1994).

Com a sua habilidade no judô, Rusty Kanokogi foi quebrando aos poucos a ideia de que o “sexo frágil” não poderia praticar o *randori*, tampouco competir. Com isso, uma nova visibilidade sobre as judocas foi surgindo nas instituições da modalidade.

Conforme Silva (1994), na Inglaterra, em 1959, ocorreu a 1ª Conferência para Mulheres da Associação de Técnicos, e, em 1961, ocorreu a formação do Comitê Feminino com os representantes do Reino Unido, cujo objetivo era desenvolver o judô feminino. Em 1966, aconteceu o 1º Campeonato de Equipes Femininas, realizado com competição de *kata* (simulação de luta com todos os movimentos previamente definidos, no qual ganha quem realizar os movimentos de forma mais próxima a da perfeição). Em 1971, houve a 1ª Competição Internacional Feminina.

Inicialmente, as competições eram realizadas em local fechado e a entrada era apenas para convidados. Nelas, os juízes, além de pontuar os golpes das atletas, como nas lutas dos homens, também avaliavam a habilidade, o estilo, a qualidade do movimento e o espírito, o que deixava a luta lenta. A *Kodokan*, assim, buscava ligar as judocas aos valores femininos da época e da comunidade do judô, pois uma avaliação seguindo critérios como estilo, qualidade e espírito, estava relacionada com a busca de dar ao judô uma aparência mais suave. Dessa forma, ganhavam destaque aquelas atletas que adaptavam o seu treino para essa forma de avaliação, condicionando um “melhor” jeito de se treinar judô – melhor do ponto de vista de conformar-se minimamente à feminilidade tradicional.

### **1.3.1. As modalidades de luta das mulheres no Brasil**

No Brasil, o decreto-lei 3.199, de 1941, proibia, conforme o seu artigo 54, as mulheres de praticarem desportos incompatíveis com sua natureza, e determinava que o antigo Conselho Nacional de Desportos (CND) deveria dar as instruções para o cumprimento do decreto (BRASIL, 1941). É possível notar, portanto, que a participação da mulher no esporte encontrava barreiras legais além das culturais. Na verdade, pode-se entender que era uma soma de ambas, pois, afinal, o que seriam os esportes incompatíveis para a natureza da mulher? Tal lei só faria sentido se a sociedade visse a mulher como um ser altamente frágil, uma vez que a ideia de

“natureza da mulher” está ancorada nas relações sociais de gênero historicamente construídas. Desse modo, as instruções do CND revelam o que, à época, se julgava ser a “natureza feminina”.

Lardies (1951) apresenta a resolução que proibia as mulheres de praticar lutas. Além das lutas, também estavam proibidas as modalidades que permitiam maior contato corporal e que extravasasse a agressividade, sendo permitidas apenas aquelas que deixassem a graciosidade e a beleza feminina à mostra. Fica claro que esses valores são questionáveis, pois se alteram com a história e estão atrelados ao gênero. Ademais, se anteriormente questionou-se o que era a “natureza feminina”, deve-se fazer o mesmo questionando o que seriam as tais “graciosidade e beleza femininas”.

No Brasil, em 1965, a ditadura militar proibiu a participação da mulher em certos esportes por meio da Deliberação nº 7/65, que estipulou: “Não é permitida a prática feminina de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo, halterofilismo e basebol”. (MOURÃO, 2002, p. 833).

Nota-se, portanto, a preocupação com qualquer tipo de luta. Os militares, então, estavam preocupados com a possibilidade das mulheres começarem a gostar de lutas? Eles, na verdade, estavam preocupados com a capacidade de reprodução das mulheres, isso porque o discurso médico da época via essas modalidades como prejudiciais à fertilidade feminina.

Essa preocupação corresponde também ao comportamento apresentado em países nacionalistas, como Portugal no período do Estado Novo (1932-1974). Segundo Pinheiro (2002), o regime político português preocupava-se com a função da mulher em gerar soldados, trabalhadores, e regenerar a raça. A ideologia conservadora, que dava substrato a esses regimes, enxergava o corpo da mulher como “algo” a ser “protegido”.

Em 1979, a Deliberação nº 7/65 foi revogada pela Deliberação nº 10/79, que permitiu às mulheres praticarem todas as modalidades esportivas. Apesar de ser um avanço, a legislação ainda era restritiva, pois havia algumas condições, tais como: a exigência da entidade internacional da modalidade realizar campeonatos e torneios oficiais com mulheres ou mistos. Caso contrário, deveria ser solicitada uma autorização ao CND para a modalidade ser praticada (BRASIL, 1984).

Após vários anos de restrição, houve algumas alterações em relação à participação das mulheres no mundo esportivo. Conforme apresentado por

Castellani (1994), a recomendação n° 2 da CND, de 1986, propunha que as mulheres deveriam ser estimuladas a participar de diversas modalidades esportivas. Outra mudança legal mais ampla ocorreu com a Constituição de 1988, pois o artigo 5º garante que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

No final dos anos 1970, a área médica brasileira ainda estava presa aos preconceitos contra as mulheres e isso influenciava a análise de dados das pesquisas. Assim, as conclusões científicas eram consequências desses preconceitos, desmantelando o ideal de que a ciência é livre de influências subjetivas, e que, por isso, consegue chegar à verdade. Um exemplo disso é uma publicação muito influente de 1978, realizada pelo eminente médico e fisiologista Mario Carvalho Pini, na qual afirma que a mulher é capaz de participar de todas as modalidades esportivas. O autor cita, inclusive, exemplos de mulheres que competiram com homens e obtiveram bons resultados, mas, em seguida, escreve: “Poder participar de todas as modalidades esportivas praticadas pelo homem ela pode. Resta apenas sabermos se ela deve fazê-lo” (PINI, 1978, p. 209).

A posição de Pini era de que a mulher não devia fazer algumas modalidades, como as lutas, porque, nesses casos, a mulher treinaria duas vezes ao dia de forma intensa, causando grande desgaste físico, contatos violentos e consequências traumáticas. A conclusão de Pini sobre a participação das mulheres no esporte foi: “[...] a mulher deve dedicar-se apenas às modalidades esportivas que favoreçam e exaltem sua beleza física, a delicadeza e a graça dos seus movimentos, bem como o seu psiquismo e sua espiritualidade” (1978, p. 217). As argumentações do autor estavam apoiadas nos estudos de grandes centros de pesquisa que influenciavam os outros pesquisadores. Devide (2005), por exemplo, relata que apenas em 1984 o Colégio Americano de Medicina Esportiva deu parecer favorável a participação feminina nas modalidades de longa distância. Até essa data, a instituição mantinha, desde 1960, um parecer que proibia a participação das mulheres em corridas acima de 200 metros.

Os pesquisadores mais influentes e os grandes centros de pesquisa carregam grande responsabilidade na análise dos dados adquiridos nas pesquisas. Isso porque, suas conclusões, boas ou ruins, influenciam outros pesquisadores em virtude do prestígio que eles detêm.

Tanto no âmbito mundial como nacional, há poucos estudos sobre a história das mulheres nas modalidades de luta. No Brasil, há trabalhos sobre mulheres na capoeira e no judô, que são apresentados a seguir.

### **1.3.2. A capoeira e o judô feminino**

A capoeira foi proibida por lei em 1890 (tanto para homens como para mulheres, pois era uma proibição vinculada às questões de classe e raça, representadas pela capoeira), prevendo punição para quem a praticasse (BRASIL, 1890). Conforme Paiva (2007), tal proibição vigorou até as primeiras décadas do século XX, e, somente em 1953, Getúlio Vargas a nomeou como esporte nacional. Ainda segundo Paiva (2007), antes da década de 1970, a capoeira era predominantemente praticada por homens. Um mestre de capoeira relatou à autora que ele rejeitava as mulheres que quisessem praticar capoeira e a sua justificativa era a de que os mestres mais velhos assim faziam, restando a elas apenas auxiliar o coro da roda.

A forma como é transmitidos os conhecimentos da capoeira não permite o questionamento do seu conteúdo, impedindo o seu aperfeiçoamento e mantendo o mestre no topo da hierarquia do grupo. Isso acontece porque o mestre se apresenta como o dono da verdade e, assim, mantém o *status quo*, o que bloqueia qualquer nova influência que possa fazer alguma alteração. Nesse sentido, como alterar a desigualdade de direito da mulher na luta se não é permitido o questionamento? O mestre, não sendo questionado, fará com que novas formas de se pensar a capoeira fiquem restritas àquele que a pensou.

No entanto, isso não ocorre apenas na capoeira. Drigo et al. (2005) relata que em muitas aulas de judô as crianças desde cedo são educadas por meio de uma ideologia semelhante ao do feudalismo japonês: valorização da submissão e da dominação, sem possibilidades de questionamentos ou de dúvidas. O espaço é alienante, pois há a transmissão do mundo perfeito (e mítico) oriental sobre a real situação do ocidente.

Segundo Barbosa (2005), na década de 1970, os professores de capoeira estrangeiros vinham para o Brasil e traziam com eles os seus alunos e alunas para a realização de estudos e treinamentos. A vinda das alunas estrangeiras quebrava o estigma da mulher frágil por serem mais habilidosas e por terem um físico

correspondente à prática de capoeira de forma intensa. Entretanto, os mais conservadores as viam como menos graciosas, ou menos femininas, que as brasileiras. Dessa forma, os setores conservadores estipulavam como deveria ser o corpo feminino na capoeira, e, conseqüentemente, isso influenciava nas possibilidades de movimento, pois certos golpes acrobáticos exigem potência muscular e o corpo idealizado pelos conservadores não permitia tal resultado.

De acordo com Barbosa (2005), as mulheres cantavam e tocavam na roda de capoeira, sendo poucas as que participavam do jogo. Isso foi mudando durante as décadas de 1970 e 1980. A explicação do autor para a maior participação das mulheres é a de que, nos anos de 1970, a capoeira começou a ser “branqueada” e mais difundida na classe média com a *capoeira regional*. Já nos anos de 1980 e 1990, buscou-se a reafrikanização, dando mais força a *capoeira de angola*, que é menos agressiva, violenta e acrobática. Com esses atrativos, as mulheres passaram a frequentar mais as rodas de capoeira. Tal mudança também foi observada em entrevistas com universitárias praticantes de capoeira, as quais relataram que a capoeira não tem o seu foco na luta – retirando a atenção de algo julgado como masculino – mas na dança e na cultura (FERRETTI; KNIJNIK, 2007).

Mas não foi apenas a capoeira de angola que trouxe as mulheres para essa modalidade, já que elas também praticam a *capoeira regional*. Com a elitização da capoeira, a percepção de que a modalidade era uma “briga de malandro” foi cedendo espaço para a visão de que a modalidade representa a cultura brasileira, entendida como uma filosofia cidadã, com menor tendência para agressão e maior para as acrobacias.

Sobre o judô feminino no Brasil, Mourão e Souza (2007) relatam que, no final da década de 1970,<sup>1</sup> a Confederação Brasileira de Judô (CBJ) e o professor Joaquim Mamede de Carvalho e Silva (conhecido como Mamede) começaram a reivindicar junto à CND a revogação do decreto que proibia as mulheres de praticar judô e outras modalidades, pois o Brasil estava perdendo pontos nos campeonatos internacionais sem a participação de ambos os sexos. Em 1974, Mamede não conseguiu convencer o presidente da Federação Guanabariana de Judô para incluir as mulheres no torneio e, com isso, forçar a derrubada do decreto. Assim, juntamente com o mestre de judô Takeshi Ueda, iniciaram torneios femininos

---

<sup>1</sup> Conforme Mourão e Souza (2007), antes da década de 1960, a judoca Kimie Kihara já tinha apresentado o *Ju-no-kata* (judô para as mulheres) no Brasil.

extraoficiais. Em 1977, Mamede foi para a *Kodokan* aprender as técnicas de *Ju-no-kata*, e, ao retornar para o Brasil, transmitiu a técnica para as filhas.

Mourão e Souza (2007) relatam que, em outubro de 1979, as judocas Kasue Ueda (filha de Takeshi), Ana Maria de Carvalho e Silva, Cristina Maria de Carvalho e Silva e Patrícia Maria de Carvalho e Silva (filhas de Mamede), foram para o Campeonato Sul Americano de Judô, no Uruguai, inscritas com nomes de homens para obter do governo o pagamento dos gastos relacionados com a competição.

Joaquim Mamede relatou para Mourão e Souza (2007) que ao retornar da competição foi informado que deveria se apresentar imediatamente ao CND. Ele, então, se apresentou juntamente com as lutadoras de quimono e com as medalhas – algo que pode ter auxiliado na derrubada do decreto que proibia as mulheres de praticarem lutas.

Por meio das narrativas sobre a derrubada da lei que proibia as mulheres de participar de competições de modalidades de luta, pode-se verificar:

[...] que as mulheres que representaram o Brasil nesta competição não tinham nenhuma estratégia de emancipação em comum, elas apenas atendiam às reivindicações e desejos de seus pais, que tinham o judô como uma de suas paixões e desejavam que este esporte se projetasse no cenário nacional e internacional através de seus resultados (MOURÃO; SOUZA, 2007, p. 8).

Entretanto, mesmo sem uma consciência política, elas conseguiram realizar, com seu trabalho esportivo e corporal, um grande passo para a transformação das relações de gênero no esporte e nas demais arenas da vida social.

## 2. METODOLOGIA

No intuito de perseguir os objetivos desta pesquisa, qual seja, o de conhecer mais sobre a realidade (ou a vida) das lutadoras brasileiras do século XXI, procederam-se cinco entrevistas com atletas campeãs mundiais em modalidades de luta, tais como boxe, caratê, jiu-jitsu e tae-kwon-do.

Explica-se abaixo os procedimentos para a realização dessas entrevistas, bem como a metodologia empregada para a construção do instrumento de análise, o embasamento teórico e os passos dados para se elaborar o roteiro da entrevista guiada.

### 2.1. Procedimentos

Participaram das entrevistas cinco lutadoras residentes no Brasil que ganharam, no mínimo, um campeonato mundial em uma modalidade de luta. As atletas entrevistadas foram campeãs mundiais de boxe, caratê, jiu-jitsu e tae-kwon-do, modalidades institucionalizadas e organizadas hierarquicamente do nível estadual ao mundial.

Escolheram-se as campeãs mundiais porque elas passaram por todos os estágios de uma lutadora, desde a brincadeira na infância, passando pelo ingresso na modalidade e pela participação de campeonatos de pouca importância, até chegarem à vitória da principal competição da sua modalidade de luta.

O roteiro de entrevista foi previamente testado com duas lutadoras de jiu-jitsu, pois, Bosi (2003) aconselha fazer a pré-entrevista (estudo exploratório) para aperfeiçoamento do roteiro, adequação da linguagem e abertura de caminhos para outras entrevistas.

Becker (1994) reforça a importância da pré-entrevista ao afirmar que com ela o pesquisador pode, sobretudo a partir das reações e respostas dos entrevistados, perceber com clareza se a sua pergunta está clara ou deve ser modificada. O autor ainda ressalta que a pré-entrevista é fundamental para testar se a pergunta não está induzindo o entrevistado às respostas esperadas pelo entrevistador.

Antes da entrevista com cada lutadora, realizou-se uma pesquisa sobre sua vida e suas participações em campeonatos no *site* das próprias lutadoras (as que dispunham), assim como em *sites* com notícias esportivas e nos *sites* das

federações e confederações da modalidade. As informações sobre duas lutadoras não estavam disponíveis, e, por isso, foi feita inicialmente uma pesquisa bibliográfica sobre as regras e a organização da modalidade.

Esses procedimentos, assim como todo o levantamento aqui realizado, são referendados na literatura. Para Bosi (2003, p. 59), “antes do encontro com o depoente, convém recolher o máximo de informações sobre o assunto em pauta para formular questões que o estimulem a responder”. Por essa razão, foi realizada a busca de informações sobre as entrevistadas e suas modalidades.

As entrevistas foram gravadas por uma câmera digital Samsung, modelo S860, e por um MP3 player da marca Sony. No início das entrevistas forneceu-se o consentimento esclarecido, explicando para as entrevistadas que ficariam anônimas (para isso foram utilizadas siglas correspondentes à sua modalidade ao invés do nome). Todos os procedimentos foram feitos de acordo com os princípios éticos que regem pesquisas de caráter sociológico com seres humanos. O trabalho foi aprovado no Comitê de Ética da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, registrado com o número 0054.0.342.000-10.

O objetivo geral desta pesquisa foi o de analisar a formação esportiva das atletas entrevistadas, bem como a carreira no esporte de mulheres que praticam modalidades de luta em altos níveis competitivos. Dessa forma, o roteiro guiado procurou claramente focar esse objetivo.

Por tratar-se de entrevista com lutadoras, que usam a maestria dos movimentos corporais para desempenharem as suas funções, o roteiro foi elaborado com os seguintes objetivos: identificar a atividade física praticada desde a infância e seus possíveis agentes influenciadores; identificar a percepção que as atletas têm sobre a modalidade e sobre elas próprias; identificar suas percepções de gênero e de corpo; coletar informações sobre o relacionamento das atletas com os homens nos treinos, assim como sobre o tratamento dado pelas organizações da modalidade e patrocinadores, para identificar as hierarquias existentes no meio das lutas.

As lutadoras mostraram-se interessadas em colaborar com a pesquisa, mesmo sem qualquer tipo de gratificação financeira ou outras formas de premiação. A primeira a participar foi a boxeadora (BOX). O contato com ela foi estabelecido por intermédio do seu empresário. A entrevista ocorreu na lanchonete da academia em que ela trabalha e durou 1 hora e 48 minutos, sofrendo algumas interrupções.



A primeira lutadora de jiu-jitsu (JJ1) a ser entrevistada teve o contato inicial por *e-mail*; o endereço foi localizado em uma entrevista dela disponível em um site que armazena vídeos. A entrevista para a pesquisa ocorreu no tatame, ao final do seu treino, e durou 42 minutos. A segunda lutadora de jiu-jitsu (JJ2) foi apresentada pela primeira; a entrevista também ocorreu no tatame, após o treino, com a duração de uma hora.

O contato inicial com a carateca (KRT) foi feito pelo e-mail de sua patrocinadora. A entrevista ocorreu antes do treino, no clube em que treina, não havendo interrupções, e durando 54 minutos. O contato com a lutadora de tae-kwon-do (TKD) foi feito por meio do e-mail disponível no seu site. O encontro foi agendado por intermédio de sua assessora, e aconteceu após o treino, em sua academia, com a duração de 50 minutos.

A motivação em participar da entrevista e fornecer dados da melhor forma possível ocorre, segundo Cannell e Kahn (1974), inicialmente pela curiosidade do entrevistado pelo assunto sobre o qual a pesquisa irá tratar; e, muitas vezes, também pelo apego às normas de cortesia. Entretanto, para os autores, isso não motiva a pessoa suficientemente para a entrevista, mas abre a oportunidade para explicar a finalidade do estudo, e, assim, motivá-la a participar. Outro fator motivador, segundo os autores, é quando o entrevistado vê o entrevistador como veículo direto ou indireto para a realização de modificações nas estruturas da qual participa.

Sobre os relatos fornecidos nas entrevistas, Denzin e Lincoln (2006) afirmam que, raramente, os informantes fornecem explicações sobre suas ações e intenções, pois o melhor que eles podem oferecer são relatos. Por essa razão, as perguntas elaboradas para a entrevista foram focadas nos relatos sobre a vida e a atividade das atletas.

O melhor local da entrevista, para Bosi (2003), é o escolhido pelo depoente, cabendo ao entrevistador analisar os motivos da escolha. Para esta pesquisa, permitiu-se que o depoente escolhesse o local da entrevista, com a sugestão de que, preferencialmente, não houvesse interferência de outras pessoas. Todas as lutadoras escolheram o local de treino, o que pode apontar para a grande relação delas com esse local.

## 2.2. Entrevista guiada e transcrição

A entrevista foi escolhida como forma de coleta de dados por dois motivos: primeiro, porque, conforme Cannell e Kahn (1974), os dados sobre o passado, pretensões futuras, percepções, atitudes e opiniões são acessíveis pela entrevista; segundo, porque, de acordo com Rey (2002), as subjetividades (processos do mundo interno do sujeito), tanto individuais quanto sociais, são construídas juntas, mas não significa que sejam construídas em harmonia ou de forma linear. Assim, o sujeito é histórico, pois a construção da sua subjetividade representa a sua história pessoal, e também social, porque se desenvolveu em sociedade produzindo novos sentidos e significações.

A forma utilizada para entrevistar as atletas foi a guiada. A entrevista guiada, de acordo com Richardson (1989), é dividida por temas, sendo que, cada tema pode ter uma ou mais perguntas, e em cada pergunta há tópicos que devem ser abordados. Nas entrevistas guiadas para esta pesquisa foram elaboradas perguntas centrais, acompanhadas de tópicos para direcionar a entrevista. Isso permitiu que as possíveis lacunas deixadas a partir da pergunta central fossem apontadas entre os tópicos e solucionadas.

As outras formas de entrevista foram descartadas porque, segundo Duarte (2002), as perguntas diretas têm respostas diretas, o que torna a entrevista pobre em dados. Por outro lado, quando se utiliza perguntas amplas, isso faz com que o entrevistado forneça dados desnecessários para a pesquisa.

Sobre o relato, Denzin e Lincoln (2006) afirmam que não há uma forma correta de se contar um evento. Os autores fazem uma analogia interessante ao comparar o relato à luz que atravessa o cristal e que sempre se reflete de uma perspectiva diferente. Seria como se a verdade fosse o paralelo da realidade nas entrevistas; em outras palavras, a realidade seria o que realmente aconteceu, enquanto as histórias narradas seriam as verdades dos entrevistados, que estariam paralelamente ao real, mas não tocariam o real.

Conforme Bosi (2003), o entrevistado organiza as suas memórias de acordo com a sua vontade, pois a ordenação obedece a uma ordem afetiva. Assim, faz mais sentido que a história narrada tenha qualquer trajetória que não seja a cronológica. Quando o entrevistado é hesitante, com uma entrevista cheia de silêncios, Bosi aconselha o pesquisador a não fazer interpretações ideológicas ou preencher as

pausas. Dessa forma, ao silêncio do entrevistado deve corresponder o silêncio do entrevistador. Para o mesmo autor, não se deve refutar os fatos contados pelo narrador, pois ele conta a sua verdade.

Na entrevista, mesmo com todo o levantamento prévio sobre o assunto e sobre a pessoa que vai ser entrevistada, deve-se deixar espaço para o inesperado, e não ignorar a nova forma de conhecimento que não havia sido planejada. Ademais, não se deve questionar o entrevistado pelo fato de que a sua narração não coincide com as informações levantadas anteriormente (BOSI, 2003).

Caso o entrevistador questione a versão do narrador, certamente ele passará a ouvir um relato que não corresponde à verdade do entrevistado, mas sim àquela que o participante acha que o pesquisador quer ouvir; ou, na pior das hipóteses, a entrevista será encerrada. Em ambos os casos, a entrevista foi perdida, pois, para Cannell e Kahn (1974), o entrevistador precisa ser visto como alguém completamente tolerante às declarações feitas na entrevista.

Baena e Borrego (1997) sugerem que se transcreva a entrevista do modo mais próximo possível da fala. Para isso, os breves silêncios devem ser representados por três pontos seguidos e deve-se usar letra maiúscula após os três pontos se a continuação da fala for após uma intervenção. As observações sobre o silêncio devem ser colocadas entre colchetes e em negrito. As risadas devem ser colocadas entre colchetes, em negrito e qualificadas (risada provocada por nervosismo, forçada etc.). Palavras interrompidas terminam com traço na frente (a organi-federação) e os titubeios após a vírgula (dor de cab, cabeça). Devem ser colocados entre colchetes outros sons importantes como bater na mesa para enfatizar a fala e ruídos do ambiente.

Há importância nos titubeios e nas vacilações da fala que normalmente são retirados nas transcrições. Tal importância é apontada por Moore (1997) como acontecimentos que surgem em falas espontâneas ou em formulação; falas que não foram pensadas anteriormente, as quais estão em processo de resgate da memória. Para Bosi (2003), os lapsos e as incertezas no depoimento são garantias de autenticidade, pois a fala emotiva e fragmentada contém significações próximas da verdade, enquanto que falas seguras e unilineares correm o risco de deslizar para o estereótipo.

Para este trabalho, a transcrição dos dados foi realizada pelo próprio pesquisador, uma vez que este seria a pessoa mais indicada para interpretar os

silêncios, sorrisos, pausas, entre outros acontecimentos que ocorreram durante a conversa. Além disso, a transcrição foi uma maneira de memorizar o conteúdo das entrevistas.

### **2.3. Análise, interpretação e dialética**

Depois do trabalho de transcrição, realizou-se a interpretação dos dados qualitativos. De acordo com Denzin e Lincoln (2006) a tarefa do pesquisador não é simplesmente pegar a grande quantidade de dados da coleta e sair escrevendo suas descobertas, pois as interpretações precisam ser construídas, recriando um novo texto a partir dos dados.

Geertz (1989) afirma que, se a interpretação ficar presa no próprio detalhe, como se fosse válida por si mesma, ou validada pela sensibilidade de quem apresenta, não serve como estudo de algo que se afirma como ciência. Embora a interpretação seja própria do estudo dos dados, o autor adverte que o arcabouço teórico utilizado deve ser capaz de render interpretações defensáveis, fazendo as conexões de tal forma que a interpretação não pareça com “mágica”. O autor ainda acrescenta que o pesquisador deve tentar manter as análises das formas simbólicas o mais próximo possível dos acontecimentos sociais e concretos. Para tal aprofundamento, foi utilizado o arcabouço teórico sobre gênero, corpo e sexualidade em um estudo exploratório, conforme vem sendo frequentemente usado em outros estudos sociais na área de Esporte e de Educação Física (FREITAS, 2000; MELLO, 2002; MENNESSON, 2000; MOURÃO, 2002; SOUZA; ALTMANN, 1999).

Durante a análise, teve-se a consciência de toda a bagagem cultural que se carrega, uma vez que o pesquisador tem sua própria perspectiva a partir de suas configurações vividas nas relações sociais de gênero, de classe, culturais, étnicas, e, assim, aborda o mundo com um conjunto de ideias. (DENZIN; LINCOLN, 2006) Dessa forma, não é possível se desvencilhar dos valores sociais para fazer uma análise imparcial sobre o material coletado. Entretanto, é possível trabalhar com eles de uma nova forma a fim de construir algo diferente daquela postura que exclui as mulheres de algumas práticas corporais e reduz os seus direitos.

Para melhor conduzir as interpretações sobre os fatos, aprofundou-se em autores que estudaram o tema, identificando-se que a dialética poderia contribuir para a compreensão do que é construído como opostos: masculino e feminino. Tais

opostos fazem o movimento das relações de gênero e produzem mudanças nas normas de gênero.

Conforme Triviños (1999), na dialética nada é absoluto, tudo se transforma e está em movimento produzido pelos contrários. Dentro de um fenômeno há vários contrários que o movimentam. Por esses contrários serem parte do mesmo fenômeno, possuem particularidades semelhantes. Segundo o autor, deve-se buscar explicações para os fenômenos e reconhecer que dentro do fenômeno há aspectos contrários que fazem com que ele se movimente. Para esse reconhecimento, deve-se considerar as propriedades gerais do grupo que se vai estudar, sendo que o descobrimento das contraposições vai apontar para o aprofundamento do conhecimento.

Conforme Demo (1995), a marca central da dialética é reconhecer a essência das práticas (as ações realizadas) em conjunto com a teoria (ideias generalistas que conduzem as práticas); assim, a análise dialética deve atender para o dia-a-dia, e não somente para ideias altamente abstratas. Bornheim (1977) também alerta para não se perder de vista o mundo concreto, pois uma interpretação dialética que não se apoia em nada concreto não faz relação com a realidade.

Demo (1995) relata que o estudo deve ser crítico, fazer autocrítica e não impor as ideias ou criar dogmas, pois jamais se deve colocar uma ideia como única e infalível – isso seria aceitar a estagnação histórica. Outro posicionamento sobre as críticas é que elas devem ser postas em práticas e não ficar apenas nas ideias. Caso contrário, servirá apenas para alimentar aquilo que se critica.

Assim, este trabalho reflete sobre as relações entre supostos contrários, como masculino e feminino, homem e mulher, em um espaço comum de confrontos e hierarquias, desde a formação até a carreira esportiva das atletas nas modalidades de luta. Isso porque, o melhor entendimento da realidade, para Bornheim (1977), ocorre na medida em que se aprofunda nas contraposições.

Outro ponto refletido no trabalho foram os paradoxos. Paradoxo, conforme Audi (2004), ocorre a partir de um raciocínio aparentemente correto baseados em pressupostos que levam a contradição. Os contraditórios, conforme Demo (1995) e Bornheim (1977), excluem-se e não permitem um posicionamento. Dessa forma, torna-se interessante a busca pelos paradoxos em cada oposto, pois, se a contradição não leva ao objetivo desejado e pode anular ou regredir o processo, o paradoxo é uma falsa contradição, que aponta caminhos para o objetivo.

O processo na dialética é a relação da tese e da antítese para a formação de uma nova síntese. Demo (1995) distingue tese, antítese e síntese. A tese é a formação social com sua história contextualizada e institucionalizada, de conteúdo marcado, que gera uma força oposta que a supera. Após a superação entra-se na fase de síntese, que é diferente da tese, mas que não deixa de ser reinventada a partir dela. A antítese não é uma fase, ela apenas faz surgir a síntese, que, por sua vez, produz novas antíteses, não permitindo a estagnação.

Assim, identificando ou hipotetizando os objetivos das partes e das suas ações, conseguiu-se identificar ações contraditórias ou paradoxos. As lutadoras seriam a antítese ao enfrentarem o determinismo biológico, o papel da mulher na sociedade, a feminilidade almejada, as supostas características femininas, o comportamento de menina etc. Esses elementos caracterizam-se como a tese.

Essa metodologia, juntamente com os meios escolhidos para análise das entrevistas, permitiu que fossem identificados os conflitos e paradoxos existentes na vida dessas atletas e as consequências disso no meio esportivo.

A seguir, apresentam-se os resultados das entrevistas com as atletas, assim como a discussão sobre os dados coletados, traçando paralelos com a literatura e apontando contradições ou paradoxos intrínsecos a essa realidade. Além disso, procurou-se apontar as possíveis sínteses por meio do processo dialético.

A seção de resultados e discussão foi dividida em quatro itens, a saber: infância e adolescência, hierarquias, julgamento do corpo e, por fim, instituições.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1. As participantes da pesquisa

Participaram desta pesquisa cinco atletas de modalidades de luta: uma de boxe (BOX), duas de jiu-jitsu (JJ1 e JJ2), uma de caratê (KRT) e uma de tae-kwon-do (TKD). Todas as atletas entrevistadas possuem excelência em nível internacional na sua modalidade, tendo no seu currículo ao menos um título de campeã mundial.

#### 3.2. A infância e adolescência

Na infância e na adolescência, constrói-se a base para uma vida adulta: as experiências positivas e negativas, o apoio e a reprovação das pessoas a sua volta, a escolha do caminho a ser trilhado. Nesse sentido, é muito difícil dizer o quanto a pessoa tem de controle sobre sua vida e o quanto a influência dos outros a fazem tomar uma ou outra decisão.

Berger e Luckmann (1987) afirmam que a socialização primária do indivíduo ocorre na infância e é aprendida por meio da emoção. Durante a socialização primária, a criança absorve os valores dos pais, não tendo outra escolha, o que torna a socialização primária enraizada na pessoa.

Quando perguntadas sobre a sua infância, as atletas responderam, de maneira geral, que eram fisicamente ativas na infância, com a exceção de KRT, que respondeu: *“não, eu sempre fui bem retraída, sempre fui muito tímida pra fazer amizade e... eu não- sempre fiquei na minha”*.

A timidez já foi associada como algo *natural* da mulher e que isso a diferenciaria na forma de comportar. No entanto, se há essa diferença é pela forma como meninos e meninas são educados. Segundo Beauvoir (1980), é um engano acreditar que a passividade feminina é um dado biológico, pois é um destino imposto pelos educadores e pela sociedade, diferente do menino que costuma ser encorajado a desfrutar da imensa possibilidade a sua volta.

Sendo tímida, KRT poderia cair em um círculo vicioso relatado por Beauvoir (1980), no qual a menina, na maioria das vezes, é tratada como boneca e sem a liberdade dos meninos. Dessa forma, ela tem menor possibilidade de compreender o mundo a sua volta, encontrando menos recursos e ousando menos para se impor

como sujeito. No entanto, se lhe fosse oferecida uma educação mais viril, a menina teria ousadia semelhante a dos meninos.

KRT saiu do círculo vicioso não por ter entrado no caratê, mas por ter conseguido construir amizades em um ambiente frequentado, em sua maioria, pelos meninos. Essas amizades expandiram-se para fora do local dos treinos de caratê e lhe ajudaram a vencer a timidez. Dessa forma, os meninos, que são educados com valores distintos, ajudaram com que a atleta alterasse seus modos. Essa antítese criou uma nova síntese, ou seja, uma nova forma de atuar sobre o seu espaço social. Mesmo com o aumento da autoconfiança e menor timidez por estar entre os meninos, sua mãe advertia-lhe que não era bom para uma menina ficar andando com os meninos, e, inicialmente, seu pai era contra o caratê, alegando que havia muitos meninos na aula.

A oposição entre os sexos é reforçada por alguns pais não só por ditarem a forma como cada sexo deve se comportar em oposição ao outro, mas também por fazer a menina afastar-se dos meninos. A excessiva timidez da filha parecia incomodar a mãe, e ela esforçava-se para que KRT se enturmasse com as outras crianças. KTR relata:

*[...] quando fui crescendo minha mãe foi falando “não filha, é... fica feio ‘né’, mocinha só andando com os meninos tal”, ela não gostava muito da ideia, mas como eu era muito tímida, às vezes, nos lugares que eu ia, tipo festinha de aniversário assim, quem fazia amizade com as menininhas era a minha mãe.*

Se o objetivo era que a filha interagisse mais com as outras crianças, por que não interagir com os meninos, já que eles são cobrados desde a infância para não serem tímidos? Tal interação facilitaria – e facilitou – a desenvoltura de KRT, mas havia o esforço de evitar o contato de meninas com meninos.

Dessa forma, a separação entre meninas e meninos pode ser baseada na preocupação dos pais em encaixar a menina no seu padrão de gênero com receio da homossexualidade; receio este que não se justifica por três motivos: primeiro, o gênero se altera com o tempo e com o grupo, assim algo que é masculino para esses pais pode ser feminino no grupo da filha; segundo, é um equívoco associar gênero fora do padrão à sexualidade, sobretudo, à homossexualidade; e, terceiro, a homossexualidade não pode ser tratada como desvio, pois é uma das formas de expressar a sexualidade.



Se antes de praticar a sua modalidade KRT era introvertida, as outras lutadoras relataram que faziam diversas brincadeiras com os meninos, como esconde-esconde, pega-pega, jogar com bola, andar de bicicleta, *skate* etc. Elas também se qualificaram como crianças agitadas, molecas e que gostavam de brincadeira. Nesse sentido, BOX, por exemplo, afirmou: “*eu sempre fui moleca, eu gostava, ahn!... de estar na rua, ter cachorro, eu jogava bola, não bola de futebol, eu jogava- fazia só embaixadinha*”. Já JJ1, disse: “*eu era muito bagunceira*”. JJ2 relatou que “*era espoleta, queria fazer um monte de coisa e tal*”. Por fim, TKD confirmou, ao ser perguntada, que era uma criança agitada.

Esses dados assemelham-se aos coletados por Giuliano, Popp e Knight (2000). Ao entrevistarem as atletas, as autoras identificaram que elas brincavam mais com brinquedos “masculinos”, assim como se envolviam mais nas atividades em grupos mistos, ou com a maioria de meninos, do que as não-atletas. Além disso, as atletas de modalidades consideradas masculinas (futebol, basquete e trilha) brincavam mais de brincadeiras classificadas como “masculinas”, e eram mais bagunceiras, do que as atletas de modalidades femininas (tênis, natação, golfe e vôlei).

Conforme Mennesson (2004), o engajamento das mulheres em esportes considerados masculinos sugere modos de socialização específicos e configurações familiares particulares, que permitem a elas participarem de atividades que não são socialmente destinadas às mulheres.

Assim, essas atletas tiveram a oportunidade de vivenciar experiências motoras qualificadas como masculinas, mas também as consideradas femininas, permitindo uma gama maior de aprendizado motor e melhor eficiência motora em modalidades esportivas, o que não ocorre com muitas meninas. Mennesson (2004) acredita que é indispensável ter a representação de gênero *invertida* na infância para ser uma boxeadora diversificada de alto nível, ou seja, ter adquirido uma boa habilidade motora “masculina”.

Essa representação invertida está presente em alguns trechos dos depoimentos das atletas. BOX, por exemplo, relata que “*fazia um monte de embaixadinha enquanto as minhas amigas brincavam de boneca*”. JJ1 disse: “*tive uma infância como de qualquer outra menina, boneca, brincar com as amigas, mas eu gostava de jogar futebol também, gostei- praticar esporte, desde pequena, sempre gostei de jogar vôlei*”. JJ2 relata: “*nunca fui uma criança assim que... ‘pô’,*

*gostava de ficar quietinha ali, brincando de bonequinha, entendeu? Queria jogar bola, queria correr, queria me esconder, queria pular... subir nos muros, sempre fui um pouco mais... mais moleca*". E TKD declarou: *"sempre gostei de esporte, então eu... eu, fazia qualquer coisa que tivesse atividade física, [...] a minha irmã é mais velha, minha irmã não era tanto de esporte"*.

No presente estudo, contudo, observa-se que não é indispensável ter o *gênero invertido*, pois, em alguns pontos, as lutadoras se diferem das outras meninas, mas não a ponto de se considerarem opostas a elas. As lutadoras entrevistadas fazem algumas "coisas de menina", e também "coisas de menino". Portanto, observa-se aqui uma abertura e uma transitoriedade nas configurações de gênero atuais, o que acaba por deixar as atletas até certo ponto mais livres, sem tanto policiamento em relação a sua identidade de gênero e a sua opção sexual.

Com isso, essas atletas não excluíram por completo o que é tradicionalmente considerado como "coisas de meninas" durante a infância. Nesse sentido, as "coisas de menina" seriam como a tese da dialética, enquanto a antítese seria a relação dos opostos masculino e feminino, surgindo-se daí uma nova forma de feminilidade, assim como, provavelmente, uma nova forma de masculinidade para os meninos em contato com elas.

Fredrickson e Harrison (2005) observaram relação inversa entre o questionário de auto-objetivação (*self-objectification*), que avalia a valorização da aparência, e a forma de arremessar das adolescentes. Concluíram, então, que a pressão de gênero, e de as mulheres tornarem-se objetos sexuais, limitam a coordenação motora das mesmas. Para os autores há uma relação entre a preocupação com aparência física e a piora da habilidade motora para o arremesso, evidenciando que, ao educar a menina para certos tipos de feminilidade, a sua habilidade motora pode ser afetada para diversas modalidades esportivas.

Para Bourdieu (1995) essa preocupação com a aparência é, em muitos casos, imposta socialmente como tarefa da mulher. Observa-se, então, como as atletas estão rompendo pequenas barreiras generificantes, ultrapassando os estreitos limites impostos aos corpos das meninas.

Como não existe somente uma, mas diversas formas de feminilidades que foram surgindo das relações entre os opostos feminino e masculino, as atletas entrevistadas preocupam-se com a aparência (tema que será mais bem trabalhado adiante) e apresentam ótima habilidade motora; portanto, não é possível generalizar

que toda feminilidade limita a habilidade motora, mas sim que algumas formas de feminilidade podem prejudicar a aprendizagem motora.

### **3.2.1. Estigmas na escola: aulas de Educação Física, recreios e outras ocasiões**

Meninos e meninas com pouca habilidade para as aulas de Educação Física são vítimas de *bullying* em razão do baixo desempenho esportivo (DUARTE E MOURÃO, 2007). Isso não ocorreu com as atletas entrevistadas, como é possível observar em seus relatos. BOX relatou ter boas lembranças da aula de Educação Física: *“eu era, assim, referência no esporte, então tinha o trabalho e eu adorava fazer, alongamento, aquecimento, aquela coisa de correr, fazer exercício, sabe? É isso, a gente tinha isso”*. JJ1 falou: *“a aula de Educação Física era a... a única aula que eu sempre tirava 10, porque eu sempre me destacava perante as outras crianças”*. JJ2 relatou:

*[...] eu era uma das únicas meninas que amavam as aulas de Educação Física ‘né’, todas queriam... cabular aula, fugir, falavam que estavam machucadas e eu... eu sempre gostei muito de praticar esporte, então assim, eu era uma pessoa que não via a hora de chegar a aula de Educação Física.*

TKD relatou: *“eu tive uma professora que desde a infância, é... trabalha muito essa questão de... de... de aspectos motores... ‘né’, comigo, principalmente porque eu gostava muito, então ficava depois da aula lá e ela ficava me dando alguns desafios”*.

Dessa forma, as atletas não eram estigmatizadas durante as aulas de Educação Física, como acontecia com as crianças com pouca habilidade motora. Usa-se aqui o termo *estigma* como foi conceituado por Goffman (1982):

O termo estigma [...] será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso (p. 13).

Conforme o autor, a pessoa estigmatizada sofre com discriminações, tem vergonha do seu “defeito”, não são respeitadas pelos “normais”, e buscam fechar-se

em grupos com o mesmo estigma. Isso porque as outras características consideradas positivas são ocultadas pelo estigma,

Durante a primeira socialização, os pais costumam ser a referência para as crianças (BERGER; LUCKMANN, 1985). Alguns pais se esforçam para manter a criança dentro dos padrões tradicionais de gênero. Por outro lado, a escola deveria ser um espaço para a reflexão da ordem imposta socialmente. Nesse sentido, cabe a indagação: será que essas lutadoras tiveram uma escola diferenciada? Provavelmente não, já que nos relatos as atletas destacam o quanto suas colegas rejeitavam a aula de Educação Física. Isso se evidencia no relato de JJ2:

*[...] aí no meu colégio era separado que... tinha Educação Física normal, mas fora isso, os meninos tinham esporte e as meninas tinham... era expressão corporal, então, 'pô', a gente era obrigada a dançar e eles ficavam praticando esporte, sabe, eu achava um absurdo porque... eu nunca gostei de dançar, sou péssima pra dançar, eu queria praticar esporte com eles e não podia, sabe.  
[Não trocavam?]  
Não, não dava pra- não trocavam, as meninas tem que dançar.*

Mesmo não tendo uma escola com espaço para a reflexão sobre as relações de gênero, essas atletas continuaram com a sua visão sobre a atividade física. Berger e Luckmann (1985) afirmam que a socialização secundária ocorre na entrada do indivíduo em uma instituição. Nesses locais, há símbolos e rituais específicos que geram conflitos com a socialização primária, mas as internalizações ocorridas na socialização secundária são facilmente anuladas por serem exigidas em situações específicas, diferente das internalizações ocorridas na socialização primária.

A maneira como é organizada as atividades das aulas de Educação Física, nas quais a competitividade esportiva sobrepõe-se à tolerância e à compreensão da dificuldade do outro, faz com que algumas meninas busquem subterfúgios para escapar dessa disciplina. Tal fuga acontece pelas experiências desagradáveis provocadas pelo encontro entre os alunos estigmatizados e os “normais”. Ambos buscam formas de evitar esse contato, seja os habilidosos usando artifícios para que os menos habilidosos queiram sair da aula, seja pelo estigmatizado que se exclui, por sentir-se inseguro quanto à recepção dos “normais” (GOFFMAN, 1982).

A experiência corporal das atletas entrevistadas dava segurança para que elas participassem das aulas de Educação Física e brincassem nos recreios de igual para igual com os meninos, prevalecendo a hierarquia da habilidade. Os habilidosos,

com certa independência do sexo, podem ocupar mais espaço nos recreios e serem glorificados nas aulas de Educação Física. Sobre o recreio da escola, JJ1 relatou que:

*[...] no recreio queria sempre estar junto com o pessoal que praticava esporte, às vezes na minha escola- eles faziam um vôlei, um misto, então eu sempre ficava com o pessoal que 'tava' jogando futebol, jogando vôlei no intervalo [...] no intervalo, eu sempre ficava na turma dos meninos, porque as meninas ficavam, ou conversando ou fazendo maquiagem ou não sei o quê, eu não, eu queria estar na turma da... do esporte.*

Enfatizando a mesma temática, JJ2 observou que:

*[...] enquanto um monte de menina ficava lá sentada conversando... 'pô', eu queria brincar, jogar bola, sabe, adorava bola, levava bola pro colégio, sabe, brigava pra ter a quadra [...] eu já grudava em todo mundo, "não, vamos jogar bola? Brincar de pega-pega, vamos brincar, vamos fazer".*

E TKD falou:

*[...] eu corria [risos], eu corria, ia jogar, ia fazer alguma coisa assim, eu não ia ficar parado, comia o lanche 'rapidão' e... ia brincar de alguma coisa, as vezes- tinha um dia da semana- cada turma tinha um dia da semana que tinha a bola, 'né', no intervalo, então, é... jogava- tinha uma mesa lá de tênis de... de mesa lá na... na escola, eles fizeram um cimento assim, a gente fazia fila pra jogar lá.*

Sobre as aulas de Educação Física de KRT, percebe-se o quanto que o relacionamento das crianças estava condicionado ao sexo, não havendo a interação entre meninos e meninas, mesmo eles participando da mesma aula:

*[...] a gente fazia Educação Física não só com as meninas da minha sala, com outras turmas também, só que eu me inteirava só com as meninas da minha sala... na Educação Física eu- assim, na escola eu sempre fui mais assim amiga das meninas... 'né', brincava mais com as meninas, agora no caratê sempre foi mais com os meninos  
[E a aula era mista ou era separada?]  
Não, era mista.*

Certas escolas ainda não se tornaram um espaço para a reflexão das relações de gênero e das desigualdades entre os sexos. Silva e Daolio (2007) pesquisaram esse problema nos intervalos escolares; Altmann (2003), nas

competições escolares; e Jesus e Deive (2006), nas aulas de Educação Física. Essas escolas continuam reforçando as relações de gênero ao colocar modalidades exclusivas para cada sexo, com aulas separadas ou mistas, nas quais não há relacionamento entre os sexos e nem se é levantada a questão das desigualdades sobre a atividade física.

A forma como a Educação Física foi realizada na escola dessas atletas reforça a tese, que de acordo com a visão dialética é o que está instituído e marcado pela história. Nesse processo, o professor deveria entrar como antítese, atuando como uma força contrária à tese e construindo uma síntese que possibilite a redução das desigualdades entre os alunos.

Para Jesus e Deive (2006), é importante a intervenção do professor para a desconstrução de estereótipos ligados ao gênero e, assim, minimizar a separação entre os sexos. Para tal, o docente deve incentivar que os alunos façam as mesmas práticas corporais, desenvolver a solidariedade entre os sexos e o entendimento das construções sociais.

Uma estratégia apontada por Deive et al. (2010) foi a de montar grupos em que as meninas tenham afetividade entre si, pois a amizade entre alunas faz com que as mais habilidosas fossem tolerantes com os erros das amigas menos habilidosas nas aulas de Educação Física.

### **3.2.2. Entrando e afirmando-se nas lutas**

As atletas iniciaram a prática das lutas entre a infância e a pré-adolescência. Weinberg e Gould (2001) afirmam que as práticas realizadas antes dos 12 anos têm consequências para a autoestima e desenvolvimento social; portanto, a experiência esportiva nessa época terá influência por toda a vida.

O início da prática de lutas pelas mulheres é algo a ser investigado, pois as lutas, em geral, são tidas como modalidades destinadas aos homens, e poucos pais costumam influenciar as suas filhas a praticar. Então, a questão a passa a ser: por que e como elas começam?

Sobre se os pais deram certa liberdade física para algumas das atletas, BOX relata que:

*[...] quase ninguém gostou, mas- como te digo, eu sempre fui disciplinada, daí então eu podia tomar decisão, certo? Não faltava na escola, era esforçada, não era problemática, então assim, eu podia decidir, eles não gostavam, mas eles tinham- porque não tinha o porquê me proibir [**Tipo dar castigo pra proibir o caratê?**] não teve como dar espaço porque, tinha que cumprir minha tarefa da escola, tinha que cumprir a tarefa de casa, arrumar a casa, o quarto- é o- não tinha porque falar assim “ah, você não pode”.*

JJ1 disse:

*[...] aí... minha mãe sempre... sempre me incentivava, sempre foi meu ‘paitrocínio’, essas- sempre tiveram do meu lado, graças a Deus- eu ‘tô’ onde ‘tô’- eu tenho o que tenho hoje graças a eles, eles que tiveram do meu lado e estão até hoje em dia assim, sempre me incentivaram.*

JJ2 respondeu sobre o que os pais falavam por ela ser ativa: *“não falam nada... na verdade é uma criança saudável, sabe? Que, é- brincava, tinha uma disposição física- sempre bem ativa, sempre boa, mas também não... não causava problema”.*

TKD falou sobre seus pais e afirmou que *“ambos foram esportistas, mas... só, é... esporte amador, é... mas assim, me incentivavam, gostavam, me deixavam com que eu fizesse bastante atividade, ‘né”.* Assim, as suas atitudes e condutas de menina “agitada” eram aceitas normalmente pelos seus socializadores.

Interessante notar a relação entre os socializadores primários, o núcleo familiar, a comunidade e a vizinhança. Já em meados do século XX, essa relação era apontada como conflitiva e contraditória. Por exemplo, Beauvoir (1980) afirma que mesmo que os pais decidam educar a menina de uma forma mais viril, mais distante da feminilidade almejada, a comunidade exerce um forte papel de policiamento no que tange às normas de gênero.

Sobre a relação com seu avô e sobre a escola, JJ2 relata:

*“meu avô que só no começo “‘pô’, mas porque que ela não vai fazer uma dança?’ Sabe? Daí minha mãe ‘deixa a menina, ela quer lutar, deixa ela lutar, o importante é fazer o que ela gosta”;*  
*[...] [Na escola] chegaram a falar que eu que era a líder da sala da bagunça, sabe? Né, da bagunça, mas essas coisas aí, é... acho que é em todo colégio ‘né’, eles pegam as crianças que falam mais, que são um pouco mais comunicativas e acabam jogando em cima de alguém.*

Colocar a menina “na linha” resulta no afastamento das meninas do esporte. Conforme Deive (2005), as meninas são desencorajadas a participar das modalidades consideradas pela sociedade como esporte organizado e institucionalizado, modalidades reservadas aos meninos por serem recompensados por suas proezas físicas.

O conhecimento amplo do corpo ocorre por meio da exploração das possibilidades dos movimentos corporais. As atividades físicas vistas como específicas para as meninas pouco se assemelham com as modalidades de luta, o que prejudica o ganho e o estabelecimento de um repertório motor mínimo para essas modalidades.

Franchini e Sterkowicz (2003), analisando 3.950 combates de judô ocorridos entre 1995 e 2001 nos Jogos Olímpicos e em Campeonatos Mundiais, constataram que os homens apresentaram maior percentual de *ippons* do que as mulheres. Os autores concluíam que, por terem maior variabilidade de técnicas, a imprevisibilidade de seus golpes era naturalmente ampliada, dificultando assim a defesa do oponente.

Nesse sentido, ter conquistado um amplo repertório motor durante a infância faz diferença no judô em termos competitivos. Porém, a luta está afastada da maioria das meninas. Foi observado em crianças de seis e sete anos, por Silva e Daolio (2007), que as meninas encaravam com deboche a brincadeira de “lutinha” dos meninos.

No presente estudo, observou-se que nenhuma das atletas tinha ideia sobre a modalidade que iriam começar a praticar. Elas sabiam apenas que se tratava de uma luta. BOX explicou sobre seu início no o caratê: “*é... não tinha ideia, era uma coisa nova pra mim*”. JJ1 disse: “*nada, nunca, eu... eu via na televisão, mas não entendia nada*” – sobre quando começou a praticar judô. JJ2 afirmou: “*é, na verdade, assim, eu falei que queria fazer uma luta, minha mãe me levou pra academia... aí falou ‘ô, tem essa luta aqui’, nem a minha mãe conhecia o que era, aí fiz uma luta- aula experimental*”. KRT relatou: “*eu não... não tinha ideia nenhuma, tanto é que... é... como não tinha ideia nenhuma, quando o menino- o meu amigo falou ‘ah, a minha irmã faz caratê’... eu falei ‘nossa, quero vê como que é isso aí’*”. TKD também não sabia, e disse: “*nada, não sabia e então eu sempre fui muito curiosa por modalidades olímpicas*”.



Nenhuma delas iniciou a prática esportiva em uma modalidade de luta, pois, na infância, foram os pais que acabaram escolhendo ou influenciando a escolha da atividade física da filha. BOX, JJ2 e KRT iniciaram na natação. BOX relatou: *“eu comecei com natação desde- com 6 anos de idade me jogaram para a escola, treina a nadar, [...] fiquei 6 anos na natação”*. JJ2 observou: *“desde pequenininha eu fazia natação, ‘né’, logo de cara a minha mãe colocou na natação”*. E, ao ser perguntada sobre quando começou, ela falou: *“ah, eu comecei com 3 anos e fiz até os 9”*. KRT deveria fazer uma modalidade esportiva por indicação médica e, segundo ela, o *“1º esporte indicado foi a natação”*.

JJ1 iniciou a prática sistemática de atividade física no jazz, e disse: *“meus pais sempre me incentivaram assim a... a praticar um esporte, a minha mãe queria que eu fizesse jazz ‘né’”*. Já TKD começou a prática de esporte na escola: *“eu praticava as modalidades principalmente na escola, as oferecidas no colégio, vôlei, handebol, basquete, futebol, passei pra natação, pratiquei tênis”*.

Machado (2006) afirma que na infância as crianças aprendem por imitação dos pais. Dessa forma, o envolvimento dos pais com atividade física e esportiva é um importante fator de influência sobre os filhos.

O aprendizado por meio da imitação é influenciado pelo gênero. Conforme Mennesson (2004), são os pais que normalmente transmitem para as filhas o gosto pelo esporte ou as incentivam a praticar uma modalidade tradicionalmente feminina. Assim, são poucos os pais que levam as filhas para modalidades tidas como masculinas, como foi o caso de JJ1 e JJ2. Já BOX, KRT e TKD foram por indicação de amiga.

BOX começou praticando luta no caratê, e relatou: *“essa minha única amiga que eu tinha, ela me convidou pra fazer companhia pra ela, ‘ah, ‘tô’ com vergonha’, aí ‘ah, tá, vamos’, ela nunca mais voltou e eu fiquei um bom tempo”*.

JJ1 resolveu mudar de aula, e explicou:

*[...] então, na verdade eu fazia o jazz [...] e na sala da frente tinha um espelho- um espelho não, um vidro gigante onde as crianças treinavam judô do outro lado e eu fazia o jazz do lado de cá e eu sempre quis fazer o lado de lá, sempre quis estar do outro lado do vidro e aí quando não me dei bem no jazz, eu chegava chorando em casa, então minha mãe falou “qual esporte você quer fazer?” ah, eu quero fazer o judô, aí minha mãe falou, “então tá!”*

JJ2 relatou: *“chegou os 9 anos, eu comecei a- é... interessava por- gostava mais de luta, gostava do Japão, filosofia oriental, ‘pô’, eu quero fazer uma luta’, ‘sem problema nenhum, você quer fazer uma luta, vai fazer uma luta’ [falando como se fosse a mãe]”*.

KRT não gostou da primeira modalidade indicada a ela e depois foi para o caratê:

*[...] primeiro eu tinha... rinite alérgica, e eu não conseguia- quando atacava minha rinite eu não conseguia respirar sem inalador... e o meu pediatra falou pra minha mãe que eu- ou fazia uma cirurgia ou... se fosse- se eu não tinha- assim, se eu aceitasse um processo mais longo, é... que eu começasse a fazer esporte pra me ajudar na respiração... 1º esporte indicado foi a natação, ‘né’... respiração, essas coisas... só que eu fui, 2 dias de treino já não quis ir mais, não gostei... eu conheci- eu estudava com... o... meu vizinho... tinha a irmã dele que fazia caratê aqui [no clube] e ela falava direto “ah, meu irmão foi competir, ganhou tal medalha tal”, e eu comecei a me interessar, aí vim em um treino e assisti, fui assistir um treino e gostei.*

TKD relatou: *“com 14 anos eu conheci uma amiga minha do inglês, me chamou pra ver um treino e... aí eu achei diferente”*.

Agressividade e virilidade são valores opostos àqueles tidos como femininos, o que afastam as meninas das lutas e da possibilidade dos pais colocarem a filha para lutar. Além disso, o acolhimento no local de treino também exerce influência no gosto pela modalidade. Sobre as aulas de caratê, BOX relatou:

*[...] fazia na natureza, fazia com o próprio corpo, subi- escalar a árvore, umas coisas que você fala- tipo, você já assistiu alguma vez treinamento de circo? Claro, não daquela- carrega não sei o que e tal, eu fazia isso quando tinha 13, 14 anos só que eu não sabia- pra mim era lúdico, era uma brincadeira.*

JJ1 começou no judô e afirmou: *“você se machucava, então, pra mim, a criança não entende muito bem ‘né’, mas aí o professor tem que ter uma... uma didática boa, tem que saber lidar com criança”*. Sobre quando mudou para o jiu-jitsu, destacou: *“fui muito bem recebida, muito bem, é... tiveram muita paciência comigo”*. JJ2 relatou: *“acho que... a... a galera ‘tava’ preocupada em se divertir, assim né, 9 anos, todo mundo tinha com essa média de... 9 a 12, assim sabe, não fugia muito disso...então o... o pessoal ‘tava’ preocupado em se divertir”*. KRT afirmou: *“ele [o*

*professor] sempre fez isso, de... de dar atenção mais pra quem tem bastante dificuldade, sempre e como assim, eu era iniciante". TKD relata sobre seu mestre: "ele... ele foi meu... meu grande professor assim, uma pessoa querida, tanto é que o... eu guardo com ca- com muito carinho, [...] e foi uma pessoa que me incentivou muito, foi... é... ele me deu muita- tinha muita paciência comigo".*

A boa receptividade e a diversão estão presente nas primeiras aulas, o que aumentou o gosto pela modalidade. Knijnik, Greguol e Santos (2001) colocam como fator central da motivação o envolvimento do adulto, pais, técnicos e professores, pois são essas pessoas que devem buscar condições para que o esporte seja atraente às crianças sem pressioná-las por resultados de alto nível.

Vitórias e grandes desempenhos não condizem com os objetivos das crianças. Nesse sentido, Weinberg e Gould (2001) colocam que os principais motivos das crianças é se divertir, aprender novas habilidades, fazer algo em que sejam boas, fazer amigos, condicionamento e ter sucesso; ou seja, são motivos intrínsecos, diferente do atleta de alto nível.

Sobre a forma como era tratada nas aulas iniciais, JJ1 e KRT afirmam que:

*[...] eu sempre fui a... a queridinha, assim sabe? Por... por ser menina, por ser pequena e um esporte só de homem, a gente- a menina é sempre a protegida, sabe aqui? e por eu ser criança sempre fui a protegida do mestre. (JJ1)*

*[...] eu senti assim, que o pessoal... sempre estava me dando atenção, foi isso que fez com que eu voltasse todos os treinos, apesar de eu ser a... uma das mascote da época, ser a mais pequenininha lá, eu sentia que o pessoal gostava de me ajudar, então eu me sentia à vontade. (KRT)*

Assim, durante a infância, enquanto essas atletas não foram tratadas como competidoras, elas deveriam ser protegidas e amadas nesse espaço masculino. Tal tratamento não muda as relações de gênero, pois mantém a hierarquia entre a superioridade do homem que protege e a fragilidade da mulher a ser protegida.

Tal fato corrobora os argumentos de Beauvoir (1980) ao destacar a forma diferenciada como a mãe trata os filhos e as filhas. É costume, segundo a autora, o menino deixar de receber um carinho infantil da mãe antes da menina. Dessa forma, a mãe perpetua a ideia do macho sem direito à afetividade, preparando o menino para ser um homenzinho viril.

Sobre as aulas iniciais nota-se que as atletas não são cobradas por resultado desde a primeira competição. Da mesma forma que Adelman (2003) relatou a respeito do hipismo, os pais cobravam que o treino dos meninos visasse à competição, enquanto para as meninas o treino deveria ser um *hobby*. É pouco provável que os pais vislumbrassem desde o início que a filha seria uma campeã.

Ao sair da casa dos pais, BOX relatou que:

*[...] no começo, quando eu fui embora, eu já tinha passado- pra ir pra essa escola você precisa ter residência, endereço na cidade, então eu já tinha ido sozinha, me informei, já passei meu... meu endereço pra casa pra um amigo que conhecia nas férias, umas besteiras que eu fiz pra entrar na escola, me inscrevi na escola por aí porque eles nunca deixariam, daí quando eu falei que iria embora, ele falou “tudo bem, vai, ninguém vai te sustentar”, porque também a seleção eles me ofereceram um lugar mas não o sustento, eu já tinha economizado.*

Sobre se havia a cobrança, JJ2 afirmou: “*não, nunca cobraram resultado, mas eu sempre fui uma pessoa que eu- eu sempre gostei de competir [...] sempre queria chegar em primeiro... mas particular meu, nunca tive cobrança de família, nem de professor, de nada*”.

Sobre a cobrança dos pais, TKD relatou: “*minha mãe e meu pai- eles nunca cobraram nada, eles me incentivaram*”. E KRT respondeu:

*Não, não, não, jamais, meus pais nunca me cobrou nada, nem o meu próprio técnico também não me cobra nada... tanto é que no começo foi realmente por causa da... da minha... saúde, ‘né’, e quando eu fui, é... meu 1º ano de competição foi em 2000, já em 2000 fui classificada pra ir pro Rio de Janeiro e a minha mãe tinha medo de... de deixar- fiquei treinando 4 anos sem competir.*

Apenas JJ1 relatou alguma cobrança, mas que não era exagerada: “*meu pai sempre cobrou resultado, mas de uma maneira positiva, sabe? Nunca me colocando contra a parede ou- não é a obrigação que eles veem, ou que é um resultado de um trabalho longo e eles sabem disso*”.

Em suma, nenhuma das atletas relatou que foi cobrada exageradamente por vitórias na infância. Por se tratarem de meninas, a cobrança foi menor. O que também aponta para uma situação paradoxal, pois se isso tem o seu aspecto positivo, ao deixar as meninas mais livres, sem excessos que possam levar a uma

especialização precoce ou a um *burnout*, também apresenta alguns malefícios, como uma menor preparação na infância para a vida esportiva, o que mostra a desvalorização do esporte feminino.

A entrada dessas meninas nos esportes de combate e a transformação delas em atletas fizeram com que pessoas próximas se preocupassem com a saúde das entrevistadas. Nesse sentido, BOX afirmou:

*[...] eles são- vamos ser bem- definir claro algumas coisas, super orgulhosos daquilo que eu faço, ahn... no reconhecimento do que eu conquistei etc., mas assim, eu dizer que eles são- que gostam de assistir luta, eu tomo um soco desligam a TV, só reação disso, o resto, eles apoiam minha... minha garra e dedicação, mas... ninguém gosta de ver filha apanhar.*

JJ1 também relatou: *“a família estranha, a família ‘ah’- minha avó até hoje ‘ah, quando você vai parar?’ que tem medo que eu me machuque”*. Segundo KRT: *“[sua mãe] ficou com medo também de que- eu fosse e me machucasse, que eu era bem miudinha, eu era hã- criança... bem magrinha, sabe? Parecia frágil de mais, ela sempre teve medo disso”*.

Esses resultados são similares aos encontrados por Knijnik, Horton e Cruz (2010) quando mencionam que surfistas brasileiras sofreram muito com as excessivas preocupações de sua família em relação a sua atividade esportiva. A superproteção das meninas é aqui escancarada em sua dimensão genericada.

Os pais e os parentes das lutadoras não estão informados sobre os esportes, mas sofrem acompanhando a empreitada das atletas no mundo das lutas, que é regido pelas regras – não escritas – da masculinidade hegemônica.

O desconhecimento sobre as regras evidenciou-se com a repercussão da mídia sobre os chamados *pit-boys* – praticantes de modalidades de luta que se divertiam brigando nas ruas. Depois disso, as críticas sobre JJ2 aumentaram, mesmo que nos treinos esse tipo de conduta fosse duramente reprimido. Na escola, os colegas de JJ2 pediam para que ela demonstrasse alguns golpes. Sobre isso, a atleta relata:

*[...] teve até uma vez que... que eu peguei um golpe assim numa... numa amiga minha assim, uma raspagem assim, sabe, só um inversão, a pessoa ‘tava’ em cima de mim e eu inverti, cai por cima... aí eu cheguei- nossa, amarradona pra contar pro meu professor, ‘né’, do jiu-jitsu na época, e “nossa, você não sabe meu, dei uma*

*raspagem nela”, ele olhou pra minha cara... “Quê?!... lutou jiu-jitsu fora do tatame?! Paga 100 polichinelos, o jiu-jitsu é pra lutar no tatame, só”.*

Conforme Rial (1998), a entrada da mulher em modalidades como as de lutas não feminiza o ambiente, produzindo uma contaminação da mulher pelo masculino. Mas, talvez *contaminação* não seja o termo mais apropriado, pois o que ocorre é a aquisição de valores classificados socialmente como masculinos, mesmo antes da sua entrada na modalidade, e que apontam para uma nova forma de feminilidade.

### **3.3. Treinando com homens, lutando contra hierarquias.**

As artes marciais são marcadas por hierarquias. A mais evidente são as faixas, cordões e outros apetrechos nos uniformes, que sinalizam se o praticante é um iniciante ou se é o mestre. E quanto mais graduado, maior é o seu poder dentro desse grupo, sendo que o topo é o mestre ou *sensei*. Mesmo nas modalidades de luta em que não há o adorno demonstrando a hierarquia, existem outras formas que perpetuam a diferença entre os piores e os melhores, os novatos e os mais experientes.

JJ1 relatou que no seu ambiente de treinamento, que é reservado para os melhores alunos do professor e visa à competição, há apenas duas atletas entre os 50 homens. O mesmo acontece com JJ2, pois ela e mais uma lutadora dividem o espaço de treino com 30 homens. As atletas também afirmam que há menos mulheres competindo que os homens. Mesmo sendo minoria, isso não as incomoda. JJ1 relatou que:

*[...] o jiu-jitsu é uma luta muito corporal, de contato físico, totalmente contato físico - 100 por cento contato físico e eu só treino com homens e isso acaba virando tão profissional que você não vê essa... essa... essa diferença entre o homem e a mulher.*

JJ2 contou:

*[...] eu vou treinar com um menino que é do meu peso, sabe, aí é lógico que os homens têm a vantagem, entendeu? É muito mais explosivo, é muito mais forte, é muito mais rápido, só que assim, eu vou dar tudo de mim, porque, pra mim esqueço na hora sexo e... e... e eles também.*

Como se afirmou anteriormente, quanto mais próximo de ser um mestre, mais próximo do topo na hierarquia. Porém, aparece obstáculos, visíveis ou não, que dificultam a ascensão feminina naquele grupo – isso não é exclusividade do jiu-jitsu. Conforme Paiva (2007) e Barbosa (2005), quanto maior a titulação, menor é o número de mulheres na capoeira, ou seja, muitas alunas e poucas mestras.

Dessa forma, a formação hierárquica por faixa ganha nova modelagem com a entrada da mulher nesse bastião reservado aos homens. Isso porque, com as mulheres, a hierarquia entre os sexos e entre os gêneros cria situações que seriam diferentes se o ambiente fosse composto só por homens. Além da hierarquia entre homens e mulheres, há também a hierarquia entre as mulheres. Como as entrevistadas estão em um meio voltado para a competição, nesse local os melhores competidores possuem maior status.

JJ1 prefere lutar com homem, e acrescenta:

*[...] não gosto de treinar com mulher, eu treino com a JJ2 [o nome foi substituído para manter o anonimato] porque ela é faixa preta e... é um treino bom pra mim, mas eu... meu treino é com homem mesmo, pra chegar em competição e lutar com mulher fica mais fácil, entendeu? Porque é bem mais difícil treinar com homem.*

Nem todos praticam esportes visando à competição. Bourdieu (1983) apresenta outro grupo: pessoas que buscam a prática física de forma higienista, altamente racionalizada, pois supõem lucros abstratos futuros para a saúde, sociabilidade e estética, e, assim, a prática física só faz sentido por causa desses objetivos.

As praticantes que visam à saúde preferem treinar de forma mais suave. Elas aceitam as lutas como prática feminina, mas até certo ponto, pois, como foi visto por Ferretti e Knijnik (2007), acham que lutar profissionalmente é muito bruto para as mulheres. Dessa forma, essas praticantes reafirmam a ideia de sexo frágil mesmo estando em uma modalidade de luta, pois a prática torna-se aceitável apenas quando é adaptada para a sua concepção de feminilidade. Assim, as academias e clubes conseguem atraí-las para os treinos de lutas – isso é o oposto do que acontece com competidoras que mudam as concepções de feminilidade para entrarem no meio competitivo. Assim, dentro do contexto das lutas, as atletas profissionais fazem um papel de antítese histórica maior do que as praticantes que

visam saúde e estética, tendo maior influência sobre a tese, isto é, a formação social com sua história de conteúdo marcado.

Outras pesquisas também relatam a diferença entre essas lutadoras. Mennesson (2004), em pesquisa com boxeadoras francesas, classificou-as em “duronas” (*hard*) e “suaves” (*soft*). As *duronas* começam mais cedo, praticam diversos tipos de boxe (*savate, muay thai, kick boxing* e boxe), apresentam o gênero invertido, procuram treinar em local que visa preparar para as competições, sentem menor apreensão para participar de combates, preferem utilizar os punhos, tentam rapidamente começar a vida competitiva e estigmatizam o comportamento feminino. Já as *suaves* praticam principalmente o *savate*, procuram um local de treino que foca nos aspectos educativos do boxe francês e que tenha menor risco físico, assim como apresentam menor habilidade na luta, são mais femininas (conforme o modelo tradicional), comparam os chutes com os movimentos da dança, acham o movimento do soco artificial, temem os golpes e evitam participar de competições, pois associam a combatividade à masculinidade.

Dentro deste último grupo de praticantes, que treinam não visando às competições, pode ser inserido outro subgrupo, as “Marias-tatame”: mulheres que praticariam o esporte com o intuito de conquistar um lutador de prestígio<sup>2</sup>. Dessa forma, a primeira ideia dos homens sobre as mulheres lutadoras é a de que se trata de uma “Maria-tatame”. A ligação direta realizada pela sociedade entre feminino e mulher também faz com que esses homens enxerguem as novas praticantes com valores opostos aos das lutas, pois o espaço é considerado masculino, e, com isso, elas são tratadas de forma diferente. Porém, conforme o bom desempenho é apresentado, a mulher passa a ser vista como lutadora, e, assim, deixa de ser um objeto dos *jogos masculinos* – tal como proposto por Bourdieu (1995) – para ser mais um integrante do jogo.

JJ1 e JJ2 falaram que durante os treinos não se vê o sexo, lutam de igual para igual. KRT afirma que “*eles me respeitam bastante*”. O relato de TKD engloba o que foi relatado pelas outras lutadoras:

---

<sup>2</sup> Um lutador de jiu-jitsu relatou para Cecchetto (2004) que as “Marias-tatame” sempre buscam o lutador de maior fama. Dessa forma, elas podem deixar um relacionamento para conquistar outro lutador, o que ameaça constantemente a honra masculina. Por outro lado, segundo o entrevistado, quanto maior a procura, maior é o *status* do lutador.



*[...] os meninos me respeitam muito, é... até pelo modo de lutar, quando você entra lá, não tem homem nem mulher, tem a pessoa que sabe lutar, não sabe lutar, aquela que vai te dar dificuldade e aquela que vai ser fácil... isso independe de sexo na verdade, é... então acho que esse respeito deles é por isso, pela bagagem que eu tenho de... de... de saber lutar.*

Conforme Bourdieu (1995), a honra de um homem só pode ser conferida por outro homem, e não por qualquer homem, mas por aqueles com quem se possa rivalizar. Nesse sentido, as atletas entrevistadas precisaram mostrar que eram merecedoras da honra de seus colegas homens para serem incorporadas ao grupo dos lutadores, mostrando ser uma adversária à altura deles. Dessa forma, a mulher entrou no ciclo de reconhecimento de honra, e, diferente do que é sugerido por Pierre Bourdieu (1995), o que está excluído desse meio não são as *mulheres*, mas as feminilidades que impedem o alto rendimento.

Apesar de haver o reconhecimento, os homens se esforçam para a manutenção da hierarquia dos sexos. Uma forma de evidenciar a manutenção hierárquica no treino é investigar as lutas com pessoas de sexos diferentes, pois quem ganha mostra-se superior ao oponente diante de diversas testemunhas. Pelo fato das lutas estarem em um terreno masculino, eles se sentem obrigados a vencer para afirmar a superioridade nesse local.

Calleja (1970) afirmou que é tão vexatório para o menino perder da menina na competição infantil de judô que isso poderia causar problemas psicológicos. Tal relação talvez seja exagerada, mas mostra o quanto é forte a obrigação dos meninos vencerem nos espaços masculinos, como nas modalidades de luta. Apesar de o estudo de Calleja ter sido realizado com crianças, em 1970, pode-se dizer que atualmente não é diferente, e o mesmo ocorre com os adultos. BOX relatou um fato a esse respeito:

*[...] o cara não sabia fazer boxe direito, era de outra atividade, por acaso veio pra cima de mim, eu fiz um simples movimento de boxe técnico que acertou ele em cheio, aí o cara veio pra cima de mim até me nocautear, no próprio treino.*

JJ1 relatou que “*homem nunca gosta de perder pra mulher, ‘né’, isso aí é a lei da vida ‘né’*”. JJ2 falou que quando ganha de um homem de faixa inferior, embora mais pesado do que ela, esse lutador costuma ficar inconformado com o resultado. No entanto, para ela, foi mais do que obrigação vencer, já que é de uma faixa

superior. KRT contou: *“dos meninos que eu lutei, que eu ganhei era porque era... eles não reclamavam muito porque- ‘ah também, ela é mais velha, ela sabe mais’”*.

Resultado semelhante foi encontrado por Guérandel e Mennesson (2007). As autoras observaram as lutas entre garotos e garotas nos treinos de judô e perceberam que, em alguns casos, quando o garoto é derrubado ele tenta recuperar de todas as formas o ponto perdido, ou se justifica dizendo que não desempenhou ao máximo por estar combatendo com uma mulher. Já quando ganha, ele suaviza a queda da adversária e, assim, mantêm a sua honra, reafirmando a hierarquia de gênero. Isso acontece porque os homens temem ser estigmatizados por seus companheiros se forem derrotados por uma mulher.

Dessa forma, o comportamento de evitar que a mulher ganhe a luta é uma afirmação da hierarquia, uma forma de dizer com o corpo: “você sabe com quem está lutando?”. Uma variação corporal para a conhecida expressão “sabe com quem está falando?”<sup>3</sup>

O treino de luta aumenta o poder das meninas fora dos treinos. Sobre isso, KRT observou:

*Ah, brincava de empurrar, ah, sabe, essas brincadeiras de criança assim, de ficar empurrando, de... ficar mexendo o cabelo, pegando o cabelo assim [Pentelhando] isso, exatamente, aí... quando eu comecei a fazer caratê- eu falava- aí ele... eles descobriram que eu fazia caratê e pararam, criaram um certo medo, respeito, não sei... de mim pelo fato de eu fazer caratê, então, nunca ninguém vem mexer comigo... todo mundo fala “não mexe com ela”, “não mexe com ela, ela faz caratê”, ou “nossa quero ser amiga- quero ser sua amiga heim”, “sou amigo” e tal, é a 1ª coisa que eles fazem quando sabem que eu faço caratê.*

TKD também relatou sobre seus amigos: *“pessoal brincava até, falava que ia me levar pra... pra- de segurança, que eu ia defender”*. Assim, percebe-se que quando essas meninas saem do padrão construído pela sociedade, algumas pessoas fazem piadinhas sobre a prática das atletas, pois a ordem hierárquica foi alterada e, então, cria-se, por meio da piada, uma nova forma de recordar a hierarquia pré-existente.

---

<sup>3</sup> Da Matta (1997), por exemplo, analisa essa expressão com relação ao status social dos indivíduos. Nesse sentido, o empregado de uma pessoa de poder pode utilizar a frase “Sabe com quem está falando? Sou empregado do Fulano de Tal” para se colocar hierarquicamente acima daquele para o qual ele dirige a frase.

### 3.4. O interno e o externo: o que ela acha e o que os outros julgam

A prática de modalidades de luta, que altera algumas regras do cotidiano, produz mudanças físicas – em razão das exigências da modalidade – como também de perspectiva de mundo, pois há sempre uma filosofia e hábitos inerentes à prática das artes marciais. Além disso, há as perspectivas daqueles que estão fora do grupo das lutadoras, com uma visão própria sobre a modalidade que tem seus efeitos sobre as praticantes.

A prática de modalidades de luta traz vantagens vistas internamente pelas atletas. Assim, BOX sente-se péssima por não estar treinando e afirmou o seguinte:

*[...] nossa eu estou me achando péssima agora, você imagina, primeiro: preparo físico... segundo: esteticamente, tudo... embora nada sinta, na minha cabeça, na minha assim- é, então quando eu treino tudo isso melhora, você vê resultado e sou uma pessoa que se incentiva com o resultado, quando vejo melhora de físico eu treino mais ainda.*

Quanto às melhoras no seu modo de ser, JJ1 mencionou:

*O jiu-jitsu mudou a minha vida, revolucionou a minha vida, eu sou uma pessoa mais calma, eu sou uma pessoa mais centrada, eu... raciocínio melhor as coisas, eu... é o meu dia-a-dia é o jiu-jitsu, tem eu sinto prazer em fazer o que faço.*

JJ1 ainda acrescentou detalhes acerca das melhoras físicas para o seu rendimento esportivo: *“ganho de força extraordinário, do que- do que era antes, é... eu tenho um... um... a gente chama de gás aqui, eu tenho um gás muito bom”.*

Já JJ2 disse que adquiriu valores e melhoras físicas com o treino:

*Eu acho que hoje em dia, eu sou do jeito que sou, eu penso do jeito que eu penso, sabe, eu me considero uma pessoa, é... com uma autoconfiança bem alta, sabe, bem autoconfiante, ‘pô’, me sinto uma pessoa bem fisicamente, é... eu acho que... só me acrescentou o jiu-jitsu.*

KRT falou que o treino auxilia a enfrentar acontecimentos que estressam psicologicamente:

*[...] é uma válvula de escape de todos os meus problemas, porque... às vezes, se eu 'tô' cansada... eu venho treinar minha canseira some, se eu 'tô' mal porque aconteceu- porque eu fui mal na prova, ou porque eu briguei com o meu namorado, ou... ou algo pessoal assim, eu venho treinar, some tudo.*

KRT também observa que a modalidade auxiliou a superar a timidez, algo que a atrapalhava a ter amizades com outras crianças:

*[...] mudou é... o meu... lado tímido assim, que eu consegui é... me comunicar mais, eu nunca- eu nunca fui comunicativa... nossa, eu era muito retraída, muito... e... com o caratê também, ele me ajudou muito a... a parte de comunicação assim, né, 'fazê' mais amizades. [...] Sobre a "parte física... me ajudou em ter resistência, a aguentar, é... o- a aguentar mais os treinos".*

Assim, KRT sente que houve melhoras físicas para os treinos. No caso de TKD, ela respondeu que se sente muito bem: *"eu sou feliz e faço o que eu gosto"*.

Mesmo com todas essas vantagens relatadas pelas atletas, algumas pessoas com as quais elas se relacionam, e que provavelmente desejam o melhor para elas, apresentaram inicialmente objeções quanto à prática da modalidade, como foi o caso do pai de KRT, assim como do avô e dos professores escolares de JJ2.

Se as atletas veem-se de forma positiva, a visão externa, que elas julgam que os outros têm sobre elas, pode ser detectada por meio da relação delas com o público, com o patrocinador, e pela forma como são representadas na mídia as mulheres que praticam lutas.

Sobre o público, JJ1 e TKD criticaram a torcida que, em geral, apoia a mais fraca ao invés de valorizar a melhor atleta:

*O público sempre quer vê o, o menor, o mais fraco vencendo, e às vezes não é o que acontece, mas eu já- eu me dou- eu lido super bem, sabe? Eu... eu tenho trabalho com psicólogo tudo porque... pra... pra não interferir na... na- durante a luta porque as vezes recebe vaia, recebe 'xingão', as pessoas as vezes extrapolam no xingamento, né. (JJ1)*

*[...] tem gente que torce bastante, as pessoas aplaudem, às vezes quando você vai lutar com alguém que as pessoas torcem contra, porque quer ver o mais fraco ganhar, então já lidei com tudo quanto é tipo de público. (TKD)*

Apesar de o efeito ser semelhante para ambas as atletas, a causa é diferente nesses dois casos, e, por esse motivo, a pesquisa privilegiou JJ1 por ela estar envolvida em questões de corpo e de gênero. Nesse sentido, a atleta afirmou que:

*[...] por eu ser maior que as meninas, por meu biótipo ser forte e ser grande, tem também no jiu-jitsu outras meninas que também são fortes e grandes, mas quando você vai lutar com uma pessoa menor a tendência é sempre torcer pelo menor.*

Isso não ocorre com as outras entrevistadas porque elas não são maiores que suas oponentes. No caso de TKD, a torcida contra é por ela ter maior destaque na mídia que suas oponentes. Para JJ1, o público fica a favor da atleta cuja estética se aproxima do que ele considera como qualidades femininas, preferindo a mais bela àquela que se impõe fisicamente.

Kolnes (1995) aponta que, ao se expor sensualmente para conseguir atenção da mídia e do público, as atletas estão entrando em conformidade com os valores do patriarcado e com os novos padrões de feminilidade. Tal exposição não muda as relações entre homens e mulheres no esporte e cria uma armadilha para todas as mulheres em consequência da visibilidade do esporte.

Com isso, é possível notar a existência de um paradoxo, pois as mulheres precisam igualar-se aos homens para serem aceitas nos locais de treino, mas não podem perder a aparência que os outros julgam como feminina e que nem sempre coincide com um corpo preparado para o alto rendimento. Como a aparência masculinizada remeteria à homossexualidade e estaria longe da forma feminina normatizada pela sociedade, ela é rechaçada pela torcida.

Kolnes (1995), quando entrevistou as atletas de elite norueguesas na década de 1990, encontrou paradoxos semelhantes. No mesmo estudo, analisando a corredora norte-americana Florence Griffith Jones (ganhadora de duas medalhas de ouro em Seul, 1988), a autora é explícita ao abordar esse paradoxo:

*A atleta mais famosa que utilizou sua feminilidade e sexualidade foi sem dúvida a corredora Florence Griffith Joyner, ou Flo-Jo. Ela não se contentou em apenas deixar o seu sexo visível [...]. Aparentemente não havia limites para os meios que ela utilizou para ter a atenção sobre sua aparência. Paradoxalmente, Flo-Jo tem um corpo masculino, com quadris estreitos e pernas, braços e peito musculosos (KOLNES, 1995, p. 67).*

No futebol, outra modalidade julgada como masculina no Brasil, Goellner (2005) afirma que, quando se feminiza a aparência e o uso do corpo da atleta, constrói-se um discurso que ressalta a beleza, a graciosidade e a sensualidade, discurso este que reforça uma representação hegemônica de feminilidade.

Assim, pode-se afirmar que a torcida comporta-se de maneira a manter as coisas como estão, não aceitando novas formas de feminilidade ou de ser mulher, e contrapondo-se a uma nova síntese da relação entre ter o corpo competitivo e o corpo que o público deseja ver em luta.

A aparência considerada bela é diferente para homens e mulheres. Sobre os corpos dos lutadores do MMA (*Mixed Martial Arts* – Artes Marciais Combinadas), Nunes (2004) acredita que, para um atleta vitorioso, quanto mais musculoso, e com o menor percentual de gordura, maiores são as chances de aceitação do grupo, de agendar futuros combates para a progressão profissional, de intimidar os adversários e de proporcionar maior deleite nos torcedores e patrocinadores.

Dessa forma, BOX explica que existem mulheres que:

*[...] ‘tá’ fazendo uma coisa que é um esporte masculino e aí ela resolve raspar o cabelo, botar tatuagem [bateu no próprio braço] e chamar todo mundo de mano... e falar assim “nossa, eu sou mais forte”... não é nada, entendeu, mas é uma questão que muda só o que... o que ela luta, quero ver com uma patricinha, quero ver... algum colocar ela na televisão pra apresentar alguma coisa, quero ver ela divulgar algum produto, então... são as coisas que você tem que saber que você é o culpado, você é o culpado, sempre falo, eu falo pras meninas... eu reeduquei algumas.*

Assim, aquelas atletas que incorporam a aparência e as atitudes vistas socialmente como masculinas não são escolhidas para aparecer na mídia ou apresentar produtos em propagandas, diferente do que foi relatado por Nunes (2004) em relação aos lutadores de MMA.

Knijnik, Horton e Cruz (2010) apresentam resultados semelhantes com as surfistas. Nesse estudo, as atletas relatam que a aparência e o comportamento feminino são fundamentais para aparecer na mídia e conquistar patrocinadores. Dessa forma, aquelas que são melhores tecnicamente, mas que não seguem essas normas, encontram dificuldades financeiras para participar dos campeonatos.

Como vimos, por meio do relato de BOX, a forma de “reeducar” as outras lutadoras – de modo a não usarem as gírias das classes populares e de não se

utilizar da violência para resolver os problemas – serve, na verdade, para enquadrar as atletas no padrão que os patrocinadores esperam de comportamento da mulher. Essa relação produz, mais uma vez, um paradoxo, pois a virilidade que se espera de uma lutadora para derrotar suas oponentes não condiz com a personagem que vai apresentar um produto ao público. Assim, algumas lutadoras precisam ser “educadas” para interpretar o papel que os patrocinadores julgam como feminino. Sobre essa dificuldade, BOX afirma que a culpa é da própria atleta que faz escolhas “erradas” no que se refere à aparência, e não das regras que circundam o meio das lutas femininas. Julgar certo ou errado depende dos critérios que se está utilizando. Se o critério, nesse caso, é a maior rentabilidade adquirida com os patrocinadores, as escolhas tornam-se erradas.

O ato de “educar” foi usado pela atleta entrevistada como adequação às regras impostas socialmente para fazer parte do mercado esportivo, no qual as mulheres são forçadas a emparelhar seu comportamento com o que é difundido como feminino. Conforme Adorno (1985), quem não se conforma com essas regras é punido economicamente a ponto de ser afetado espiritualmente, e, sendo excluído da atividade industrial, terá sua “insuficiência” comprovada.

Sobre tal problema, TKD relatou que:

*Na verdade, as pessoas não têm preconceito contra mulheres que praticam lutas, as... as pessoas têm preconceito contra mulheres masculinas... isso é uma coisa natural, é... é uma coisa que acontece... então assim, acho que qualquer mulher que pratique luta, mas não perca a sua feminilidade, as pessoas veem com naturalidade, agora se a pessoa já, é... tem um jeito muito masculino, tem um jeito de se pronunciar, de se portar, ‘né’, uma... uma educação diferenciada, então isso a sociedade vê mesmo, as pessoas veem porque a mulher ela é... é um sinônimo de classe na verdade, ela tem aquela, aquela- tem que ser- tem que ter mais pose, tem que ter- uma pessoa mais contida, então isso que acho que as pessoas, na verdade... é... falam muito da questão da luta, a mulher masculinizada, a mulher, é... não é porque ela tem o cabelo curto, mas ela tem o cabelo curto e tem uma postura masculina, ela quer resolver na porrada, tem um jeito de falar, tem um modo de se portar muito masculino, então isso sim as pessoas tem uma certa- tem o preconceito, agora a mulher em si fazendo luta, não.*

Essa rejeição ocorre porque as “masculinizadas” atravessaram a fronteira da norma construída socialmente. Quem ultrapassa tal norma, que é vista como uma norma biológica, pode ser julgado como uma aberração, o que dificulta a aceitação

da diversidade humana. Scott (1995), Louro (1996), Connell (1990) e Moore (2003) alertam sobre o perigo de considerar as diferenças de gênero como algo natural ao sexo, e, conseqüentemente, fazer do gênero uma construção biológica.

No futebol feminino, de acordo com Goellner (2005), os corpos e os comportamentos de determinadas atletas são alvos de desconfiança e de estigmas quando ultrapassam as fronteiras que identificam a identidade de cada gênero. Entretanto, não se trata apenas da mulher ter o corpo e o comportamento próximo do que é considerado como a forma feminina, uma vez que tanto mulheres quanto homens atletas são cobrados pelo “corpo da moda”, e, por isso, devem se enquadrar a um formato julgado como belo. Assim, quem não se encaixa nesse modelo é estigmatizado.

Goldenberg e Ramos (2002) acreditam que o corpo tem signos, e, assim, trabalhar o corpo, da mesma forma que utilizar uma roupa ou outra, pode tornar visível a que grupo a pessoa pertencente, sendo que o corpo valorizado está dentro dos padrões estéticos considerados ótimos.

Dessa forma, os corpos de mulheres “masculinizadas” podem ser estigmatizados por homófobos que as julgam pertencentes ao grupo das homossexuais. Isso acontece porque, para esses homens, a heterossexualidade é vista como a norma, e, nesse sentido, os padrões estéticos considerados adequados às mulheres são os “feminilizados”.

No surfe, modalidade na qual os corpos estão mais expostos, há o mesmo controle sobre as formas corporais das mulheres. Knijnik e Cruz (2004) explicam que nessa modalidade o corpo da mulher tem dimensões que devem ser respeitadas, sem ser ultrapassadas, assim são aceitos corpos firmes com certa quantia de músculo, mas nunca mais forte que os homens. Os corpos que não se encaixam nesses padrões são pressionados a se encaixarem ou serão rechaçados, pois:

Pode-se tomar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando uma regra é quebrada, surgem as medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado (GOFFMAN, 1982, p. 138).



A mídia torna-se uma agência de controle ao expor o que Goldenberg e Ramos (2002) chamam de *corpo perfeito*. Papel semelhante, apontam os autores, tem os discursos científicos de diversos especialistas da área da saúde que promovem a venda de produtos para a perfeição estética.

Com relação às lutas, a mídia apresenta produções cinematográfica cujas heroínas são lutadoras sensuais, ou seja, filmes que exploram os corpos das atrizes dentro dos padrões hegemônicos da feminilidade heterossexual. A plateia desses filmes é levada a torcer a favor daquela que tem o corpo mais feminino, pois esta defende o “lado do bem”. O mesmo faz o público que frequenta as competições, pois ambos dividem os mesmos valores.

Apenas no mundo da ficção faz sentido uma heroína magra ganhar uma luta contra alguém de massa corporal muito maior, ou, então, fazer acrobacias usando salto-alto. Porém, o que se perpetua é que o “mal” é feio e fora das normas, sejam normas de gênero, estéticas, ou sexuais, enquanto o “bem” está dentro das normas.

Isso se confirma no estudo de Beiras et al. (2007). Ao analisar histórias em quadrinhos, os autores afirmam que os corpos das heroínas são magros e sensuais; já os vilões têm corpos que se afastam do padrão da normalidade, sendo feios e ogros. Isso, porém, é um fenômeno que se estende para além dos quadrinhos. Castillo (2002) afirma que, nos filmes produzidos pela indústria cinematográfica de Hong Kong, os personagens que estão na fronteira entre os gêneros costumam ser colocados como vilões ou monstros. Assim, conforme o autor, a transgressão de gênero aparece como uma quebra da norma social, cabendo ao herói derrotar esse vilão para que a sociedade retorne à ordem.

A luta entre o “bem” e o “mal” costuma ser explorada nos filmes e seriados de ação com combate. Assim, a boa estética, ou melhor, a mulher com a estética dentro dos padrões da feminilidade desejada, é sensual e vista como heterossexual, bem como está do lado do “bem” por seguir a norma.

Posto que há uma norma para o corpo feminino, e que o público, o patrocinador e a mídia têm preferência por tal corpo, é necessário refletir mais sobre quais são essas normas e como elas interferem nas práticas de lutas.

A importância da imagem corporal nas lutas é relatada por Nunes (2004). Esse autor observou, nos locais de treino do MMA, que os espelhos são utilizados pelos atletas homens para a contemplação do próprio corpo e para avaliarem os ganhos musculares – em especial o bíceps, tríceps, abdominal e peitoral.

A exibição e o aperfeiçoamento dos grupos musculares da cintura pélvica para cima tem sido uma das formas de exibir a masculinidade e a virilidade do corpo. A feminilidade, por sua vez, estaria ligada à ausência da musculatura hipertrofiada na parte superior do corpo e hipertrofiada da cintura pélvica para baixo, formando opostos entre os sexos: homens hipertrofiados da cintura para cima, e mulheres, da cintura para baixo.

Para exemplificar, utiliza-se o estudo de Dias et al. (2005). Ao submeter homens e mulheres ao treinamento com pesos, sendo que os homens elevaram mais cargas que as mulheres, os autores observaram que as mulheres tiveram um ganho de força maior do que os homens, sobretudo nos membros superiores, que tiveram um ganho de força maior do que os inferiores. Considera-se que o ganho superior de força nas mulheres ocorreu porque elas têm uma atividade física menor. Com os resultados apresentados, é possível deduzir também que os membros superiores delas tiveram maior ganho de força do que os inferiores por serem menos exigidos, ou por elas não buscarem fortalecer essa parte do corpo, pois, quanto menos treinado for o grupo muscular, maior será a evolução.

A busca por fortalecer certos grupos musculares foi observada por Sabino (2000) em academias do Rio de Janeiro. A sala de musculação é mais frequentada pelos homens, e contém mais aparelhos destinados a trabalhar os membros superiores, enquanto os aparelhos para os membros inferiores estão localizados no andar inferior e é utilizado principalmente pelas mulheres. Assim, além da divisão de quais grupos musculares cada sexo deve fazer, há também qual espaço cada um deve frequentar.

A partir dessa diferença na utilização dos membros superiores e inferiores pela sociedade sexista, algumas lutas seriam mais aceitáveis para as mulheres do que outras. As lutas que exigem mais dos membros superiores, e que, portanto, podem causar maior hipertrofia desse grupo muscular, seriam consideradas menos atrativas para as mulheres, ao passo que as lutas que predominantemente utilizam os membros inferiores tornam-se tolerada para aquelas que visam à estética.

Outro exemplo dessa relação está presente no trabalho de Ferretti e Knijnik (2009), o qual identificou que as universitárias iniciavam nas modalidades de luta pela capoeira, em que há maior exigência das pernas em razão da predominância dos chutes e saltos utilizados nas acrobacias. Por outro lado, a valorização dos membros inferiores as afastaria de modalidades como boxe, judô ou jiu-jitsu.

As exigências musculares no jiu-jitsu foram descritas pelo estudo de Franchini et al. (2005), no qual oito atletas simularam uma luta de 10 minutos e apontaram os 10 grupos musculares mais fadigados: antebraço (5), ombro (3), parte anterior do braço (2), mão (2), parte posterior do braço (1) – totalizando 13 do ombro à mão; parte posterior da coxa (2) e anterior (2) – totalizando nas pernas 4; e, coluna lombar (2) e abdômen (1) – totalizando 3 no tronco.

Essa diferenciação de qual membro deve ser mais trabalhado influencia na forma de lutar. Franchini e Sterkowicz (2003) observaram que os homens pontuam por *ippon*<sup>4</sup>, e, diferentemente das mulheres que utilizam mais o *ossae-waza*<sup>5</sup>, eles pontuam principalmente por meio de *sutemi-waza*<sup>6</sup>. Para os autores, a diferença ocorre porque o *sutemi-waza* necessita de maior força dos membros superiores.

Porém, as atletas de jiu-jitsu entrevistadas para este trabalho não seguiram as normas generificadas da sociedade quanto aos grupos musculares que devem ser trabalhados pelas mulheres. Elas, ao contrário, focaram nos grupos musculares exigidos pela modalidade, como também KRT e TKD.

JJ1 falou: *“eu engordei 19 Kg e eu não consegui baixar ainda, por vários fatores, porque eu subi uma... uma categoria a mais e eu estou super bem nessa categoria que eu estou”*. Ela está satisfeita mesmo com o comportamento do público. Já JJ2 ouviu comentários do tipo:

*[...] “nossa JJ2” – [nome ocultado para preservar o anonimato da atleta] várias vezes já escutei de namorado, de amiga, “meu, você tá ficando muito forte”, “que bom, né, que bom que estou ficando forte, vai me ajudar”, “não, mas esteticamente acho que seu braço tá’...”, “ô, é minha profissão, é o que eu faço, não... não me importo”, sabe, então eu- pelo contrário... acho que se eu estou ficando mais forte, pô’, melhor ainda, meu treino tá’ dando resultado, sabe, e... é o que eu estou buscando e... é isso só, nun-... nunca me preocupei muito assim, sabe, o pessoal fala muito assim, mas... nunca dei bola.*

KRT se fortalece na academia, e acrescenta:

*[...] a parte de física assim q eu fui desenvolvendo foi em academia... meu professor falava, “você tá crescendo, você precisa se fortalecer porque você é muito fraquinha e aí o caratê não vai te dar massa muscular, não vai fazer você ficar musculosa, não vai fazer você*

<sup>4</sup> Golpe máximo no judô. O atleta que consegue aplicar esse golpe é declarado vencedor.

<sup>5</sup> Técnicas para a imobilização do oponente.

<sup>6</sup> Técnicas de sacrifício em que a pessoa perde a sua estabilidade para aplicar o golpe.

*pegar força, aqui você vai aprender a técnica do... do golpe, a técnica do movimento, mas a força você vai ter que adquirir na academia”, aí foi- a parte física foi em academia.*

TKD relata:

*[...] eu pago o preço, é... eu abri mão, na verdade eu não... eu não... não... não abduquei de uma coisa pra ganhar outra, eu escolhi, minha escolha foi ser atleta profissional de tae-kwon-do, tentar o máximo, 'né', é claro que o meu esporte ainda não é profissional, mas eu me considero uma profissional do esporte e... faço isso... minha vida é... gira em torno disso, então... eu paguei o preço e eu faço o que for necessário pra vencer dentro das... das é... dentro do espírito olímpico, dentro de tudo que é possível fazer, dentro de toda a dedicação, se tiver que malhar braço, se tiver que fazer... x, y de coisas, se tiver que pegar peso... tem que fazer.*

Essas atletas colocam o corpo à disposição da modalidade, estando dispostas a passar pelas etapas necessárias para serem as melhores no que fazem; mas, além de apresentar um bom rendimento, elas precisam arranjar artifícios para aproximar o seu corpo ao corpo feminino da moda, e, assim, terem espaço na mídia e contratos com patrocinadores. Então, uma estratégia para tal é deixar evidente as características corporais julgadas como femininas que não atrapalhem o desempenho. Nesse sentido, BOX falou:

*Hoje em dia todos me crucificaram, “não, essa não luta porque é bonitinha”, é isso aí, eu pinto a minha unha, subo no ringue e pá [gesticula a oponente caindo] nocaute, sabe? Assim, as pessoas só querem- pra mídia te querer, mídia quer uma mulher que luta boxe, “eu quero” [a mídia falando], agora uma mulher que se parece com um homem acabou a brincadeira, então a... a barraqueira ninguém quer ver, todos querem ver pessoa que sabe lutar... que sabe- que o normal... fora isso, que faz uma coisa diferente, a mídia quer isso, então assim, eu... eu acho que por isso não tenho muito problema porque eu não sou modelo, eu não sou atriz, mas eu uso o que eu faço pra absolutamente fazer tudo, porque não?*

Dessa forma, as atletas têm o corpo à disposição da modalidade no equilíbrio entre o desempenho e o que a mídia quer mostrar. Essa relação não é muito diferente para os atletas. Segundo Wacquant (1998), o boxeador, mesmo com a visão instrumentalizada para o rendimento esportivo do próprio corpo, não exclui as preocupações estéticas. Pelo contrário, há também grande preocupação com a aparência, pois estão submetidos à apreciação do público. Isso só é diferente no

caso das mulheres que utilizam a luta para a saúde ou especificamente para a estética. Nesse caso, a modalidade é que está à disposição do corpo – recordando que a estética difundida pela mídia está presa às relações de gênero, e, dessa forma, as mulheres que buscam a estética por meio das lutas não transgridem as normas bipolarizadas de gênero, apenas as reforçam de outra forma.

Ainda sobre a questão de “feminizar” o corpo, desde que não atrapalhe o rendimento, Mennesson (2006) observou, ao realizar uma pesquisa nos locais de treino de *savate* na França, que foram poucas as vezes em que as lutadoras foram menosprezadas pelos lutadores, pois elas adotam o mesmo comportamento dos homens: acatar ao mestre, ocultar a dor e demonstrar ser capaz de suportar o mesmo treinamento destinado aos homens. Entretanto, se adotarem durante o treino comportamentos tidos como característicos do sexo frágil, elas serão repreendidas. Por outro lado, em razão da estreita relação entre gênero e sexualidade, há uma “exigência” social para que as atletas mantenham certo resíduo de feminilidade. Conforme Mennesson (2006), por ser a maioria, os lutadores de *savate* estabelecem que as mulheres devem comportar-se de maneira feminina e respeitar os códigos do *savate*. Assim, o controle masculino ocorre pela “heterossociabilidade” (*hétérosociabilité*), na qual só são aceitas as heterossexuais, forçando o autocontrole das atletas para permanecerem nessas normas, o que inclui o cuidado com a aparência física.

Por essas razões, as atletas constroem um corpo ligado ao rendimento e ao que o coletivo julga como belo para a mulher, pois:

A produção do corpo se opera, simultaneamente, no coletivo e no individual. Nem a cultura é um ente abstrato a nos governar nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam. Reagimos a elas, aceitamos, resistimos, negociamos, transgredimos tanto porque a cultura é um campo político como o corpo, ele próprio é uma unidade biopolítica (GOELLNER, 2003, p. 39).

### **3.5. A relação das atletas com as instituições de modalidades de luta**

Goffman (1974) qualificou como *instituições totais* os manicômios, as prisões e os conventos porque possuem as seguintes características: há uma administração

central, burocracia, regras diferentes da sociedade civil, controle sobre os internos, hierarquias, reverências e punição aos que desobedecem as normas. Nas palavras do autor:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1974, p. 11).

As confederações esportivas são instituições e têm semelhanças com aquelas estudadas por Goffman (1974). Dunning (1992) afirma que a elite inglesa criou as regras no esporte para preservar as características da modalidade, pois essas poderiam ser modificadas com a constante entrada das classes de baixo poder econômico e social no esporte. Também ressalta que os atletas atuais não podem jogar simplesmente por diversão, pois estão representando grandes grupos, e, portanto, são controlados pelos consumidores do esporte, como também por um controle burocrático que os tornam mais subordinado aos controles externos a ele. Outro ponto destacado pelo autor é que em uma sociedade com alto nível de pressões e de controles multipolares, que acarretam na ocorrência de forte controle emocional, o esporte ganha importância ao ser uma atividade que quebra a rotina e permitem a liberação de emoções.

Relacionando o que foi apresentado por Goffman (1974) e por Dunning (1992), tem-se que, em ambos, a administração é central, e, no caso do esporte, é feita por uma federação internacional – uma instituição burocrática que permite que a forma de praticar a modalidade seja homogênea ao estabelecer regras e normas, permitindo também o registro dos atletas e de seus resultados. As regras do esporte, assim com das instituições totais, são diferentes da sociedade civil, pois as confederações esportivas controlam e punem os atletas, determinando, inclusive, onde e quando devem competir. Há hierarquias, desde o presidente da federação internacional à federação local, e dos mestres com os seus alunos. Reverências são realizadas, como os cumprimentos nas modalidades de arte marcial. Há punição aos atletas que desobedecem às normas, tanto para as regras da competição como para as normas das federações.

Goffman (1974) afirma que as *instituições totais* têm grande controle sobre os atos de seus internos, ao passo que antes de serem internas essas pessoas tinham

flexibilidade nas suas atividades. Essa característica está presente também nas instituições esportivas, as quais influenciam, por meio de suas decisões, a rotina dos treinos e das competições dos atletas.

Assim, em nossa investigação, procuraram-se as relações entre as atletas de alto nível e as instituições esportivas, focando sempre o tema de gênero e suas implicações.

Nesse sentido, BOX relatou que a *“premiação no Brasil é péssima, tanto no masculino como no feminino, mas mundialmente... mulher ganha muito menos”*.

Em relação à premiação, JJ1 respondeu:

*É tudo igual, dependendo do campeonato, né, tem alguns campeonatos que só dão premiação pra homem, mas, quando tem por exemplo- confederação brasileira é tudo igual, as outras federações têm prêmio pra um ou pra outro.*

Já JJ2 comentou:

*[...] premiação de campeonato que pro feminino é ainda menor, então isso é uma coisa que briga muito, vai ter um campeonato agora e eu não ‘tô’ querendo lutar porque e... é um absurdo a premiação que eles estão dando pro feminino, muito inferior ao masculino.*

A justificativa da federação dada a JJ2 para a menor premiação foi a seguinte:

*[...] que tem menos mulher que homem... sei lá, tem, mas não precisa ser um... um... uma tão inferior, entendeu, às vezes eles dão só pro masculino e não pro feminino... eu não vou lutar... mas porque não, entendeu, também preciso- também pago inscrição igual a eles, também treino igual a eles, porque, entendeu, essa diferença?*

Goffman (1974) acredita que a equipe dirigente das *instituições totais* apresentam a perspectiva racional da instituição contra as reivindicações dos internos, o mesmo fizeram os dirigentes da federação.

Não é apenas nas lutas em que a premiação é menor. Knijnik e Cruz (2004) apontam o mesmo no surfe brasileiro; Knijnik (2006), no futebol; Di Pierro (2007), na competição de ironman; Jaeger et al. (2010), no esporte português.

As atletas se posicionam diante da postura dos organizadores de eventos. Algumas aceitam e acabam se sujeitando às regras, mas JJ2 reagiu diante da situação:

*[...] vai ter um campeonato agora e eu não 'tô' querendo lutar porque e... é um absurdo a premiação que eles estão dando pro feminino, muito inferior ao masculino, sabe... e... 'pô', já com- já entrei em contato com o pessoal, é... da... da Gracie que é uma mídia que cobre aí o pessoal do jiu-jitsu, Gracie Magazine, pedindo espaço pra falar sobre isso, sabe, que- eu acho que... que agora a gente tá numa... numa fase que a mulherada 'tá' podendo brigar, por esse direito, sabe, já tem mais menina praticando, é... minas levando isso como profissão... sabe, treinando tanto ou mais ainda que os caras, então estamos numa fase que tá tendo que brigar, agora a gente tem voz pra brigar.*

De acordo com Di Pierro (2007), a continuidade da premiação menor para as mulheres, mesmo com o avanço delas no esporte, mostra que não há incentivo político no Brasil para o esporte feminino. Premiar as atletas com valores inferiores do que os oferecidos aos homens é reforçar a desigualdade construída entre homens e mulheres. Dessa forma, as federações e as confederações esportivas continuam a manutenção da tese dialética.

Diante disso, há uma perspectiva no esporte que se mostra a favor de mudanças nas leis esportivas de modo a garantir equidade entre os sexos na premiação, uma vez que, pela Constituição, há a garantia de salários iguais no trabalho <sup>7</sup>.

No entanto, influentes autores acreditam que a mudança na lei não altera as relações sociais herdadas durante séculos. Para Bourdieu (1995), a diferença hierárquica entre homens e mulheres imposta por meio do corpo não é feita de forma consciente, o que permite a reprodução dessa hierarquia fora da esfera do direito. Portanto, a libertação das “vítimas” não ocorrerá por decreto, ou seja, os atos de discriminação são subjetivos, e, assim, entendidos como normais. Do mesmo modo, as diferenciações praticadas pelas instituições são vistas como “naturais” pela maioria, e uma lei não mudaria as representações sociais. Essas leis poderiam, então, acabar inoperantes. No Brasil, particularmente, há leis que “pegam” e leis que

---

<sup>7</sup> No artigo 7º da Constituição Brasileira, o inciso XXX afirma a “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.



simplesmente “não pegam”. Da Matta (1997a), pensando sobre como o brasileiro trabalha com as leis, afirma:

É precisamente porque confiamos tanto na força fria da lei como instrumento de mudança do mundo que, dialeticamente, inventamos tantas leis e as tornamos inoperantes. Sendo assim, o sistema de relações pessoais que as regras pretendem enfraquecer ou destruir fica cada vez mais forte e vigoroso (p. 238).

As atletas entrevistadas para este trabalho têm lutado para serem aceitas e reconhecidas em seu *metier*. Se elas conseguiram aos poucos, e superficialmente, superar os estigmas dentro dos seus ringues e tatames, o mesmo não ocorre fora do local de treino, como na relação da atleta com os organizadores das competições.

Goffman (1982) argumenta que é possível ser representante de uma categoria estigmatizada quando se alcança uma alta posição ocupacional. O autor também destaca que aqueles que atuam como representantes são pessoas que têm oportunidade de se expressar e são melhores relacionadas socialmente. Com isso, o representante chama a atenção para a situação dos seus iguais e constitui um grupo real.

Assim, as atletas de destaque, quando percebem que as suas entidades ainda estigmatizam as mulheres, poderiam pensar na questão da representação política, e se organizarem para pressionar as entidades de modo a superarem os estigmas. JJ2 tentou isso, quando pretendeu expor em uma revista especializada a diferença de premiação entre os sexos.

Se uma lei por si só não pode efetivamente garantir mudanças, há exemplos históricos de mudanças ocorridas no esporte a partir de leis. Claro que essas leis não saíram do “vazio”, mas foram frutos de diversas lutas travadas ao longo de décadas pelos principais atores interessados – no caso, as mulheres atletas.

O principal exemplo disso talvez seja a emenda legal dos EUA, conhecida como *Title IX*, de 1972, que garantiu que as garotas e as mulheres, após anos de lutas e reivindicações, conseguissem verbas iguais para programas esportivos patrocinados pelo governo federal em escolas e universidades (KNIJNIK, 2003).

Essa emenda constitucional tem se mostrado efetiva até os dias de hoje. Em recente estudo sobre o impacto que a participação esportiva teve sobre a vida econômica e profissional de meninas estudantes de escolas secundárias (*high schools*), Stevenson (2010) comprovou que estas passaram a ocupar profissões e empregos mais qualificados. A autora atesta, inclusive, que a maior oportunidade

para a prática esportiva conduz as mulheres para uma maior participação em ocupações antes dominadas pelos homens, particularmente em ocupações de alta destreza.

Ou seja, fica nítido que ao começarem um movimento reivindicatório, as atletas estão mexendo em estruturas poderosas, algo ainda não visto no Brasil, pois, conforme Mourão (2000), o crescimento da participação das mulheres no esporte nunca esteve atrelado a um confronto visível, mas a uma infiltração lenta da mulher no esporte. Com isso, ainda não ocorreu nenhum movimento feminino e nem feminista pela equalização dos gêneros nesse ambiente.

Sob o ponto de vista da dialética, Triviños (1999) afirma que um fenômeno não é algo estático, pois a relação dos contrários produz o seu movimento. Nesse sentido, a relação entre as atletas que discordam da premiação inferior e do posicionamento dos organizadores das competições estão em constante movimentação para formar uma nova síntese.

### **3.5.1. Quando não há prêmios, o amadorismo existe?**

No caratê e no tae-kwon-do não há premiação em dinheiro. Sobre isso, TKD relatou que: *“no tae-kwon-do é só medalha, não existe premiação em dinheiro”*. KRT relatou que: *“é tudo igual, não tem diferença nenhuma, se... se campeã feminino tiver, é... troféu, campeão masculino também vai ter”*.

A federação de caratê de KRT organizou campeonatos com premiação financeira, mas interpretaram que os resultados não foram os desejados:

*[...] na nossa federação, é... nos campeonatos que a nossa federação faz, não tem re... remuneração em dinheiro porque, é... a gente já tentou fazer uma vez e acabou saindo muita pancadaria, e aí acabou saindo fora do... do caratê técnico, né, acabou saindo briga de rua, essas coisas de rua que não é o que a gente que- tem- não é a nossa filosofia, então paramos com esse negócio de remuneração, remuneração que o atleta tem é apenas do patrocínio, que ele mesmo corre por fora.*

No relato de KRT fica evidente a influência da modernização do esporte sobre a arte marcial e o receio dessas federações em perder a sua filosofia tradicional ao premiar financeiramente seus atletas nas competições. Assim, acredita-se em uma oposição entre a filosofia marcial e a modernização esportiva.

De acordo com Villamón et al. (2004), no processo de modernização e ocidentalização do judô foram introduzidas as categorias de peso, patrocínio dos atletas, apoio estatal, a ultra competitividade, o aporte científico e o individualismo, afastando-se, assim, do judô idealizado pelo seu criador, Jigoro Kano. Nesse processo, a institucionalização, do nível regional ao nível internacional, é organizada de forma burocrática, o que permite o controle sobre seus associados e sobre a cultura da modalidade. A institucionalização permite também que as regras da competição sejam modificadas constantemente para torná-la mais atrativa ao público ocidental.

Assim como no judô, o caratê, o tae-kwon-do e outras artes marciais, já passaram pelo processo de modernização esportiva – e o tae-kwon-do, inclusive, conseguiu seu espaço nos Jogos Olímpicos desde o ano 2000.

Com a modernização do esporte, a arte marcial torna-se uma mercadoria e sua exposição na mídia, seja por meio de filmes ou de competições, é a sua propaganda. Dependendo de como a instituição quer vender o seu produto, ela se sujeitará às regras do mercado. Se essas regras entram em confronto com a filosofia da arte marcial, os embates entre os “modernizadores” e os “conservadores” serão inevitáveis no interior das entidades; os primeiros querem se adequar ao mercado, enquanto os demais tentam manter intocados os pilares filosóficos que sustentam, por vezes há séculos, uma arte marcial.

Nesses casos, a posição da federação internacional influenciará todos os atletas em razão da institucionalização e da burocratização, pois isso permite que os administradores uniformizem a modalidade. Assim, Goffman (1974) afirma:

Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica [...] mas vigilância – fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido (p. 18).

Dessa forma, se o mercado passa a valorizar mais a modalidade praticada pelos homens, isso força a entidade a se posicionar, seja aceitando aumentar o destaque da modalidade, seja buscando adaptações para evitar influências externa à modalidade.

Se a entidade escolher tratar mulheres e homens de maneira igualitária, não quer dizer que ela está ligada a sua filosofia tradicional, uma vez que é difícil de

acreditar que na origem de uma luta marcial havia uma igualdade entre os sexos. É mais correto, nesse caso, a ideia de que as concepções do esporte mudaram sob influência das feministas e, juntamente com essas mudanças, foi exigido de outros setores melhor tratamento destinado às mulheres. Isso pode ser observado no relato de TKD:

*Não só as confederações, o próprio comitê olímpico já viu que o grande lance pra se investir é no esporte, no... no feminino aliás, no... então assim, a... a... qualquer modalidade feminina ainda vai crescer muito, as mulheres estão começando a se igualar ao número, 'né'... quando participam de olimpíadas a quantidade de homens, então é um esporte- é um espaço pra ser trabalhado, nos homens já se chegaram a um grande limite de treino, é... já se foi descoberto muita coisa, mulher ainda não, ainda tão, tem... uma grama... gama grande de coisa pra se trabalhar, [...] agora algumas confederações, principalmente a de luta, tem que ter essa visão de... de ir pra frente também, tem que ter essa visão de... de separar e não ter esse preconceito, porque eu sei que no tae-kwon-do havia isso a algum tempo, hoje existe, mas acabam investindo de maneira igual.*

Adorno (1985) afirma que na sociedade cada pessoa deve se comportar espontaneamente de acordo com o seu grupo – que foi previamente caracterizado – e consumir produtos desenvolvidos para esse grupo. O autor também enfatiza que quem resiste às normas impostas pelo grupo é englobado pela indústria cultural, e, dessa forma, a rebeldia é sempre cooptada.

Nesse sentido, pode-se dizer que, aos poucos, as lutadoras também vão sendo atingidas pela indústria cultural esportiva: não há mais dificuldade em encontrar objetos que tentam “feminizar” o mundo das lutas, tais como luvas de boxe e quimonos cor-de-rosa. Assim, se há material esportivo de modalidades de luta sendo vendidos como específicos para mulheres, com produção em série e em larga escala, é sinal de que os fabricantes veem que há mulheres lutando; e se continuam fabricando, é porque há consumo desse material. Porém, isso não representa uma inserção no meio das lutas igual ao dos lutadores, já que a premiação e a quantidade de mulheres praticando essas modalidades são inferiores, embora suficiente para o mercado criar materiais específicos para elas.

Dessa forma, a aceitação e a promoção das lutadoras estão englobadas pela indústria cultural que procura vantagens financeiras, mas que também contribui para o melhor tratamento oferecido às atletas por parte das entidades responsáveis pelo esporte. A estratégia apontada por TKD para desenvolver o esporte feminino vem

ocorrendo desde o período da Guerra Fria. Os EUA e a URSS incentivaram o esporte feminino para utilizar a contagem de medalhas nos Jogos Olímpicos como propaganda de seu sistema de governo. Assim, o desenvolvimento do esporte feminino aconteceu em razão de outros interesses.

Porém, mesmo com grandes potências incentivando a participação das mulheres no esporte, o COI (Comitê Olímpico Internacional), uma das instituições esportivas mais poderosas do mundo, foi lento em suas mudanças. Até o início da década de 1990, por exemplo, de acordo com Devidé (2005), já havia campeonatos femininos mundiais de polo aquático, futebol e judô, mas essas modalidades não tinham suas versões femininas nos Jogos Olímpicos. A exclusão das mulheres nos Jogos Olímpicos tem como um dos fatores a sua origem aristocrática, uma vez que o criador da Olimpíada moderna, o Barão de Coubertin, agia como um homem de seu tempo, no qual havia diversas restrições às mulheres (KNIJNIK, 2003).

Em razão da pressão social, o COI foi obrigado a repensar o espaço destinado às mulheres. Devidé (2005) relata que as conferências sobre mulher e esporte organizadas pelo COI em Brighton, em 1994, Lausanne em 1996, Windoock em 1998 e Paris, em 2000, estabeleceram iniciativas e compromissos para a promoção do esporte feminino. No entanto, tem-se ainda uma situação paradoxal, pois o COI organiza conferências sobre a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos, promove cursos esportivos para mulheres e nomeia mulheres para cargos administrativos de comando da instituição, mas, ao mesmo tempo, as restringe de participar de algumas modalidades, como é possível observar na tabela a seguir:

TABELA 1 – A entrada de lutas nos Jogos Olímpicos comparando homens e mulheres, adaptado do quadro de medalhas do COI

	<b>Modalidade</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Diferença de tempo</b>
	<b>Boxe</b>	1904	Previsto para 2012	108 anos ou mais
<b>E s g r i m a</b>	Espada	1900	1996	96 anos
	Espada (equipe)	1908	1996	88 anos
	Espada amador e master	1900	x	Foi modalidade olímpica apenas em 1900
	Espada master	1900	x	Foi modalidade olímpica apenas em 1900
	Florete	1896	1924	28 anos
	Florete (equipe)	1904	1960	56 anos
	Florete master	1896	x	Esteve no quadro olímpico em 1896 e 1900
	Sabre	1896	2004	108 anos
	Sabre (equipe)	1908	2008	100 anos
	Sabre master	1900	x	Foi modalidade olímpica apenas em 1900
	Single stick	1904	x	Foi modalidade olímpica apenas em 1904
	<b>Judô</b>	1964	1992	28 anos
	<b>Luta greco-romana</b>	1896	x	Não existe a versão feminina nos Jogos Olímpicos
<b>Luta livre</b>	1904	2004	100 anos	
<b>Tae-kwon-do</b>	2000	2000	0 ano	

Fonte: COI. Disponível em: <<http://www.olympic.org/en/content/All-Olympic-results-since-1896/>>.

Aos poucos as mulheres foram conquistando espaço nas modalidades olímpicas. Porém, nos Jogos Olímpicos de 2008, elas ainda não participaram de todas as modalidades – como é o caso do boxe –, assim como não participaram de todas as provas ou estilos dentro das modalidades de luta. Apenas em 2004, elas começaram a participar da luta livre, e até 2008 não houve a luta greco-romana feminina, enquanto a categoria masculina faz parte do quadro dos Jogos Olímpicos modernos desde 1896.

A esgrima entrou no quadro olímpico em 1896, junto com o florete e o sabre, e, em 1900, entrou a esgrima. As três modalidades praticadas inicialmente apenas pelos homens. As mulheres começaram a participar do florete em 1924; da espada, em 1996; e do sabre, em 2004. Também houve outros eventos da esgrima que entraram e saíram do quadro olímpico sem que as mulheres tivessem a oportunidade de participar.

O boxe masculino está nos jogos desde 1904 e o feminino estava previsto para 2008, mas foi postergado para 2012; o judô masculino está desde 1964 e o feminino desde 1992; o tae-kwon-do entrou com ambos os sexos em 2000, mas a apresentação da modalidade, em 1988, foi apenas masculina.

KRT e JJ1 afirmaram que o COI foi inserindo as mulheres aos poucos nessas modalidades porque havia poucas atletas. Sobre isso, KRT relatou: *“acredito que seja por causa da minoria, da minoria da... das mulheres fazer artes marciais, agora como tá aumentando, que tá indo os dois juntos”*. E JJ1 explicou:

*[...] porque têm poucas mulheres, entendeu? Se você for ver, é... colocar um campeonato na Olimpíada, você tem que ter um número de atletas pra disputar e... é eu acho que não devia ter, porque tem poucas mulheres que treinam, sabe? Treinam sério igual eu, igual a JJ2 [nome ocultado para manter o anonimato], igual a outras meninas que têm aí em campeonato mundial, tanto que o número bem menor de inscrito do que o do masculino, 'né'.*

TKD informou sobre a entrada de uma modalidade: *“eu sei que têm alguns tramites, você tem que ter essa modalidade sendo praticada por um número X de países, por um número X de praticantes”*.

Porém, continua ambíguo fazer conferência sobre as mulheres e impor regras que podem incluir os homens de uma modalidade esportiva nos jogos olímpicos e, ao mesmo tempo, excluir as mulheres.

TKD culpa as federações internacionais pela falta da modalidade feminina no quadro dos jogos olímpicos:

*Aí eu acho que é questão de investimento do... do... da própria... federação, e querer fazer com que esse... esse outro lado consiga entrar, então por exemplo, o boxe tem o masculino... até que ponto eles se mobilizam pra que, é... a... é, o feminino também entra... até que ponto eles disseminam essa modalidade, até que ponto investem, até que ponto eles fazem um trabalho diferenciado com as mulheres pra que o boxe feminino entre, então depende muito disso, eu acho que é incompetência da... do órgão que rege a modalidade no mundo.*

Essa pode ser uma estratégia do COI para mobilizar as federações internacionais para fornecer maior suporte às atletas. Porém, tal estratégia não tem mostrado o resultado desejado, pois sua cobrança é realizada sobre os CON's (Comitês Olímpicos Nacionais).

Uma das causas dessa diferença entre as modalidades masculinas e femininas pode ser a ausência de mulheres em cargos de comando nas confederações e federações esportivas. Pfister (2003) mostra que isso ocorre na Alemanha, Dinamarca, Estados Unidos e Austrália. Mourão e Gomes (2004) apontam que isso também acontece no Brasil. Dessa forma, os homens no comando das federações têm preferência pela modalidade masculina, deixando em segundo plano as modalidades femininas.



## CONCLUSÕES

Antes de elencar algumas possíveis conclusões, busca-se aqui uma relação entre a dialética e as questões que envolvem o esporte feminino. É preciso esclarecer que este trabalho não visou esgotar os temas que envolvem as mulheres lutadoras, mas, no máximo, abrir novas perspectivas de estudo.

A partir de sete pontos principais da dialética, pretendeu-se averiguar as relações das atletas com as pessoas que as influenciaram – tanto na formação como na carreira esportiva –, tendo como eixo de trabalho a categoria *gênero*. Vale lembrar que os tópicos aqui empregados sobre a dialética foram: primeiro, os opostos se relacionam criando um movimento contínuo entre eles; segundo, os opostos têm semelhanças e por isso estão juntos em um fenômeno; terceiro, não impor ideias ou criar dogmas, porque nada é absoluto; quarto, ser crítico e fazer autocrítica; quinto, a tese é a formação social com sua história contextualizada e institucionalizada, de conteúdo marcado; sexto, a tese gera uma força oposta que a supera e que produz uma síntese, diferente da tese, mas que não deixa de ser reinventada a partir dela; sétimo, a antítese não é uma fase, ela faz com que surja a síntese que gera novas antíteses, o que possibilita a movimentação, não permitindo a estagnação.

Vale ressaltar também que a escolha da dialética como forma de análise deve-se ao fato de que homens e mulheres, femininos e masculinos, são tratados como opostos na sociedade, mesmo que se relacionem continuamente. As mulheres pertencem a algum grupo, tais como professoras de Educação Física ou lutadoras, grupos que também têm a sua versão masculina, e, que ao se unirem, formam grupos maiores, que, mesmo sendo vistos como opostos, têm semelhanças para serem agrupados dessa forma.

Ao analisar a história da mulher no esporte, bem como em outras áreas, percebe-se grandes transformações, o que demonstra que não se pode considerar a história como algo estático e pontuado por dogmas. A visão sobre a história deve ser crítica, contextualizada, atualizada constantemente à luz de novas ideias e interpretações. Dessa forma, vale ressaltar alguns pontos importantes deste estudo:

- Por terem sido na infância fisicamente ativas, participado de brincadeiras em grupos mistos, convivido mais com os meninos e por possuírem habilidades motoras iguais ou superiores às deles, não significa que as atletas tenham o

*gênero invertido*, como proposto por Menesson (2004). Essas características, ao contrário, apontariam para a construção de uma nova expressão de gênero, uma vez que a relação entre os opostos não apaga o que havia antes, mas se reconstrói a partir dessa relação. Assim, essas atletas não perderam algumas características consideradas femininas em nossa sociedade, mas adquiriram a habilidade motora ofertada para ambos os sexos;

- Há diversas formas de feminilidade e algumas delas afastam as meninas das práticas esportivas porque são estigmatizadas como inábeis. Nesse caso, as meninas, na verdade, não tiveram contato com o oposto da ideia de fragilidade feminina, o que permitiria construir uma coordenação capaz de atender às exigências esportivas.
- Nas aulas de Educação Física escolar, as atletas não eram estigmatizadas em razão da habilidade para os esportes, mas, fora desses ambientes mais esportivos, elas sofriam algum tipo de preconceito.
- Além da escola, outros fatores foram responsáveis para que as atletas ultrapassassem as fronteiras entre modalidades esportivas “masculinas” e “femininas”, o que fez com que esses limites ficassem mais tênues. As escolas frequentadas por essas atletas reforçavam as fronteiras, porém, a socialização primária mostrou-se mais forte. Sob o ponto de vista da dialética, a escola continua reforçando a tese e, nesse caso, outros fatores fora da escola permitiram uma nova síntese.
- Nas primeiras aulas da modalidade de luta, ocorreram fatos que podem ser avaliados sob a ótica das relações de gênero. Algumas atletas eram as “protegidinhas” da aula composta principalmente por homens. Essa relação reproduz a hierarquia e a tese – do ponto de vista da dialética – que há fora do local de treino. Nesse sentido, não é a simples entrada ou a prática da modalidade pelas mulheres que mudam as relações de gênero.
- Das atletas não foram cobrados resultados por estarem no mesmo espaço em que os meninos são cobrados pelo desempenho. Se por um lado há a vantagem delas não sofrerem com alguns processos como especialização precoce, cobrança excessiva e *burnout*, por outro, mostra a desvalorização da modalidade praticada por mulheres.

- Com a entrada delas nesse espaço considerado como masculino, as pessoas próximas acompanham a empreitada sem saber exatamente como funciona. Bourdieu (1995) afirma que as mulheres participam dos jogos masculinos “por procuração”, ou seja, educadas a ficar fora do jogo e auxiliando aos que estão no jogo. Porém, como essas atletas apresentam-se sob nova síntese, elas entraram no jogo masculino e são as pessoas próximas que estão acompanhando por procuração, independente do sexo.
- O ambiente de treino é marcado por hierarquias, sendo algumas feitas para serem evidentes, como faixas e cordões – adornos que marcam quem está no alto da hierarquia. A entrada da mulher nesse local reforça a tese da dialética, como também cria uma nova síntese na hierarquia do esporte. A tese reforça-se com a proporção menor de mulheres ao longo da escalada hierárquica de adornos, sendo muito menor o número delas no topo. Também se reforça com aquelas mulheres que estão nas lutas por estética ou saúde, pois elas tornam-se “objetos” dos jogos masculinos. Por fim, identifica-se a tentativa dos homens de vencerem a qualquer custo a lutadora para reafirmar a hierarquia entre os sexos, e, caso não vençam, eles correm o risco de serem estigmatizados. A síntese surge com as lutadoras que se tornam participantes dos jogos masculinos.
- Com relação à prática esportiva, as atletas entrevistadas relataram melhoras físicas e psicológicas, e aceitam as alterações necessárias no corpo para serem atletas de alto nível. Contudo, o público, os patrocinadores e a mídia apontam para um corpo da moda para as mulheres – tal corpo está relacionado à tese dialética e nem sempre condiz com a prática esportiva de algumas modalidades de luta. Como estratégia para o equilíbrio do corpo, rendimento e padrões corporais da moda, as atletas treinam preparando-se para o rendimento, ignorando as características do corpo feminino da moda. Por outro lado, as características que não atrapalham o rendimento estão à mostra, criando uma nova síntese para o corpo feminino atlético.
- Há diferença na forma como o corpo é utilizado pelas atletas e pelas mulheres que praticam a modalidade apenas por saúde. As que visam saúde praticam a modalidade adaptada às suas pretensões de corpo e gênero, presas à tese dialética; já com as atletas ocorre o inverso, pois é o corpo que tem de se

adaptar às necessidades da modalidade, e, para isso, é necessário que elas elaborem uma síntese sobre o próprio corpo.

- As federações e confederações organizadoras de competição têm grande influência na vida das atletas, uma vez que mudanças de regras acarretam mudanças no treinamento e no planejamento para as competições. Isso é diferente do que se passa com aquelas que buscam a atividade para a saúde ou estética, pois, nesses casos, são elas que ditam as regras para que continuem consumidoras de uma academia.
- Em algumas competições apenas os homens são premiados; em outras, recebem prêmios maiores do que as mulheres. Dessa forma, ignora-se toda a dificuldade da mulher na prática da modalidade de luta, tratando-as de forma discriminatória – algo visto pela sociedade como retrógrado, preso a uma tese dialética que foi superada em outras áreas, mas que persiste no esporte.
- Tem-se um paradoxo: no esporte, a lei visando à igualdade de direitos entre os sexos, ao atingir alguém que tenha mais poder, pode fazer grandes alterações; por outro lado, tal poder pode ser usado para manter o *status quo* e, dessa forma, as alterações ocorrem aos poucos, partindo das próprias mulheres para formar uma nova síntese no meio esportivo.
- Algumas federações não premiam seus atletas para evitar a influência da modernização esportiva em uma tentativa de manter a tese dialética; porém, a modalidade já está modernizada e é consumida pelos praticantes e pelos telespectadores. Dessa forma, em algumas questões, a confederação deve posicionar-se na construção de uma nova síntese: ou segue as vontades do consumo, ou a sua filosofia tradicional. As que escolhem a primeira opção entendem que o consumo está voltado para o esporte masculino.
- O COI, uma das maiores instituições esportivas do mundo, fez conferências e estabeleceu metas para aumentar a inclusão da mulher no esporte e na administração da instituição, atuando, assim, como antítese; porém, além de não ter alcançado as metas, o COI, paradoxalmente, restringe a participação das mulheres em algumas modalidades. A síntese que está sendo construída pelo COI com relação às mulheres tem sua origem em uma tese que buscava restringir a sua participação. Consequentemente, sendo a síntese oriunda da tese, as mudanças estão ocorrendo gradualmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de entrevistas e de uma análise pautada pela dialética, buscou-se retratar e refletir sobre fatores que influenciam a vida esportiva de atletas das modalidades de luta e arte marcial. Para isso, discutiram-se temas como gênero, sexualidade, corpo, instituição e esporte.

Apesar do objeto de pesquisa ser um grupo muito específico – mulheres campeãs de campeonatos mundiais em modalidades de luta –, generalizações puderam ser feitas. Foi possível, por exemplo, identificar aspectos em comum no que se refere às escolas e às aulas de Educação Física das atletas, que foram iguais as que muitas outras meninas têm. Observou-se também que a menor remuneração da mulher, seja no trabalho ou na competição, aparece como um problema social amplo.

Além disso, identificaram-se pontos específicos das atletas, que permitem a comparação com o restante da população feminina. No que se refere ao corpo, as atletas buscam um corpo voltado para o rendimento esportivo, ainda que com alguma influência do ideal de corpo feminino; já as demais mulheres, em geral, visam uma estética dentro dos padrões vistos como femininos.

Dentro das generalidades, alguns pontos merecem destaque: as aulas de Educação Física e a escola deveriam ser espaços para a reflexão sobre as hierarquias relacionadas ao sexo, ao gênero, à sexualidade e à habilidade esportiva. No entanto, pode ocorrer o oposto, pois as hierarquias são reforçadas pela reprodução do ambiente externo. Em termos dialéticos, a escola reforça a tese e não busca ser um espaço para a antítese, permanecendo em conformidade com as hierarquias que há na sociedade.

Para a mudança desse quadro dentro das escolas, vê-se a necessidade de trabalhar o tema gênero e sexualidade não apenas nas aulas de Educação Física, mas também nas aulas de Filosofia, Sociologia e História, abordando a luta dos direitos das mulheres e dos homossexuais.

Outro ponto se refere às bonificações oferecidas às atletas, que, como no mercado de trabalho em geral, são menores do que às oferecidas aos homens, dificultando a participação das mulheres no esporte. O COI, por meio de simpósios e cursos voltados para as mulheres, vem buscando maior inserção delas no meio esportivo, mas, por outro lado, restringe a participação delas em algumas

modalidades em razão do baixo número de praticantes. Essa restrição pode ser uma estratégia do COI para forçar as federações internacionais a se dedicarem mais ao feminino, mas não vem funcionando, pois parece que a preocupação das federações é a de ter visibilidade por meio das modalidades masculinas, não se importando quando a modalidade feminina está fora dos Jogos Olímpicos.

Com a disputa entre as federações internacionais para colocar sua modalidade nos jogos, ou para que sua modalidade não seja substituída, o COI poderia ser mais incisivo, ameaçando retirar do seu quadro olímpico as modalidades das federações internacionais que tratem suas atletas com menor prestígio que o masculino. Mas será que o COI está disposto a esse desgaste político?

Com relação às especificidades, apesar dos corpos das atletas serem trabalhados de forma diferenciada da população feminina, e, com isso, construirão uma estética corporal bem específica, algumas são apresentadas pela mídia como belas. Isso mostra que, na contemporaneidade, há uma maior abertura para um corpo ideal se comparado às épocas anteriores, mas que ainda tem uma forte influência da tese dialética que traz a “lipofobia” como o ponto central.

Mesmo com as limitações que existem em uma dissertação de mestrado, este trabalho pode contribuir com os estudos relacionados com a mulher no esporte, não só apenas no que se refere ao alto rendimento das atletas que praticam lutas, mas também na forma como a Educação Física escolar é trabalhada com as meninas.

## REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-65, jul./dez. 2003.
- ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALONSO, Luiza K. Máquina, Palco, Igreja: corpo feminino e esportes. In: **Anais do II Fórum de Debates sobre Mulher & Esporte – Mitos e Verdades**. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 64-66, set. 2002.
- ALTMANN, Helena. Marias (e) homens nas quadras: sobre a ocupação do espaço físico escolar. **Revista Digital Educação Física/Esporte**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 67-90, mar. 2003.
- AUDI, Robert Paradoja. **Diccionario Akal de Filosofia**. Madri: Akal, 2004.
- BAENA, Victoriano C.; BORREGO, Ignacio G. La transcripción en historia oral: para un modelo “vivo” del paso de lo oral a lo escrito. **Historia, Antropología y fuentes orales**, Barcelona, Universidad de Barcelona, v. 2, n. 18, p. 41-62, 1997.
- BARBOSA, Maria José Somerlate. A mulher na capoeira. **Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies**, Tucson, v. 9, p. 9-28, 2005.
- BEAUVOIR, Simone de. Formação. In: \_\_\_\_\_. **O segundo sexo**: a experiência de vida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BECKER, Howard S. Metodologia. In: \_\_\_\_\_. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BEIRAS, Adriano et al. Gênero e super-heróis: o traçado do corpo masculino pela norma. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 62-67, 2007.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade subjetiva. In: \_\_\_\_\_. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 173-241.
- BORNHEIM, Gerd A. **Dialética**: teoria práxis. Porto Alegre: Globo, 1977.
- BOSI, Ecléa. Sugestões para um jovem pesquisador. In: \_\_\_\_\_. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 59-67.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: \_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-153.
- \_\_\_\_\_. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, 1995.

BRACE-GOVAN, Jan. Looking at Bodywork: Women and Three Physical Activities. **Journal of Sport & Social Issues**, Thousand Oaks, CA, USA, v. 26, n. 4, p. 403-20, nov. 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto n. 847**, de 11 de outubro de 1890: promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Decreto-lei n. 3.199**, de 14 de abril de 1941: estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>>. Acesso em: 14 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério Da Justiça. CND baixa instruções às Entidades Desportivas do país, para a prática de desportos pelas mulheres. In: **Legislação Sobre Esportes**: coleção de textos legais – 16. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1984, p. 313-314.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física. Cap. 7, p. 1-62, 1997. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sEducaçãoFísica/estrut2/pcn/pdf/livro07.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2009.

BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 103-116, 1998.

CALLEJA, Carlos Catalano. Devem as mulheres praticar judô? As "tigrinhas" às vezes embarçam os rapazes. **Esporte e Educação**, São Paulo, v. 2, n. 8, p. 16-17, 1970.

CANNELL, Charles F.; KAHN, Robert L. Coleta de dados por entrevista. In: FESTINGER, Leon; KATZ, Daniyel. **A pesquisa na psicologia social**. Rio de Janeiro: FGV, 1974. p. 319-364.

CASTELLANI FILHO, Lino. Da história que nos é contada para o revelar de uma outra história. In: \_\_\_\_\_. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papyrus, 1994. p. 33-124.

CASTILLO, Gilbert Gerard. **Gender, identity and influence**: Hong Kong martial arts films. Thesis Prepared for the Degree of Master of Arts. University Of North Texas, 2002.

CECCHETTO, Fátima R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CÉSAR, M. R. Notas para um cinema da diferença: algumas imagens de mulheres em filmes recentes. **Caderno de Pesquisa e Debate do Núcleo de Estudos de Gênero**: representações de gênero no cinema, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 110-30, dez. 2003.



CONNELL, Robert. W. Como teorizar o patriarcado. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2. Porto Alegre, p. 85-93, 1990.

\_\_\_\_\_. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2. Porto Alegre, p. 185-206, 1995.

COSTA, Maria Regina Ferreira; SILVA, Rogério Goulart da. A educação física e a co-educação: igualdade ou diferença? **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 43-54, 2002.

COX, Barbara; THOMPSON, Shona. Multiple bodies: sportswomen, soccer and sexuality. **International Review for the Sociology of Sport**, Thousand Oaks, CA, USA, v. 35, n. 1, p. 5-20, 2000.

DA MATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a. p. 179-248.

\_\_\_\_\_. Sobre comidas e mulheres... In: \_\_\_\_\_. **O que faz o Brasil, Brasil?** São Paulo: Rocco, p. 49-64, 1997b.

DEMO, Pedro. Dialética: processualidade de estruturas históricas. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, p. 88-132, 1995.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 15-41, 2006.

DEVIDE, Fabiano Pries. **Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos**. Ijuí: Unijuí, 2005.

DEVIDE, Fabiano Pries et al. Exclusão intrasexo em turmas femininas na Educação Física escolar: quando a diferença ultrapassa a questão de gênero. In: KNIJNIK, Jorge D.; ZUZZI, Renata. P. (Orgs.). **Meninas e meninos na Educação Física: gênero e corporeidade no século XXI**. Jundiaí: Fontoura, p. 87-105, 2010.

DI PIERRO, Carla. Mulher e esporte: uma perspectiva de compreensão dos desafios do Ironman. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 01-22, 2007.

DIAS, Raphael Mendes Ritti et al. Impacto de oito semanas de treinamento com pesos sobre a força muscular de homens e mulheres. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 11, n. 4, 2005.

DRIGO, Alexandre J. et al. A cultura oriental e o processo de especialização precoce nas artes marciais. **Lecturas, Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 10, n. 86, 2005. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd86/artm.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUARTE, Catia Pereira; MOURÃO, Ludmila. Representações de adolescentes femininas sobre os critérios de seleção utilizados para a participação em aulas mistas de Educação Física. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 01, p. 37-56, jan./abr. 2007.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. La dinámica del deporte moderno: notas sobre La búsqueda de triunfos y la importancia social del deporte. In: ELIAS, Norbert.; DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. México: Fondo de Cultura Económica, p. 247-269, 1992.

\_\_\_\_\_. As relações entre os sexos no esporte. In: KNIJNIK, Jorge D. (Org.). **Gênero e Esporte: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 67-108.

FERRETTI, Marco A. de C.; KNIJNIK, Jorge D. Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 57-80, 2007.

\_\_\_\_\_. “Se for lutar vai apanhar!”: um estudo quantitativo sobre hábitos e modos de lutadoras universitárias de boxe, caratê e capoeira. **Lecturas, Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 14, n. 135, 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd135/habitos-de-lutadoras-de-boxe-carate-e-capoeira.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

FRANCHINI, Emerson et al. Concentração de lactato sanguíneo, frequência cardíaca e força de preensão manual durante um combate de jiu-jitsu. **Corpoconsciência**, Santo André, v. 9, n. 1, p. 35-44, 2005.

FRANCHINI, Emerson; STERKOWICZ, Stanislaw. Tática e técnica no judô de alto nível (1995-2001): considerações sobre as categorias de peso e os gêneros. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 125-138, 2003.

FREDRICKSON, Barbara; HARRISON, Kristen. Throwing like a girl: self-objectification predicts adolescent girls' motor performance. **Journal of Sport and Social Issues**. v. 29, n. 1, p. 79-101, 2005.

FREITAS, Sidinéia G. Mulher, esporte, sexo, imagem corporal e hipocrisia. In: **Anais do I Fórum de debate sobre mulher & esporte – Mitos e Verdades**. Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 10-14, 2000.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: \_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 13-41.

GIULIANO, Traci A.; POPP, Kathryn E.; KNIGHT, Jennifer L. Footballs versus barbies: childhood play activities as predictors of sport participation by women. **Sex Roles: a Journal of Research**, New York, v. 42, n. 3-4, p. 159-181, fev. 2000.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira L.; NECKEL, Jane F.; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 28-40.

\_\_\_\_\_. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-515, 2005.

GOFFMAN, Erving. **As características das Instituições Totais: manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDENBERG, Mirian; RAMOS, Marcelo S. A civilização das formas: o corpo como valor. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro: Record, p. 19-40, 2002.

GONÇALVES, Sandra. M. L. P. Barbies olímpicas, pitboys e cyborgs. In: Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Salvador, set. 2002, p. 01-16.

GUÉRANDEL, Carine; MENNESSON, Christine. Gender construction in judo interactions. **International Review for the Sociology of Sport**, Thousand Oaks, CA, USA v. 42, n. 2, p. 167-186, 2007.

HEILBORN, Maria L. **De que gênero estamos falando? Sexualidade, gênero e sociedade**. Programa de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Gênero e Saúde. (CEPESQ/IMS/UERJ). Ano 1, n. 3, dez. 1994.

JAEGER, Angelita A. et al. Trajetórias de mulheres no esporte em Portugal: assimetrias, resistências e possibilidades. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 16, p. 121-132, 2010.

JESUS, Mauro L. de.; DEVIDE, Fabiano P. Educação física escolar, co-educação e gênero: mapeando representações de discentes. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 123-140, 2006.

KNIJNIK, Jorge. D. **Ser é ser percebido: uma radiografia da imagem corporal das atletas de handebol de alto nível**. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Pedagogia do Movimento Humano) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **A mulher brasileira e o esporte: seu corpo, sua história**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

\_\_\_\_\_. **Femininos e masculinos no futebol brasileiro**. 475 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-27032006-074510/pt-br.php>>.

KNIJNIK, Jorge D.; GREGUOL, Márcia; SANTOS, Sileno da S. Motivação no esporte infanto-juvenil: uma discussão sobre razões de busca e abandono da prática esportiva entre crianças e adolescentes. **Revista do Instituto de Ciências da Saúde**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 7-13, 2001.

KNIJNIK, Jorge D.; MACHADO, Afonso Antônio. Bailarinos do esporte: notas sobre novas masculinidades em campo. In: ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erick Giuseppe B. (Orgs.). **Universo do corpo: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Shape, 2008. p. 137-150.

KNIJNIK, Jorge D.; HORTON, Peter; CRUZ, Livia. Rhizomatic bodies, gendered waves: transitional femininities in Brazilian surf. **Sport in Society**, London, v. 13, n. 7-8, p. 1169-1184, sept./oct. 2010.

KNIJNIK, Jorge D.; CRUZ, Livia. Mulheres ao Mar: surfe e identidades femininas em transição. In: SIMÕES, Antônio C.; KNIJNIK, Jorge D. (Orgs.). **O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004. p. 253-276.

KOLNES, Liv-Jorunn. Heterosexuality as an organizing principle in women's sport. **International Review for Sociology of Sport**, v. 30, n. 1, p. 61-77, 1995.

LARDIES, Miguel. **Coletânea de leis e regulamentos dos desportos**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1951.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes dos conceitos de gênero. In: LOPES, Marta G.; MEYER, Dagmar; WALDOW, Vera. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 12-19.

LUDÖRF, Sílvia Maria Agatti. Refletindo sobre o corpo *desing* e a formação de professores de educação física: por uma educação sociocorporal. In: ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erick Giuseppe B. **Universo do corpo: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Shape, 2008. p. 60-83.

MACHADO, Afonso A. Atleta, como seus pais o motivaram para a prática esportiva? Análise das histórias de vida. In: **Psicologia do esporte: da educação física escolar ao esporte de alto nível**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 136-175.

MELLO, L. M. Meninos e meninas como reféns de uma sociedade sexista. **Revista Motricidade**, Vila Real, Portugal, n. 2, set. 2002. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/prppg/revista/Textos/artigo/sexista.htm>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

MENNESSON, Christine. 'Hard' woman and 'soft' woman. **International Review for the Sociology of Sport**, Thousand Oaks, CA, USA v. 35, n. 1, p. 21-33, 2000.

\_\_\_\_\_. Être une femme dans un sport «masculin»: modes de socialisation et construction des dispositions sexuees. **Sociétés Contemporaines**, Paris, n. 55, p. 69-90, 2004.

\_\_\_\_\_. Le gouvernement des corps des footballeuses et boxeuses de haut niveau. **CLIO: Histoire, femmes et sociétés**, Paris, n. 23, 2006. Disponível em: <<http://clio.revues.org/index1898.html>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

MIRAGAYA, Ana. A mulher olímpica: tradição versus inovação. In: TURINO, Marcio; DA COSTA, Lamartine. (Orgs.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. p. 763-792.

MOORE, Henrietta L. Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim. **Companion Encyclopedia of Anthropology**. London: Routledge, 2003. p. 813-830.

MOORE, Kate. Perversión de la palabra: la función de las transcripciones en la historia oral. **Historia, Antropología y fuentes orales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 2, n. 18, p. 13-24, 1997.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 6, n. 13, p. 5-18, 2000.

\_\_\_\_\_. Vozes femininas e o esporte olímpico no Brasil. In: TURINO, Marcio; DA COSTA, Lamartine. (Orgs.). **Coletânea de textos em estudos olímpicos**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002. p. 831-849.

MOURÃO, Ludmila; GOMES, Euza M. P. G. Mulheres na administração esportiva brasileira: uma trajetória em curso. In: SIMÕES, Antonio Carlos; KNIJNIK, Jorge Dorfman. (Org.). **O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho**. São Paulo: Aleph, 2004.

MOURÃO, Ludmila; SOUZA, Gabriela C. de. Narrativas sobre o sul-americano de judô de 1979: a legalização do judô feminino no brasil. In: **XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/II Congresso Internacional de Ciências do Esporte: Política Científica e Produção do Conhecimento em Educação Física**. GTT – Memórias da Educação Física e Esporte. Pernambuco, set. 2007.

NUNES, Claudio R. F. **Corpos na arena: um olhar etnográfico sobre a prática das artes marciais combinadas**. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Movimento humano) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. UFMG; IUPERJ, 2004.

PAIVA, Ilnete P de. **A capoeira e os mestres**. 2007. 166 f. Tese (Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande

do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/lnetePP.pdf>>.

PEREIRA, Laercio E. **Esportes femininos ou os preconceitos. Mulher e esporte:** um estudo sobre a influência dos agentes de socialização em atletas universitárias. 1984. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

PFISTER, Gertrud. Líderes femininas em organizações esportivas: tendências mundiais. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 11-35, 2003.

PINHEIRO, Claudia. A mulher e a prática desportiva durante o Estado Novo. **Revista Motricidade**, Rio de Janeiro, n. 2, ago. 2002.

PINI, Mario C. **A mulher no esporte:** fisiologia esportiva. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1978.

REY, Fernando L. G. Características da subjetividade como objeto da pesquisa psicológica. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa em Psicologia:** caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira-Thopson, 2002. p. 36-46.

RIAL, Carmen S. Rúgbi e judô: esporte e masculinidade. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. **Masculino feminino plural:** gênero na interdisciplinariedade. São Paulo: Mulheres Ltda, 2000. p. 241-254.

RICHARDSON, Roberto J. Entrevista. In: **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989. p. 160-72.

RIEMER, Brenda A.; VISIO, Michelle E. Gender typing of sports: an investigation of metheny's classification. **Research Quarterly for Exercise and Sport**, v. 74, n. 2, p. 193-204, 2003.

RUBIO, Kátia. Do Olimpo ao pós Olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 130-143, 2002.

SABINO, Cesar. **Os marombeiros:** construção social de corpo e gênero em academias de musculação. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SALINAS, Carmen. Generando otras potencias: fútbol y género – caso Club Boca Juniors. In: **Lecturas, Educação Física y Deportes**. v. 8, n. 56. Enero/2003. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd56/genero.htm> >. Acesso em: 15 nov. 2009.

SCHULTZ, Jaime. Discipline and Push-up: female bodies, femininity, and sexuality in popular representations of sports bras. **Sociology of Sport Journal**, Champaign, Illinois, USA, v. 21, n. 2, p. 185-205, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 02, jul./dez. 1995.

SILVA, Alan M.; DAOLIO, Jocimar. Análise etnográfica das relações de gênero em brincadeiras realizadas por um grupo de crianças de pré-escola: contribuições para uma pesquisa em busca dos significados. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 13-36, 2007.

SILVA, Gisele P. Histórico da mulher no judô: preconceitos, estereótipos e discriminação. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 5, n. 5-6-7, p. 195-207, 1994.

SILVA, Sergio G. O conflito identitário: sexo e gênero na constituição das identidades. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 70-85, 1999.

SOUZA, Eustaquia Salvador de. **Meninos, a marcha! Meninas, a sombra: a história do ensino da Educação física em Belo Horizonte (1897-1994)**. 1994. 266 f. Tese (**Doutorado** em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000083959&print=y>>.

SOUZA, Eustaquia Salvador de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 52-68, ago. 1999.

STEVENSON, Betsey. Beyond the Classroom: using title IX to measure the return to high school sports. **The Review of Economics and Statistics**, Cambridge: Harvard University, v. 92, n. 2, p. 284-301, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Dialética e pesquisa em ciências sociais. In: MOLINA NETO, Vicente; TRIVIÑOS, Augusto N. **A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 11-28.

VAGO, Tarcísio M. Início e fim do século XX: maneiras de fazer Educação Física na escola. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 30-51, ago. 1999.

VILLAMÓN, Miguel et al. Reflexive modernization and the disembedding of jūdō from 1946 to the 2000 Sydney Olympics. **International Review for the Sociology of Sport**, Thousand Oaks, CA, USA v. 39, n. 2, p. 139-159, 2004.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WEINBERG, Robert S.; GOULD, Daniel. Desenvolvimento psicológico de crianças por meio do esporte. In: \_\_\_\_\_. **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 473-491.

WHISENANT, Warren A; PEDERSEN, Paul M.; OBENOUR, Bill L. Success and gender: determining the rate of advancement for intercollegiate athletic directors. (Brief Report). **Sex Roles: a Journal of Research**, New York, nov. 2002.

YURI, Débora; GIANNINI, Deborah. Elas dão a cara pra bater: boxeadoras brasileiras enfrentam resistência familiar, falta de dinheiro e preconceito para subir no ringue. **Revista da Folha**, São Paulo, v. 13, n. 657, p. 10-15, fev. 2005.



## ANEXO

## Entrada de modalidades femininas, masculinas e mista nos Jogos Olímpicos

Modalidade	Homens	Mulheres	Ambos
Arco e flecha	1900	1904	x
Arco e flecha - 60 jardas (equipe)	1904	x	x
Arco e flecha - alvo fixo large bird	1920	x	x
Arco e flecha - alvo fixo large bird (equipe)	1920	x	x
Arco e flecha - alvo fixo small bird	1920	x	x
Arco e flecha - alvo fixo small bird (equipe)	1920	x	x
Arco e flecha - au chapelet 33m	1900	x	x
Arco e flecha - au chapelet 50m	1900	x	x
Arco e flecha - au cordon dore 33m	1900	x	x
Arco e flecha - au cordon dore 50m	1900	x	x
Arco e flecha - continental	1908	x	x
Arco e flecha - doble american round	1904	x	x
Arco e flecha - doble york round	1904	x	x
Arco e flecha - double columbia round	x	1904	x
Arco e flecha - double national round	x	1904	x
Arco e flecha - FITA olympic round	1992	1992	x
Arco e flecha - FITA olympic round (equipe)	1992	1992	x
Arco e flecha - FITA round	1972	1972	x
Arco e flecha - FITA round (equipe)	1988	1904	x
Arco e flecha - national round	x	1908	x
Arco e flecha - olympic round	1992	1992	x
Arco e flecha - pássaro alvo móvel 28m	1920	x	x
Arco e flecha - pássaro alvo móvel 28m (equipe)	1920	x	x
Arco e flecha - pássaro alvo móvel 33m	1920	x	x
Arco e flecha - pássaro alvo móvel 33m (equipe)	1920	x	x
Arco e flecha - pássaro alvo móvel 50m	1920	x	x
Arco e flecha - pássaro alvo móvel 50m (equipe)	1920	x	x
Arco e flecha - sur la perche à la herse	1900	x	x
Arco e flecha - sur la perche à la pyramide	1900	x	x
Arco e flecha - team round	1904	x	x
Arco e flecha - york round	1908	x	x
Atletismo	1896	1928	x
Atletismo - 10000m	1912	1988	x
Atletismo - 100m	1896	1928	x
Atletismo - 100m com barreiras	x	1972	x
Atletismo - 110m com barreiras	1896	x	x
Atletismo - 1500m	1896	1972	x
Atletismo - 200m	1900	1948	x
Atletismo - 200m com barreira	1900	x	x
Atletismo - 3 milhas (equipe)	1908	x	x
Atletismo - 3000m	x	1984	x
Atletismo - 3000m (equipe)	1912	x	x
Atletismo - 3000m com obstáculos	1900	2008	x
Atletismo - 3200m com obstáculos	1908	x	x
Atletismo - 4000m com obstáculos	1900	x	x
Atletismo - 400m	1896	1964	x
Atletismo - 400m com barreiras	1900	1984	x
Atletismo - 4milhas (equipe)	1904	x	x
Atletismo - 4x100m	1912	1928	x
Atletismo - 4x400m	1908	1972	x

Atletismo - 5 milhas	1908	x	x
Atletismo - 5000m	1912	1996	x
Atletismo - 5000m (equipe)	1900	x	x
Atletismo - 60m	1900	x	x
Atletismo - 800m	1896	1928 / 1960	x
Atletismo - 80m com barreiras	x	1932	x
Atletismo - arremesso de 56 libras	1904	x	x
Atletismo - arremesso de pedra 6,4Kg	1904	x	x
Atletismo - cross country	1912	x	x
Atletismo - cross country (equipe)	1912	x	x
Atletismo - Dardo	1908	1932	x
Atletismo - dardo com 2 mãos	1912	x	x
Atletismo - dardo estilo livre	1908	x	x
Atletismo - Decatlo	1904	x	x
Atletismo - Disco	1896	1928	x
Atletismo - disco com 2 mãos	1912	x	x
Atletismo - disco estilo grego	1908	x	x
Atletismo - Heptatlo	x	1984	x
Atletismo - Maratona	1896	1984	x
Atletismo - marcha 10 milhas	1908	x	x
Atletismo - marcha 3000m	1920	x	x
Atletismo - marcha 3500m	1908	x	x
Atletismo - marcha atlética	1908	1992	x
Atletismo - marcha atlética 10Km	1912	1992	x
Atletismo - marcha atlética 20 Km	1956	2000	x
Atletismo - marcha atlética 50 Km	1932	x	x
Atletismo - Martelo	1900	2000	x
Atletismo - Pentatlo	1912	1964	x
Atletismo - Peso	1896	1948	x
Atletismo - peso com 2 mãos	1912	x	x
Atletismo - salto com Vara	1896	2000	x
Atletismo - salto em Altura	1896	1928	x
Atletismo - salto em altura parado	1900	x	x
Atletismo - salto em Distância	1896	1948	x
Atletismo - salto em distância parado	1900	x	x
Atletismo - salto Triplo	1896	1996	x
Atletismo - salto triplo parado	1900	x	x
Atletismo - triátlon	1904	x	x
Badminton	1972 - 1992	1992	x
Badminton (duplas)	1972 - 1992	1992	1996
Basquete	1904 - 1936	1976	x
Beisebol	1912 - 1992	x	x
Boxe	1904	2012	x
Cabo de guerra	1900	x	x
Canoagem	1924 - 1936	1948	x
Canoagem - Slalom c1	1972	x	x
Canoagem - Slalom c2	1972	x	x
Canoagem - Slalom k1	1972	1972	x
Canoagem - Velocidade c1 1.000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade c1 10000m	1948	x	x
Canoagem - Velocidade c1 500m	1976	x	x
Canoagem - Velocidade c2 1.000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade c2 10000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade c2 500m	1976	x	x
Canoagem - Velocidade k1 1.000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade k1 10000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade k1 4x500m	1960	x	x
Canoagem - Velocidade k1 500m	1976	1948	x

Canoagem - Velocidade k1 folding 10000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade k1 folding 10000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade k2 1.000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade k2 10000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade k2 500m	1976	1960	x
Canoagem - Velocidade k2 folding 10000m	1936	x	x
Canoagem - Velocidade k4 1.000m	1964	x	x
Canoagem - Velocidade k4 500m	x	1984	x
Ciclismo	1896	1984	x
Ciclismo - 1 milha pista	1904	x	x
Ciclismo - 1 volta	1908	x	x
Ciclismo - 1/2 milha pista	1904	x	x
Ciclismo - 1/3 milha pista	1904	x	x
Ciclismo - 1/4 milha pista	1904	x	x
Ciclismo - 1000m	1896	x	x
Ciclismo - 100Km pista	1896	x	x
Ciclismo - 10Km pista	1896	x	x
Ciclismo - 12 horas	1896	x	x
Ciclismo - 2 milhas pista	1904	x	x
Ciclismo - 2000 tadem	1908	x	x
Ciclismo - 20Km pista	1908	x	x
Ciclismo - 25 milhas pista	1904	x	x
Ciclismo - 25Km pista	1900	x	x
Ciclismo - 5 milhas pista	1904	x	x
Ciclismo - 5000m pista	1908	x	x
Ciclismo - 500m time trial	x	2000	x
Ciclismo - 50Km pista	1920	x	x
Ciclismo - 50Km por pontos	1984	1996	x
Ciclismo - BMX	2008	2008	x
Ciclismo - Estrada	1896	1984	x
Ciclismo - Estrada time trial	1912	1996	x
Ciclismo - Estrada time trial (equipe)	1912	x	x
Ciclismo - Keirin	2000	x	x
Ciclismo - Madison	2000	x	x
Ciclismo - Mountain Bike - cross country	1996	1996	x
Ciclismo - perseguição 1980 jardas (equipe)	1908	x	x
Ciclismo - perseguição 3000m	x	1992	x
Ciclismo - perseguição 4000m	1964	x	x
Ciclismo - perseguição 4000m (equipe)	1920	x	x
Ciclismo - Sprint	1896	1988	x
Ciclismo - Sprint (equipe)	2004	x	x
Ciclismo - Sprint olímpico	2000	x	x
Corfebol	x	x	1920
Cricket	1900	x	x
croqué	1900	x	x
Croqué - 1 bola	1900	x	x
Croqué - 2 bolas	1900	x	x
Croqué - dupla	1900	x	x
Esgrima - espada	1900	1996	x
Esgrima - espada (equipe)	1908	1996	x
Esgrima - espada amador e master	1900	x	x
Esgrima - espada master	1900	x	x
Esgrima - florete	1896	1924	x
Esgrima - florete (equipe)	1904	1960	x
Esgrima - florete master	1900	x	x
Esgrima - sabre	1896	2004	x
Esgrima - sabre (equipe)	1908	2008	x
Esgrima - sabre master	1900	x	x

Esgrima - single stick	1904	x	x
Futebol	1900	1996	x
Ginástica - cama elástica	2000	2000	x
Ginástica Artística	1900	1928	x
Ginástica Artística - 3 exercícios combinados	1904	x	x
Ginástica Artística - 4 exercícios combinados	1904	x	x
Ginástica Artística - aparelhos de mão (equipe)	x	1952	x
Ginástica Artística - aparelhos e exercícios livres	1912	x	x
Ginástica Artística - argolas	1896	x	x
Ginástica Artística - barra fixa	1896	x	x
Ginástica Artística - barra fixa (equipe)	1896	x	x
Ginástica Artística - barras assimétricas	x	1952	x
Ginástica Artística - barras paralelas	1896	x	x
Ginástica Artística - barras paralelas (equipe)	1896	x	x
Ginástica Artística - cavalo com alça	1896	x	x
Ginástica Artística - club swinging	1904	x	x
Ginástica Artística - escalada com corda	1896	x	x
Ginástica Artística - exercícios combinados (equipe)	1904	1928	x
Ginástica Artística - exercícios combinados (individual)	1900	1952	x
Ginástica Artística - indian club	1932	x	x
Ginástica Artística - salto em altura	1900	x	x
Ginástica Artística - salto em distância	1900	x	x
Ginástica Artística - salto sobre a lateral do cavalo	1904	x	x
Ginástica Artística - salto sobre o cavalo	1896	1952	x
Ginástica Artística - Sistema livre (equipe)	1912	x	x
Ginástica Artística - Sistema sueco (equipe)	1912	x	x
Ginástica Artística - solo	1932	1952	x
Ginástica Artística - trave olímpica	x	1952	x
Ginástica Artística - Tumbling	1932	x	x
Ginástica Rítmica - grupo	x	1996	x
Ginástica Rítmica - todos aparelhos	x	1984	x
Golfe	1900	1900	x
Golfe (equipe)	1904	x	x
Handebol	1972	1976	x
Handebol (outdoor)	1936	x	x
Hipismo	x	x	1900
Hipismo - Adestramento	x	x	1912
Hipismo - Adestramento (equipe)	x	x	1928
Hipismo - CCE	x	x	1912
Hipismo - CCE (equipe)	x	x	1912
Hipismo - volteio	x	x	1920
Hipismo - volteio (equipe)	x	x	1920
Hipismo - Salto	x	x	1900
Hipismo - Salto (equipe)	x	x	1912
Hipismo - Salto em altura	x	x	1900
Hipismo - Salto em distância	x	x	1900
Hóquei de campo	1908	1980	x
Jogo da Palma	1908	x	x
Judô	1964	1992	x
Lacrosse	1904	x	x
Levantamento de peso - 1 e 2 mãos 3 eventos	1920	x	x
Levantamento de peso - 1 e 2 mãos 5 eventos	1924	x	x
Levantamento de peso - 1 mão	1896	x	x
Levantamento de peso - 2 mãos	1896	2000	x
Levantamento de peso - 2 mãos 3 eventos	1920	x	x
Levantamento de peso - total	1928	x	x
Luta greco-romana	1896	x	x

Luta livre	1904	2004	x
Moto náutica	1908	x	x
Moto náutica - 8m classe C	1908	x	x
Moto náutica - aberto, classe A	1908	x	x
Moto náutica - acima de 60 pés classe B	1908	x	x
Nado sincronizado - dueto	x	1984	x
Nado sincronizado - equipe	x	1996	x
Nado sincronizado - solo	x	1984	x
Natação	1896	1912	x
Natação - 100 jardas costas	1904	x	x
Natação - 1000m livre	1900	x	x
Natação - 100m borboleta	1968	1956	x
Natação - 100m costas	1904	1924	x
Natação - 100m livre	1896	1912	x
Natação - 100m livre para marinheiros	1896	x	x
Natação - 100m peito	1968	1968	x
Natação - 1200m livre	1896	x	x
Natação - 1500m livre	1900	x	x
Natação - 1milha livre	1904	x	x
Natação - 200m (equipe)	1900	x	x
Natação - 200m borboleta	1956	1968	x
Natação - 200m com obstáculos	1900	x	x
Natação - 200m costas	1900	1968	x
Natação - 200m livre	1900	1968	x
Natação - 200m medley	1968	1968	x
Natação - 200m peito	1908	1924	x
Natação - 220 jardas livre	1900	x	x
Natação - 300m livre	x	1924	x
Natação - 4000m livre	1900	x	x
Natação - 400m livre	1896	1920	x
Natação - 400m medley	1964	1964	x
Natação - 400m peito	1904	x	x
Natação - 4x100 livre	1964	1912	x
Natação - 4x100 medley	1960	1960	x
Natação - 4x200 livre	1908	1996	x
Natação - 4x50 jardas livre	1904	x	x
Natação - 500m livre	1896	x	x
Natação - 50m livre	1988	1988	x
Natação - 800m livre	1904	1968	x
Natação - 880jardas livre	1904	x	x
Natação - submerso	1900	x	x
Pelota Basca - cesta punta	1900	x	x
Pentatlo moderno	1912	2000	x
Pentatlo moderno (equipe)	1952	x	x
Pólo aquático	1900	2000	x
Pólo Equestre	1900	x	x
Raquete (dupla)	1908	x	x
Remo	1900	1976	x
Remo - 16 barco naval a remo	1904	x	x
Remo - 2 com timoneiro	1900	x	x
Remo - 2 sem timoneiro	1904	1976	x
Remo - 4 com timoneiro	1900	1976	x
Remo - 4 coxed inriggers	1912	x	x
Remo - 4 sem timoneiro	1904	1992	x
Remo - 4 sem timoneiro, peso leve	1996	x	x
Remo - 6 barco naval a remo	1904	x	x
Remo - 8 com timoneiro	1900	1976	x
Remo - coxed 4 jugriggers	1912	x	x

Remo - Scull	1900	1976	x
Remo - Scull de 2	1904	1976	x
Remo - Scull de 2, peso leve	1996	1996	x
Remo - Scull de 4	1976	1976	x
Rúgbi	1900	x	x
Saltos ornamentais - plataforma 10m	1904	1928	x
Saltos ornamentais - plataforma plana	1912	x	x
Saltos ornamentais - trampolim	1908	1920	x
Saltos sincronizados 10m	2000	2000	x
Saltos sincronizados 3m	2000	2000	x
Softbol	x	1996	x
Taekwondo	2000	2000	x
Tênis	1896	1900	x
Tênis - dupla	1896	1920	1900
Tênis (quadra coberta - dupla)	1908	x	1912
Tênis (quadra coberta)	1908	1908	x
Tênis de mesa (individual e dupla)	1988	1988	x
Tiro	1896	1972	1972
Tiro - alvo móvel 30+30	2000	x	x
Tiro - ao cervo duplo	1908	x	x
Tiro - ao cervo duplo (equipe)	1920	x	x
Tiro - ao cervo simples	1908	x	x
Tiro - ao cervo simples (equipe)	1908	x	x
Tiro - ao cervo simples e duplo	1952	x	x
Tiro - ao javali 25 jardas	1908	x	x
Tiro - ao javali 50m 30+30	1984	x	1972
Tiro - carabina 3 posições 50m 3x20tiros	x	1984	x
Tiro - carabina 3 posições 50m 3x40tiros	1952	x	1972
Tiro - carabina de ar 10m 40tiros	x	1984	x
Tiro - carabina de ar 10m 60tiros	1984	x	x
Tiro - carabina deitado 50m 60tiros	1908	x	1972
Tiro - carabina em pé 50m	1920	x	x
Tiro - carabina livre 200m	1896	x	x
Tiro - carabina livre 3 posições 300m	1896	x	x
Tiro - carabina livre 3 posições 300m 3x40tiros	1908	x	1972
Tiro - carabina livre 3 posições 600m	1924	x	x
Tiro - carabina livre 400, 600, 800m (equipe)	1924	x	x
Tiro - carabina militar 3 posições 300m	1900	x	x
Tiro - carabina militar 300m (equipe)	1900	x	x
Tiro - carabina militar 600m	1912	x	x
Tiro - carabina militar de joelhos 300m	1900	x	x
Tiro - carabina militar deitado 300+600m (equipe)	1920	x	x
Tiro - carabina militar deitado 300m	1900	x	x
Tiro - carabina militar deitado 600m	1920	x	x
Tiro - carabina militar deitado 600m (equipe)	1920	x	x
Tiro - carabina militar em pé 300m	1900	x	x
Tiro - carabina militar em pé 300m (equipe)	1920	x	x
Tiro - carabina miniatura 25m (equipe)	1912	x	x
Tiro - carabina miniatura 50+100jardas (equipe)	1908	x	x
Tiro - carabina miniatura 50m (equipe)	1912	x	x
Tiro - carabina pequeno calibre 25m alvo móvel	1912	x	x
Tiro - Fossa olímpica (equipe)	1908	x	x
Tiro - Fossa olímpica 125 alvos	1900	x	1972
Tiro - Fossa olímpica 75 alvos	x	2000	x
Tiro - Fossa olímpica dupla 120 alvos	x	1996	x
Tiro - Fossa olímpica dupla 150 alvos	1996	x	x
Tiro - pistola de ar 10m 40tiros	x	1988	x
Tiro - pistola de ar 10m 60tiros	1984	x	x

Tiro - pistola esportiva 25m 30+30	x	1984	x
Tiro - pistola livre 50m 60 tiros	1896	x	1972
Tiro - pistola militar 25m	1896	x	x
Tiro - pistola tiro rápido 25m 60tiros	1896	x	1972
Tiro - revolver militar 30m (equipe)	1912	x	x
Tiro - revolver militar 50 jardas (equipe)	1908	x	x
Tiro - revolver militar 50m (equipe)	1900	x	x
Tiro - rifle livre 1000 jardas	1908	x	x
Tiro - rifle militar (equipe)	1908	x	x
Tiro - silhueta móvel 25 jardas	1908	x	x
Tiro - skeet 125 alvos	1968	x	1972
Tiro - skeet 75 alvos	x	2000	x
Triatlo	2000	2000	x
Vela	1900	1988	1900
Vela - 0,5-1 T	x	x	1900
Vela - 10-20 T	x	x	1900
Vela - 10m	x	x	1912
Vela - 10m 1907	x	x	1920
Vela - 10m 1919	x	x	1920
Vela - 12m	x	x	1908
Vela - 12m 1907	x	x	1920
Vela - 12m 1919	x	x	1920
Vela - 30m <sup>2</sup>	x	x	1920
Vela - 3-10 T	x	x	1900
Vela - 40m <sup>2</sup>	x	x	1920
Vela - 470	1976	1988	x
Vela - 49er	x	x	2000
Vela - 5,5 metros	x	x	1952
Vela - 6,5m 1919	x	x	1920
Vela - 6m	x	x	1908
Vela - 6m 1907	x	x	1920
Vela - 6m 1919	1920	x	x
Vela - 7m	x	x	1908
Vela - 8m	x	x	1908
Vela - 8m 1907	x	x	1920
Vela - 8m 1919	1920	x	x
Vela - Aberto	x	x	1900
Vela - Dinghy 12 pés	x	x	1920
Vela - Dinghy 12 pés individual	x	x	1928
Vela - Dinghy 18 pés	x	x	1920
Vela - Division II	1988	x	x
Vela - Dragon	x	x	1948
Vela - Europa	x	1996	x
Vela - Finn	1952	x	x
Vela - FirEducação Física	x	x	1948
Vela - Flying Dutchman	x	x	1960
Vela - Laser	x	x	1996
Vela - Lechner	1992	x	x
Vela - Mistral	1996	1996	x
Vela - Monotype	x	x	1924
Vela - Sharpie 12m <sup>2</sup>	x	x	1956
Vela - Soling	x	x	1972
Vela - Star	x	x	1932
Vela - Star Keelboat	2004	x	1932
Vela - Swallow	x	x	1948
Vela - Tempest	x	x	1972
Vela - Tornado	x	x	1976
Vela - windglider	1984	x	x

Vela - Yngling	x	2004	x
Vôlei de praia	1996	1996	x
Voleibol	1964	1964	x